

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Psicologia

Maria Célia Araujo Tomé

**CORPOS, IDENTIDADES E SEXUALIDADES EM DISPUTA NOS FEMINISMOS
LÉSBICOS**

Belo Horizonte

2024

Maria Célia Araujo Tomé

**CORPOS, IDENTIDADES E SEXUALIDADES EM DISPUTA NOS FEMINISMOS
LÉSBICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado

Coorientadora: Profa. Dra. Joana Ziller

Belo Horizonte

2024

150	Tomé, Maria Célia Araujo.
T656c	Corpos, identidades e sexualidades em disputa nos feminismos
2024	lésbicos [manuscrito] / Maria Célia Araujo Tomé. - 2024. 138 f. Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado. Coorientadora: Joana Ziller de Araújo Josephson.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Psicologia – Teses. 2. Feminismo - Teses. 3. Lesbianidade – Teses. I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Ziller, Joana . III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MARIA CÉLIA ARAÚJO TOMÉ

Realizou-se, no dia 23 de outubro de 2024, às 14:00 horas, Online, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *CORPOS, IDENTIDADES E SEXUALIDADES EM DISPUTA NOS FEMINISMOS LÉSBICOS*, apresentada por MARIA CÉLIA ARAUJO TOMÉ, número de registro 2022688206, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Marco Aurélio Máximo Prado - Orientador (UFMG), Prof(a). Joana Ziller de Araujo Josephson (UFMG), Prof(a). Anna Paula Vencato (FAE/UFMG), Prof(a). Grazielle Tagliamento (Universidade Positivo).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Joana Ziller de Araujo Josephson, Professora do Magistério Superior**, em 06/11/2024, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Paula Vencato, Professora do Magistério Superior**, em 06/11/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Maximo Prado, Professor do Magistério Superior**, em 25/11/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Grazielle Tagliamento, Usuário Externo**, em 10/12/2024, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3708721 e o código CRC F8AAD7FA.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Silvana, ao meu pai, José Roberto, e ao meu irmão, João Marcos, por vivenciarem e compartilharem o significado da educação, me encorajando e apoiando incondicionalmente a seguir em frente nos caminhos da pesquisa.

À equipe do NUH, com quem tanto aprendi ao longo do mestrado, pelos diálogos e conhecimentos compartilhados.

Às pessoas integrantes do GEL, grandes companhias nas manhãs de sexta-feira, pelas inúmeras trocas e aprendizados.

Às amigadas que o espaço e o percurso do mestrado me permitiram construir: Day, Fabíola, Isa, Ísla, Arthur, Fred, Igor e Welligton.

Ao Walter, por ter sido o meu grande companheiro ao longo desses dois anos. Vou contigo e te levo comigo.

À Suellen, pela intensidade e sutileza do nosso encontro em terras distantes das nossas. Minha admiração e meu respeito por você atravessam fronteiras.

Ao Raiz, pela sensibilidade com a qual me tocou, fazendo estremecer muralhas de concreto que havia construído em torno de mim mesma.

À Rachel, pela amorosa companhia na reta final deste trajeto. Sou grata pelos carinhos e cuidados, e pela confiança e parceria nas descobertas.

À Bruna, Clair, Nana e Sonia, pessoas com as quais tive o prazer de compor a equipe de um projeto que influenciou substancialmente o desenvolvimento desta dissertação.

À equipe do I LesboCenso Nacional, pela oportunidade de participar como entrevistadora na segunda etapa do estudo.

Às professoras membras da banca de qualificação, Anna Paula Vencato e Bruna Irineu, pelas grandes contribuições.

À minha coorientadora, Joana, pelo gentil apoio na coorientação desta pesquisa, e pelo trabalho desenvolvido na coordenação do GEL, grupo do qual sinto imenso orgulho em fazer parte. Você é uma grande inspiração para nós.

Ao meu orientador, Marco, pelo acolhimento desde o nosso primeiro encontro. Seus ensinamentos modificaram radicalmente minhas perspectivas sobre gênero, sexualidades, corpo, política e Psicologia. Serei sempre grata.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa concedida, sem a qual não seria possível a realização desta pesquisa.

“Dada essa circunstância na qual um discurso minoritário se ancora no físico, um contradiscurso é crítico. Mas é difícil gerar um contradiscurso quando se está programada para desaparecer” (Sandy Stone, 1984).

RESUMO

A partir da compreensão do campo dos feminismos lésbicos como produções políticas e discursivas que articulam linguagem, visões de mundo, compartilhamento de práticas e ideias para a constituição e legitimação de reivindicações que se constituem em formações políticas, permeadas por disputas que produzem a própria reconfiguração deste campo, o objetivo desta pesquisa é analisar os embates políticos sobre a categoria lésbica evidenciados atualmente no contexto brasileiro, na plataforma Instagram. Para tanto, tomamos como ponto de partida uma situação ocorrida no Instagram oficial do LesboCenso, uma pesquisa desenvolvida por coletivos e redes nacionais lésbicas com o objetivo de mapear a realidade das lésbicas brasileiras, que se posicionou enquanto uma pesquisa lésbica transinclusiva. Após tal manifestação, a página da pesquisa na referida plataforma foi alvo de ataques e retaliações públicas vindas de perfis autoidentificados como de lésbicas feministas radicais, lésbicas críticas de gênero, entre outras. A seguir desta situação, buscamos investigar rupturas e alianças produzidas em contextos de articulação lésbica feminista no Brasil e na América Latina, identificar as disputas em torno da categoria lésbica verificadas na realização da 1ª etapa da pesquisa LesboCenso Nacional, observar os posicionamentos acerca das lesbianidades nas interações estabelecidas no Instagram do LesboCenso e compreender o embasamento feminista conceitual e político que orienta os argumentos sobre a categoria lésbica expostos nas interações. Para a realização da pesquisa foi desenvolvida uma metodologia qualitativa, de inspiração etnográfica, que combina elementos da análise documental e produção de narrativas ficcionais a partir da produção dos diários de campo. A partir da análise documental, verificamos algumas situações de conflitos a respeito da inclusão de mulheres e pessoas trans em espaços de articulação política lésbica feminista no Brasil e na América Latina. Como resultado da pesquisa realizadas nas plataformas digitais, identificamos que o embasamento feminista conceitual e político de lésbicas que se posicionam na plataforma a partir de um ativismo antitrans encontra-se vinculado a produções de lésbicas feministas autopoicionadas como radicais, que forneceram as bases para o que hoje se nomeia de feminismos radicais transexcludentes.

Palavras-chave: feminismos lésbicos, disputas, transexcludentes, LesboCenso

ABSTRACT

Based on the understanding of the field of lesbian feminism as political and discursive productions that articulate language, worldviews, sharing of practices, and ideas for the constitution and legitimization of claims that form political formations, permeated by disputes that lead to the reconfiguration of this field itself, the objective of this research is to analyze the political clashes concerning the lesbian category currently evident in the Brazilian context, specifically on the Instagram platform. To this end, we start with an incident on the official Instagram page of LesboCenso, a survey developed by lesbian collectives and national networks to map the reality of Brazilian lesbians, which positioned itself as a trans-inclusive lesbian survey. Following this stance, the survey's page on the platform became the target of attacks and public retaliation from profiles self-identified as radical feminist lesbians, and gender-critical lesbians, among others. Following this situation, we aim to investigate the ruptures and alliances produced in contexts of lesbian feminist articulation in Brazil and Latin America, identify the disputes around the lesbian category observed during the 1st stage of the LesboCenso Nacional survey, observe the positions on lesbianities in the interactions established on the LesboCenso Instagram, and understand the feminist conceptual and political grounding that guides the arguments about the lesbian category expressed in these interactions. For this research, we have used a qualitative methodology combining ethnography elements from digital platforms document analysis and creating fictional narratives from field diaries. From the document analysis, we identified some conflict situations regarding the inclusion of women and trans people in lesbian feminist political articulation spaces in Brazil and Latin America. As a result of the research conducted on digital platforms, we found that the feminist conceptual and political grounding of lesbians who position themselves on the platform through anti-trans activism is linked to the productions of feminist lesbians who self-identify as radicals, which provided the basis for what is now called radical trans-exclusionary feminisms.

Keywords: lesbian feminisms, disputes, trans-exclusionary, LesboCenso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Captura de tela da postagem do LesboCenso no Instagram.....	24
Figura 2 - Captura de tela de comentário feito à postagem “Nota de Retratação”, do perfil do LesboCenso no Instagram	26
Figura 3 - Captura de tela de comentários feitos à postagem “Nota de Retratação”, do perfil do LesboCenso no Instagram.....	27
Figura 4 - Captura de tela de comentários feitos à postagem “Nota de Retratação”, do perfil do LesboCenso no Instagram.....	28
Figura 5 - Registros utilizados na análise de documentos.....	52
Figura 6 - Detalhamento das postagens selecionadas na 1ª etapa.....	57
Figura 7 - Organização dos posicionamentos expressos no contexto da primeira postagem.....	59
Figura 8 - Organização dos posicionamentos expressos no contexto da segunda postagem.....	60
Figura 9 - Publicação do Boletim Um Outro Olhar sobre o 1º SENALE.....	82
Figura 10 - Atividades desenvolvidas durante o 2º SENALE.....	85
Figura 11 - Principais atividades desenvolvidas pela ALEM de 1998 a 2013.....	87
Figura 12 - Detalhamento dos perfis	99
Figura 13 - Bandeira Labrys.....	102
Figura 14 - Bandeira Lésbica Sunset/Raio de Sol.....	104
Figura 15 - Bandeira Lésbica Lipstick/Batom	105
Figura 16 - Explicação da Bandeira Sunset/Raio de Sol.....	106
Figura 17 - Bandeira do Orgulho Trans.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEM	Associação Lésbica de Minas Gerais
EFLAC	Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe
ELFLAC	Encontros Lésbicos Feministas Latino-americanos e do Caribe
FCG	Feministas Críticas de Gênero
GEL	Grupo de Estudos em Lesbianidades
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexos, Assexuais e outras identidades e sexualidades ainda não reconhecidas ou abrangidas pela sigla
MSL	Manifesto pelo Separatismo Lésbico
MWMF	<i>Michigan Womyn's Music Festival</i>
NUH	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT
ONG	Organização Não Governamental
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
SENALESBI	Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais
TERF	<i>Trans-Exclusionary Radical Feminist</i>
TWBH	<i>Transgender Womyns Belong Here</i>
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UOO	Boletim Um Outro Olhar
WWMC	<i>We Want The Music Collective</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Um censo lésbico e seus (lesbo)dissensos: a construção do objeto de pesquisa	18
1.2 Objetivos	29
2 DISPUTAS E DESAFIOS POLÍTICOS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DE LÉSBICAS FEMINISTAS	31
2.1 Uma perspectiva acerca das correntes lésbicas feministas	31
2.2 Problematização e desestabilização da categoria da heterossexualidade	34
2.3 Desprendendo-se a categoria lésbica da categoria mulher	37
2.4 Lésbicas Feministas porta-vozes do Feminismo Radical Transexcludente	40
3 ENTRE CONEXÕES E RUPTURAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA ACESSAR OS EMBATES	49
3.1 Registros documentais e bibliográficos como fontes importantes de investigação	50
3.2 Em meio a postagens, curtidas e comentários: a conflagração de um embate na plataforma Instagram	52
3.2.1 Primeira fase: entrada em campo e seleção das postagens.....	54
3.2.2 Segunda fase: organização das interações no contexto das postagens.....	57
3.2.3 Terceira fase: seleção dos perfis.....	60
3.2.4 Quarta fase: mapeamento dos perfis	62
4. VEIAS QUE SE FECHAM PARA ALGUMAS DIREÇÕES: ENCONTROS FEMINISTAS E LÉSBICOS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE	65
4.1 Campos discursivos (em) ação	65
4.2 Encontros e embates no campo feminista latino-americano.....	68
4.3 Vasos rompidos: a passagem de um Encontro Lésbico Feminista para um Encontro LesBiTransInter Feminista	74
5 SEMINÁRIOS, LÉSBICAS E TANTOS CENÁRIOS	80
5.1 A primeira década dos Seminários Nacionais de Lésbicas.....	80
5.2 Novas disputas a partir dos anos 2000.....	87
6 MAPEANDO SUPERFÍCIES, AVALIANDO CAMINHOS.....	93
6.1 Adentrando no campo, estacionando o caminhão.....	94
6.2 Levantando as tendas, armando as barracas: Festival de Convivências Lésbicas – CELE(S)BRA	97
6.2.1 Palco de explanações 1: Cultura e Visibilidade Lésbica.....	101
6.2.2 Palco de explanações 2: Resgate das especificidades, das vozes e dos espaços lésbicos.....	108

6.2.3 Palco de explanações 3: A superação do “entre” movimentos feministas e LGBTs: a luta por movimentos lésbicos autônomos	114
6.2.4 Manifestos no Muro de Pedra & Ferro	120
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	130

1 INTRODUÇÃO

Adentrar o campo de pesquisas sobre gênero, sexualidades, lesbianidades e feminismos talvez tenha sido menos uma escolha do que uma necessidade. Uma demanda interna, surgida em meio a eventos, circunstâncias e vivências que ocorriam aparentemente em paralelo, mas que, na realidade, era o efeito da vida acontecendo diante dos caminhos entrelaçados pelos quais pude percorrer.

Minhas primeiras experiências com a pesquisa acadêmica, no início da graduação em Psicologia, coincidem com o período em que começo a entrar em contato com a teoria feminista, o que, pela confluência de interesses e vivências, imediatamente me levou às produções teóricas lésbicas feministas. Simultaneamente, conhecia uma área da Psicologia que fornecia fendas e fundamentação para que os temas trazidos por estas teorias fossem trabalhados de um modo crítico e não patologizante. Na Psicologia Social, enxerguei um solo onde pudesse aterrissar os novos conteúdos que começavam a me preencher, mas para os quais ainda não havia encontrado recursos de expressão.

De fato, aquele foi um momento de convergências. Certamente, uma parte considerável da minha história já havia acontecido àquela altura, contendo memórias de uma criança “estranha”, lembranças de uma pré-adolescente “Maria homem” na escola, recordações de uma vida adolescente em negação: que negava a realidade de suas curiosidades e desejos em detrimento da aceitação de qualquer diagnóstico psicopatológico, pois nem sempre aceita era a existência desse corpo “estranho”.

Sem dúvidas, por ter um corpo branco, magro e sem deficiências físicas pude acessar espaços negados a tantos outros corpos. Designada mulher ao nascer, circulava pelas ruas de pavimentação em paralelepípedo de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais um corpo de expressão ambígua frente às convenções e expectativas de gênero e sexualidade, que também estranhava a imagem de outras adolescentes de aparência “meio-mulher-meio-homem”.

A travessia da autoaceitação é complexa em toda sua singularidade, mas também é possível pensá-la em termos coletivos, o que não significa uma generalização rasa da questão. Fato é que se trata de um processo, ou vários processos interdependentes e relacionais.

Tratando-se da relação indivíduo e sociedade, nada é tão independente e fragmentado, passível de isolamento para minuciar, expor entranhas e produzir estudo apurado como os principais sistemas teóricos da Ciência Moderna tentaram nos fazer crer. Felizmente, perspectivas críticas se empenharam em desnudar tais farsas, nas quais boa parte da produção intelectual e política feminista pode ser localizada.

Ao argumentar em favor da construção de um conhecimento situado e corporificado contrapondo-se às premissas e definições não localizáveis, Donna Haraway (1995), para refletir sobre a objetividade feminista, traz uma provocação sobre uma política de posicionamentos. Para a autora, a ciência para o feminismo corresponde a uma racionalidade posicionada, em que a prática da objetividade “privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança nas transformações dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (Haraway, 1995, p. 24).

A partir de um lugar, a princípio situada nos feminismos lésbicos, e de minha expressão sapatão, aproprio-me do espaço de escrita de uma dissertação para trazer perspectivas subjugadas. Atenta, no entanto, aos perigos alertados pela autora diante da possibilidade de romantizar posicionamentos desde um ponto de vista lésbico/sapatão. De fato, “os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, de desconstrução e interpretação . . . não são posições ‘inocentes’” (p. 23).

Isso significa que, tratando a perspectiva lésbica/sapatão como periférica e deslegitimada mesmo entre estudos outrora já atribuídos de um status de menor importância, assumir como tema de pesquisa o campo das lesbianidades e sapatônicas implica responsabilidade. Reconhecendo, ainda, que tal responsabilização e legitimidade para interrogar posicionamentos só é possível a partir de um “eu dividido e contraditório” (p. 26). Não tardou para que se iniciasse um processo de reavaliação crítica de minha própria situacionalidade nos feminismos lésbicos.

Contradições e (des)identificações marcam a construção desta pesquisa assim como reconstruções e ressignificações. Considerar não mais lesbianidade, mas lesbianidades e sapatônicas compreende um deslocamento discursivo e conceitual, mas também pessoal e político que muito tem a ver com os espaços¹ de trocas, afetos e conhecimentos por onde passei a circular desde minha entrada no mestrado em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais.

Um deslocamento não apenas necessário, mas imprescindível, especialmente quando começo a perceber possibilidades “a partir da periferia e dos abismos” (Haraway, 1995, p. 22). Assumindo a responsabilidade pelas perspectivas parciais que busco anunciar nesta pesquisa, percebo-me diante de um *lesbiabismo*: algo parece escapar à autoatribuição “lésbica” quando a

¹ Aqui, faço uma referência especial ao NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG, coordenado pelo professor Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, meu orientador, e ao GEL – Grupo de Estudos em Lesbianidades, coordenado pela professora Dra. Joana Ziller, minha coorientadora.

existência e expressão fora dos padrões normativos de gênero e sexualidade apontam para uma expansão de termos, práticas e identidades.

A própria nomeação – lésbica – é posta em indagação quando, na pesquisa LesboCenso, um levantamento nacional sobre as vivências lésbicas no Brasil que contou com a participação de mais de 19 mil respondentes, 51,36% afirmaram se identificar como lésbica (Liga Brasileira de Lésbicas & Associação Lésbica de Brasília, 2022). Ou seja, praticamente metade das pessoas que se sentiram convocadas a participar de uma pesquisa sobre tais vivências identificaram-se ou nomearam-se de outros modos.

Na pesquisa censitária, “sapatão” foi a identificação de 26,40% das pessoas respondentes, um dado-convocação que me posiciona novamente diante de um *lesbiabismo*: existências e nomeações a partir das sapatônicas para além das lesbianidades? Outro aspecto importante do estudo referenciado acima trata-se da identidade de gênero das pessoas participantes: 85,23% identificaram-se como cisgênero, 6,31% como pessoa não binária, 1,17% como agênero e 1,07% como pessoa trans. Ou seja, 8,55% do total de respondentes são pessoas que não se não se identificam a partir da cisgeneridade, enquanto que as possibilidades “não sei”, “outro” e “não quero responder” somaram 6,21% (Liga Brasileira de Lésbicas & Associação Lésbica de Brasília, 2022, p. 20).

Esses dados evidenciam algumas questões centrais na elaboração do presente estudo. Novamente, convoco o *lesbiabismo* para dizer da travessia implicada em cada fase desta pesquisa, desde a delimitação do tema e objeto de estudo, passando pela escolha dos procedimentos metodológicos até a fase de organização de um festival fictício, por meio do qual construo a análise e apresento os resultados deste processo de investigação, imersão e reinvenção.

Nesta dissertação, percorro o universo das disputas conceituais, políticas e discursivas estabelecidas nos feminismos lésbicos acerca das lesbianidades. Um campo diverso, não homogêneo, envolto por debates mobilizadores de afetos expressos no corpo, repleto de nuances e posicionamentos conflituosos, inclusive passíveis de reposicionamentos. Em pleno século 21, “pessoal e político”, “público e privado”, temas basilares a determinadas produções feministas, são dimensões reordenadas pelas dinâmicas estabelecidas por um mundo conectado.

Encontrei, nas plataformas digitais, mais especificamente no Instagram, um campo onde pudesse adentrar para pesquisar o que estava propondo. Outro abismo: já me encontrava dentro dele. Perfis lésbico feministas, de influenciadoras lésbicas sobre temas diversos e mesmo de pesquisadoras lésbicas ou que produziam naquela rede sobre lesbianidades sempre preencheram o meu feed, desde de 2020, quando criei um perfil na plataforma.

Inclusive, foi pelo Instagram que, no início de 2021, conheci a então Caminhada das Lésbicas e Mulheres Bissexuais de BH. Naquele momento, finalizava minha monografia de conclusão do curso de Psicologia em que trabalhei com representações de lésbicas sobre a lesbianidade. Saber da existência de um movimento de lésbicas na capital do meu estado despertou grandes anseios.

Sair do interior para dar continuidade aos estudos na capital e ainda poder me somar a um movimento lésbico parecia um sonho distante até ser realizado, em meados de 2022. Antes, durante o primeiro semestre de 2021, devido ao contexto de pandemia, a Caminhada se organizou de modo a realizar ações virtuais, situação que me possibilitou participar da construção do movimento naquele ano.

Já em 2022, recém-chegada em Belo Horizonte para dar início às aulas do mestrado, meu primeiro passeio na cidade foi para encontrar pela primeira vez, pessoalmente, as lésbicas com quem vinha construindo a “maioridade” do movimento lésbico de BH, como brincávamos, visto que naquele ano ocorreu a 18ª edição da Caminhada. E neste movimento permaneci até o final daquele ano.

Até então, em meu projeto de pesquisa inicial pretendia abordar as lesbianidades em cidades interioranas, as possibilidades de existir e as negociações a partir da vigilância de gênero e sexualidades nesse contexto. A travessia do sul de Minas Gerais para a capital mineira é outra das várias que marcam a construção e realização desta pesquisa. Aqui, recordo Gloria Anzaldúa (2021) para quem a identidade é como um rio, “um processo. Contida dentro do rio está a sua identidade, e ela precisa fluir, mudar para continuar um rio – se parasse seria um corpo de água contido, como um lago ou um tanque” (p. 133).

Recorro a metáforas para tentar traduzir os processos internos e externos que marcam a construção e realização desta pesquisa. Logo no primeiro semestre do mestrado, duas circunstâncias me dispuseram diante de um *lesbiabismo*, configurado em uma incompatibilidade entre o que ouvia, aprendia e compartilhava com as lésbicas da Caminhada e o que conhecia, percebia e passava a elaborar a partir desses outros contextos. A primeira circunstância em que houve sinais de contradições ocorreu a partir da minha entrada no GEL – Grupo de Estudos em Lesbianidades². As pessoas que participavam naquele momento do grupo, na sua maioria, lésbicas cis, partilhavam de uma visão sobre as lesbianidades – literalmente – no plural, como por exemplo, a reflexão sobre as lesbianidades a partir de uma dupla ideia, como prática e identidade (Ziller & Barretos, 2020).

² Grupo de estudos coordenado pela professora Joana Ziller.

Paralelamente ao início da minha participação no GEL, cursei a disciplina Normas de gênero, sexualidade e política³, ofertada naquele semestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Especialmente um tópico abordado nas aulas finais do curso definiram o início da mudança no curso desta pesquisa. Tal tópico abordava as Ofensivas Antigênero.

Pesquisadoras/es dos campos de gênero, sexualidade e direitos humanos que estudam os movimentos antigênero em diferentes países os localizam, em especial, a partir da segunda década dos anos 2000 (Junqueira, 2018; Prado & Corrêa, 2018). Segundo Junqueira (2018), ao resgatar a genealogia destas investidas a partir de uma perspectiva global, as ofensivas antigênero se mobilizam, política e discursivamente, em prol:

da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais (p. 451).

Uma complexa constelação (Corrêa, Paternotte & Kuhar, 2018), em que diferentes temas e demandas são articulados em torno de um projeto político reacionário de organização da sociedade. Uma configuração marcada por uma heterogeneidade que dificulta os caminhos de análise e compreensão dos ataques, “como hidras de muitas cabeças que se alimentam de fontes ideológicas heteróclitas ou mesmo contraditórias, cuja mobilidade e contorno são difíceis de captar e nos confundem” (Corrêa, *et al.*, 2021a, p. 13).

Em um trabalho desenvolvido pelo Observatório de Sexualidade e Política (SPW) em parceria com entidades, ativistas e pesquisadoras (es) de diferentes campos e países latino-americanos, foi identificado que uma mesma linha percorre os feminismos antigênero, transexcludentes e essencialistas (SPW, *et al.*, 2023). De acordo com essa investigação, essas correntes devem ser analisadas tendo em vista uma longa genealogia de tensões no interior do feminismo, cujo cerne dos embates habita sobre qual deve ser o sujeito dos feminismos.

Precisamente a partir deste ponto, abordado na disciplina referida anteriormente, a contradição, até então latente, passou a escancarar o abismo diante do qual eu me encontrava. A abordagem da lesbianidade no singular, a necessidade de reforçar “mulher” antes de toda e qualquer menção a “lésbica”, a inexistência de pessoas trans na construção do movimento, a existência de um coletivo feminista radical como principal força mobilizadora do ativismo do grupo naquele momento, a labrys no formato de um útero.

³ Disciplina ministrada pelo professor Marco Aurélio Máximo Prado.

Símbolos, falas, conteúdos postados e compartilhados. Um estranhamento ao começar a perceber contradições, mas não conseguir acessar o que ainda me aproximava, mas que já dava sinais de um imprescindível afastamento. O abismo estava posto. Restava visualizá-lo e recuar; ou encará-lo e atravessar. Optei pela segunda. Sigo na travessia.

Muitas pessoas, textos, autorias e elaborações individuais e coletivas compõem este trajeto, de modo que a flexão dos números gramaticais nesta escrita varia entre o singular e o plural. Entretanto, em consideração às inúmeras trocas com colegas e amigades, ao próprio diálogo estabelecido com as inúmeras autorias com as quais articulo, às conversas realizadas durante os encontros do GEL e nas reuniões do NUH, assim como às bem-vindas orientações que recebi do meu orientador e da minha coorientadora, este é um trabalho escrito predominantemente no plural.

Um panorama geral sobre os principais conceitos que marcam a produção teórica dos feminismos lésbicos é abordado no primeiro capítulo. Além disso, o tópico também traz uma provocação a respeito da localização de precursoras dos feminismos antigênero e antitrans (Corrêa & Rodrigues, 2023; Butler, 2024) autopositionadas como lésbicas feministas.

Já no segundo capítulo, apresento as estratégias metodológicas delineadas ao longo deste percurso. Nos capítulos terceiro e quarto, a partir de registros documentais e bibliográficos, apresento situações de disputas que redesenharam os rumos da articulação coletiva dos movimentos lésbicos no Brasil e na América Latina.

Por fim, no último capítulo apresento o resultado da análise realizada a partir do mapeamento de perfis de lésbicas no Instagram. Por meio da criação de um evento fictício, o Festival de Convivências Lésbicas - Cele(s)bra, as narrativas ficcionais refletem não apenas os discursos e práticas verificadas na análise dos perfis, como também os eventos e produções recuperadas ao longo de toda a pesquisa.

1.1 Um censo lésbico e seus (lesbo)dissensos: a construção do objeto de pesquisa

Para refletir sobre os embates travados no contexto dos feminismos lésbicos acerca de definições e categorizações sobre as lesbianidades, é imprescindível um resgate histórico que reside no interior das elaborações conceituais e políticas produzidas pelos movimentos lésbicos. Assumimos tal necessidade de reflexão como uma convocação para o estabelecimento de fendas e rachaduras no sistema, onde “enfiaremos nossas línguas, . . . e depositaremos nossas palavras” (Polesso, 2020, p. 13). Uma ruptura que Hariagi Borba Nunes (2021, p. 318) expressa na corporalidade sapatão, entendida como “rizoma, multiplicidade, código aberto de uso

estratégico” quando interpelados os pressupostos da construção sexo/gênero, e identificado, na fixação de uma identidade lésbica assumida apenas a partir da cisgeneridade, uma essencialização que opera na mesma direção em que a categoria “mulher” há muito vem sendo naturalizada.

Para a autora, a reivindicação Sapatão, em termos de anunciação teórica, remonta ao final da década de 1980, nos Estados Unidos, quando o movimento homossexual inicia uma produção política de reapropriação identitária *queer*. Nesta perspectiva, autonomear-se sapatão provoca reboliço no pensamento que busca aglutinar as nomeações lésbica e lesbianidade em torno da categoria mulher a partir de uma lógica binária dos sexos (Nunes, 2021).

Swain (2000) relaciona a busca por uma identidade, seja a lésbica, a transexual, a bissexual ou a homossexual à reprodução de representações hegemônicas pautadas no binário masculino/feminino. Diz a historiadora que, se a busca pela identidade própria leva tais categorias a se posicionarem em oposição a ou diferente da diversidade de práticas, “continua assim a girar em torno do eixo polarizado dos corpos sexuais” (Swain, 2000, p. 76).

No entanto, o que Nunes (2021) propõe com a designação sapatão pode ser compreendida como uma identidade estratégica política. Após um salto na existência contínua, a autora faz do seu pensar sapatão um entrecruzamento de categorias para muito além do sistema sexo/gênero. No continuum sapatão, diz a autora, aglutinam-se definições outras acerca de “sexualidade, gênero, raça, classe, religiosidade, territorialidade. Ser sapatão branca, classe média, privilegiada e universitária, no Brasil, é diferente politicamente de ser sapatão negra, pobre e mãe na periferia do mesmo país” (p. 324).

Nesta mesma linha, Zuleide Paiva da Silva (2016) designa sapatão como potência lésbica. De acordo com ela, o termo utilizado no século 20 como forma de xingamento às lésbicas que não cumpriam com as expectativas sociais atribuídas à feminilidade, passa a ser positivado no século 21, simbolizando, para além de escraço e resistência, a retomada do que é nosso⁴. A autonomação sapatão potencializa aquilo que existe aqui, para além das práticas, desejos e direcionamento de afetos.

Não, não se trata de uma orientação sexual. Acompanho Grijalva (2020), para quem a redução de nossas vivências e escolhas à expressão “orientação sexual” representa uma supressão. Ainda provocada por Nunes (2021), repenso a nomeação que utilizo como atribuição a mim, às outras e como objeto desta pesquisa. Recordo Monique Wittig, que será retomada

⁴ Assim como com a palavra “sapatão”, há um percurso semelhante de ressignificação de outros termos, como por exemplo, “bicha”, “viado” e mesmo “queer”, atribuídos anteriormente como modo de desqualificação a pessoas LGBTQIA+.

mais à frente, com sua máxima “lésbicas não são mulheres” (2022, p. 67) que, ao identificar as categorias “mulher” e “homem” enquanto classes de sexo resultantes das dinâmicas operadas pelo pensamento hétero, formula que, dentro do regime discursivo, político e econômico da heterossexualidade, não somos mulheres.

Ao não sermos condizentes com o que preconiza, normatiza e normaliza o discurso da heterossexualidade, lésbicas não somos mulheres por, de fato, não correspondermos ao que a categoria mulher, forjada no pensamento hétero, representa. A mudança de vozes, agora me posicionando em meio a nós, é indicativa do aspecto político e coletivo também imbricados às lesbianidades e sapatônicas. Novamente, tais signos aparecem sob uma perspectiva plural, que ultrapassa elementos biológicos e culturais centralizados em referenciais binários.

Percorrendo trajetos escritos e trilhados por pensadoras, poetas, teóricas e ativistas do pensamento lésbico, despertam-me o interesse certas especificidades. Digo dos sentidos produzidos sobre as nomeações e categorizações.

Adrienne Rich (2019), quem também será recuperada adiante, justifica as elaborações em torno da existência lésbica e do *continuum* lésbico por considerar “lesbianismo⁵” um termo cujo alcance é limitado e sugestivo de patologização. Já Swain, não apenas defende o “lesbianismo” como um sinônimo para as chamadas práticas sáficas, como utiliza o próprio termo para dar título à sua obra “O que é lesbianismo?” (2000).

Entretanto, a historiadora utiliza argumentos até próximos aos colocados por Rich, mas para defender seu uso conceitual de “lesbiana”, visto que a utilização do termo ‘lésbica’, para ela, remete a sentidos negativos, representações pejorativas. Talvez para a autora, o uso de “lesbiana”, importada da língua espanhola para o português brasileiro significasse uma nomeação mais higienizada, menos impregnada dos significados *sujos* atribuídos à lésbica pela cultura hétero dominante.

O termo “lésbica”, para algumas pessoas, remete a um resgate histórico atrelado à existência da poeta Safo, mais especificamente, à Ilha de Lesbos, ilha grega ao norte do mar Egeu, onde Safo viveu por volta do século 7 antes de Cristo. Como afirma Selem (2007), Safo é retomada na história como uma mulher artística que amava mulheres e expressava através de seus poemas não só o amor de uma mulher para a outra, mas também expunha uma postura política de rejeição à generalização e redução da humanidade ao masculino.

⁵ É possível identificar um uso amplo do termo “lesbianismo” na literatura lésbica feminista dos anos 1980. Entretanto, assim como “homossexualismo” tornou-se um termo refutado, em especial após a retirada da homossexualidade do rol de doenças em 1990 pela OMS, “lesbianismo” passou por um processo semelhante e pode ser considerado um termo que patologiza a sexualidade lésbica. Assim, utilizo o termo entre aspas, exceto quando localizado historicamente enquanto correntes ou tendências dos feminismos lésbicos.

Portanto, uma palavra cujas raízes tão profundas desembocam numa figura grega, de mais de 28 séculos atrás; uma persona cujas obras sofreram inúmeras investidas de apagamento e deturpação. Se é que realmente podemos afirmar algo nesse sentido, antes, lésbica era a mulher nascida em Lesbos, hoje, lésbica ultrapassou séculos e continentes, e os sentidos que revestem o termo passa ocupar fronteiras, controvérsias e disputas.

Para Polesso, lésbica (ou ~~lésbica~~), cujo uso da rasura marca graficamente uma inquietação “que se constrói paulatinamente e tenta propor alguma reflexão sobre o que o termo carrega de complexo em si sem esquecer que ele apaga por ser um termo eurocêntrico e mormente branco” (Polesso, 2020, p. 5). O registro gráfico atinge seu objetivo quando me desassossega, afinal, quando o aspecto visual sugere correção, isso é sinal de alerta.

Trago para essa discussão também as Marchas e Caminhadas espalhadas pelo Brasil, algumas alinhadas e outras independentes das Paradas do Orgulho LGBTQIA+⁶. Há as inclusivas, outras tantas exclusivas. Algumas cujo lema “*lésbica, não queer*”, aparece em letras garrafais, entre cartazes contendo ilustrações da labrys e de outros símbolos do movimento lésbico. O que diz o lema? Quem este inclui quando sugere, justamente, uma contestação por visibilidade? Quais lésbicas deixam de ser inseridas quando há a denúncia de um apagamento como efeito do termo *queer*? Quais os corpos abarcados pela categoria lésbica? Perguntas cujas respostas assumem uma posição central ao longo desta dissertação. Na realidade, tanto as respostas como as próprias perguntas estão no cerne da investigação a qual nos propusemos aqui.

Ainda antes das Marchas e Caminhadas, os Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALEs), renomeados, em 2014, Seminários Nacionais de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBIs), também tiveram seus embates marcantes. Na própria discussão de mudança do nome, ocorrida na Plenária Final do 8º SENALE/SENALESBI, em 2014, há quem afirme que não houve bem um consenso acerca dessa decisão, que teve como objetivo dar visibilidade também às lutas das bissexuais, que desde o início dos anos 2000 passaram a construir os seminários junto às lésbicas (Lemos, 2015).

Duas edições anteriores, no SENALE de 2006, outro fato emblemático das disputas com as quais nos deparamos na construção deste objeto. A militante trans Barbara Graner foi

⁶ Ao longo desta dissertação, utilizaremos a sigla LGBTQIA+ em referência às pessoas que se incluem nos movimentos de dissidência de gênero e sexualidades. Tal nomenclatura não coincide com a padronizada em 2008, na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, situação na qual foi definida a sigla LGBT (Seffner, 2011). Nossa escolha pela utilização de sua forma expandida, além de contemplar outras possibilidades de existências, também é a utilizada atualmente na formulação de políticas públicas no âmbito do atual Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDCH).

convidada para participar de uma mesa ampla, cujo tema englobava, inclusive, a relação entre Movimentos de Lésbicas e Movimentos Trans. Após o encerramento da mesa, quando Barbara decidiu caminhar pelo espaço e conhecer as outras oficinas e atividades que estavam ocorrendo, foi impossibilitada de permanecer no local, sendo barrada pela organização, visto que somente na Plenária Final seria votado “sobre a aceitação – ou não – de novos sujeitos políticos como participantes dos próximos SENALES” (VI Senale, 2006, p. 27). A votação não ocorreu ao final do evento.

Essa situação é ilustrativa de inúmeras afirmativas postas em determinados movimentos lésbicos. A exemplo, o lema da 18ª Caminhada Lésbica de Belo Horizonte, em 2022, foi: “De saia ou bermudão, lésbicas são mulheres em rebelião” (Caminhada Lésbica de Belo Horizonte, 2022), o que parece reforçar o fato de que, para uma parte das lésbicas que se manifestam em contextos coletivos de organização e militância lésbica feminista, há a necessidade de que uma dada mulheridade seja reivindicada pela lesbianidade, algo que, em tais discursos, apregoam sentidos homogeneizantes e universalistas sobre a categoria lésbica, quase como se utilizasse da categoria “mulher” como uma escora.

Neste sentido, ousamos em acompanhar Sonia Corrêa em sua provocação, que causou alvoroço no campo feminista quando, em entrevista ao portal argentino LatFem, afirmou que “o feminismo tem medo de desapegar da categoria mulher” (2021b, s/p), e estendendo ao contexto dos feminismos lésbicos, lançando a hipótese de que alguns segmentos do movimento organizado, bem como ativistas e pesquisadoras autodenominadas lésbicas autônomas, também rechaçam a ideia de que a lesbianidade possa ser considerada à parte da mulheridade. O que complexifica ainda mais o que tomamos como objeto desta pesquisa: seria a categoria mulher precedente a qualquer elaboração acerca da categoria lésbica?

Outro exemplo que elucida com precisão os questionamentos trazidos aqui trata-se de uma situação envolvendo o 1º LesboCenso Nacional, cujos alguns de seus resultados foram citados anteriormente. Tal pesquisa, com o objetivo de mapear o perfil sociodemográfico e as vivências lésbicas no Brasil foi proposta pela LBL – Liga Brasileira de Lésbicas – e pela Coturno de Vênus – Associação Lésbica Feminista de Brasília – em parceria com as pesquisadoras Grazielle Tagliamento (Universidade Positivo), Dayana Brunetto (UFPR) e Raquel Mesquita Almeida (UFPR).

O projeto trata-se de um estudo quali-quantitativo, dividido em três fases: na primeira, que ocorreu entre agosto de 2021 e maio de 2022, foi realizada a aplicação de um questionário, contendo 98 questões divididas em seis eixos: Autoidentificação; Trabalho; Violências;

Relacionamento/família; Saúde; e Redes e contatos. A segunda fase⁷, que está em processo de realização, contempla entrevistas semiestruturadas com as participantes que responderam ao questionário e se voluntariaram para dar seguimento. Por fim, a terceira etapa, com o objetivo de fomentar a formação de redes para a articulação e proposição de políticas públicas para esta população, realizará oficinas de formação política, a partir dos dados coletados nas fases anteriores, junto a coletivos regionais e nacionais, abertas também para lésbicas e sapatão⁸ independentes (Liga Brasileira de Lésbicas & Associação Lésbica de Brasília, 2022).

Com a divulgação do questionário, instrumento utilizado na primeira etapa do levantamento, que ocorreu de modo exclusivamente virtual pelos canais oficiais⁹ do LesboCenso criados especificamente para a realização da pesquisa, um embate formou-se diante do censo. Inicialmente, houve questionamentos diante da pergunta do formulário “Quem praticou a violência contra você?”, que oferecia como alternativa de resposta “pessoas trans”, sem fazer referência também a pessoas cis. Diante disto, participantes do estudo autoidentificadas como trans lésbicas apontaram a situação como um gesto transfóbico, visto que, sem a indicação de identidade de gênero das outras mais de 20 possibilidades de resposta disponíveis no questionário, como por exemplo “chefe”, “policial”, “profissional de saúde” e “pessoa desconhecida”, a especificação única e generalizante de “pessoas trans”, representou um ato de violência e estigmatização desta população.

Com a mobilização das trans lésbicas, que receberam apoio dos movimentos trans e também de algumas lésbicas cis, que se manifestaram por meio de comentários, as organizadoras da pesquisa se reuniram com representantes do movimento trans e produziram uma nota de retratação (que pode ser consultada integralmente em: <https://lesbocenso.com.br/retratacao>), retiraram “pessoas trans” como alternativa de resposta à questão e firmaram um compromisso de construção das próximas etapas da pesquisa em parceria com as trans lésbicas. Conforme trazido na Nota, as pesquisadoras entenderam que a exclusão desta possibilidade de resposta à pergunta não inviabilizaria a pesquisa do ponto de vista do rigor ético-científico, assim como não afetaria o questionário inteiro que, naquele momento, já havia sido respondido por mais de 12 mil pessoas.

⁷ Durante os meses de maio e junho de 2024, participei como entrevistadora na segunda etapa do LesboCenso. Agradeço imensamente às organizadoras pela oportunidade de contribuir com o estudo.

⁸ No “I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil - Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022)”, o termo “sapatonas” aparece apenas no questionário, como uma das possibilidades de autoidentificação. Quando há a referência no plural, a autoria do relatório sempre utiliza “lésbicas e sapatão”. Assim, optamos por, optamos por manter a nomenclatura “lésbicas e sapatão” utilizada no Relatório da 1ª etapa do LesboCenso.

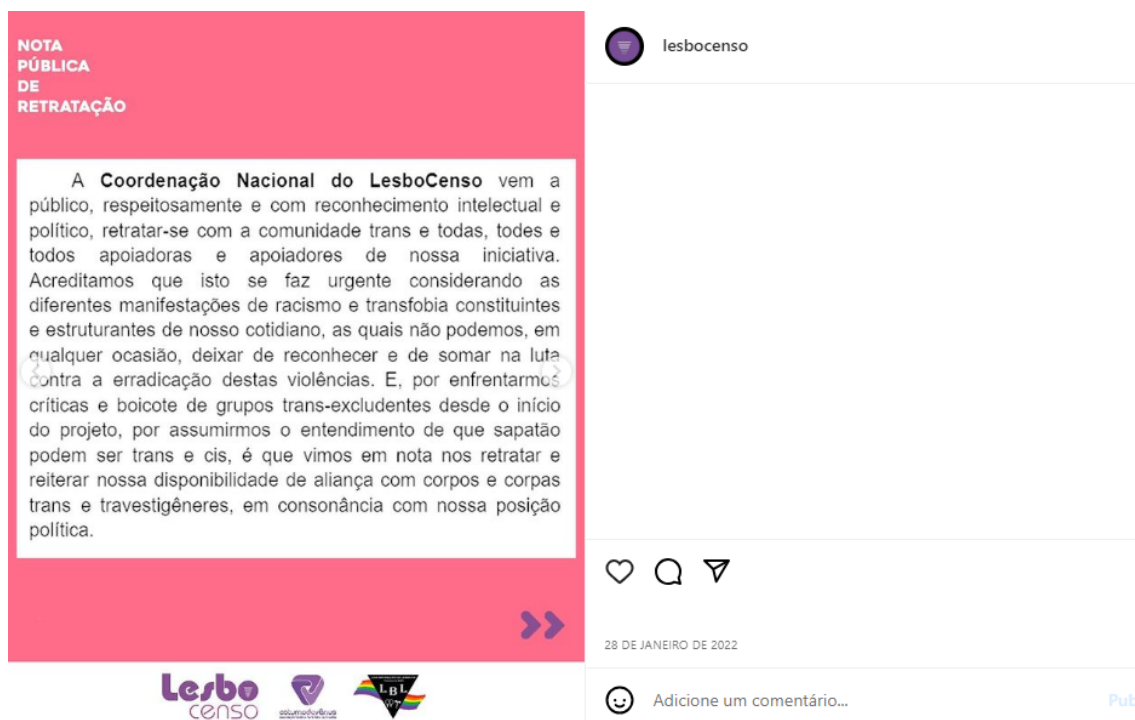
⁹ Os canais oficiais criados, foram: Site: <https://www.lesbocenso.com.br/>; Instagram: <https://www.instagram.com/lesbocenso/>; Twitter: <https://twitter.com/lesbocenso>; YouTube: <https://www.youtube.com/@lesbocensonacional6102>

Em 28 de janeiro de 2022, o perfil oficial do LesboCenso no Instagram publicou a Nota de Retratação. No formato carrossel, um modelo de publicação lançado pela plataforma em 2017 que permite a inclusão de mais de uma imagem ou vídeo em uma mesma publicação, contendo entre dois e dez slides por postagem (Moraes, 2021), o perfil postou uma sequência de oito slides, sendo o primeiro a capa, informando a Nota Pública de Retratação, seguido por sete imagens que continham trechos da Nota, postada na íntegra no site do LesboCenso, conforme indicado na legenda do post.

No segundo slide da postagem, o texto traz que o projeto vinha enfrentando, desde o início, tentativas de boicote vindas de grupos transexcludentes justamente pelo fato de que, pesquisadoras e coletivos que planejaram o estudo em questão, compreendiam que a existência sapatão poderia ser trans e cis. Além disso, explicitaram o posicionamento político de aliança com uma perspectiva transinclusiva (Figura 1).

Figura 1:

Captura de tela da postagem do LesboCenso no Instagram



Recuperado do perfil oficial do LesboCenso no Instagram:
https://www.instagram.com/p/CZSuqr-JmGo/?img_index=1

Se, conforme apontado na Nota, a pesquisa já vinha sofrendo duras críticas e retaliações devido às posições assumidas, após a publicação a situação foi intensificada. No mesmo dia, o perfil do LesboCenso no Instagram chegou a ser suspenso (Irineu, 2022), mas a equipe

conseguiu recuperar a conta. No Relatório Final, a autoria da pesquisa aponta que o *Facebook* derrubou a página do projeto e que, no *Instagram*, a conta foi denunciada e suspensa diversas vezes. A suspeita é de que o fato tenha sido ocasionado por milicianos/as/es, devido à conjuntura do país naquele momento (LBL & Associação Lésbica Feminista de Brasília, 2022). A seguir da postagem, uma série de ataques foram direcionados à página, desde acusações de que o projeto tenha sido submetido, rendido à população trans, até a alegação de silenciamento das “lésbicas verdadeiras”.

Ao elucidar esta situação, temos como objetivo expor um embate que há muito está posto no contexto das mobilizações lésbicas e feministas. Demonstrar o fato, trazer os argumentos e posicionamentos assumidos não significa individualizar a questão. Assumindo essa perspectiva, as capturas de tela recuperadas aqui foram editadas a fim de que a exposição não se direcionasse a pessoas. De fato, há a presunção de publicidade, visto que se tratam de pessoas que, em grande parte, mantêm perfis públicos e que se manifestaram em uma postagem de uma outra página igualmente pública, ou seja, cujas configurações de privacidade permitem que qualquer pessoa com acesso ao *Instagram* visualize e interaja com tais conteúdos, independentemente de seguir ou não tais perfis.

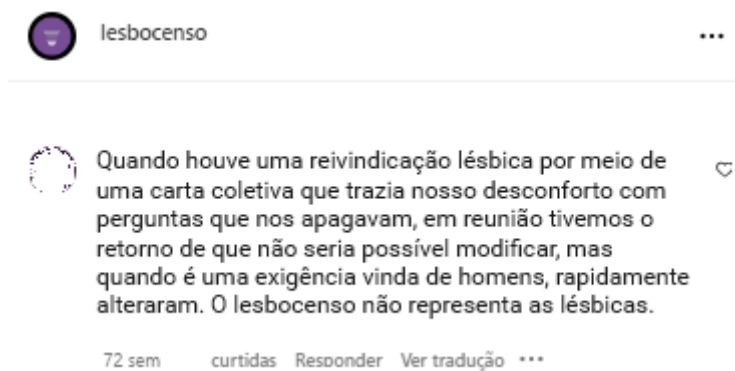
No entanto, reforçamos que a exposição de pessoas e páginas não é o foco deste estudo, menos ainda gerar uma “contraonda” de cancelamentos, conforme foi a propaganda direcionada ao LesboCenso no contexto desta e de outras postagens. Assim, o recurso de edição das capturas de tela foi utilizado em todo o material exibido aqui, seja apagando comentários e curtidas, como na figura acima, seja modificando a ordem das palavras ou mesmo alguns termos utilizados nos comentários, o que, sem alterar a intenção das mensagens, predominantemente violentas e genitalistas no que tange o direcionamento às mulheres trans, dificulta a identificação do perfil que proferiu tais ataques de ódio e de rechaço ao LesboCenso, às pessoas trans e às demais manifestações de apoio ao posicionamento assumido pelo projeto.

Comentários que traziam a noção de que a organização do LesboCenso estaria com receio de ser cancelada por organizações “transativistas”, bem como o argumento de que grupos militantes pelos direitos das pessoas trans seriam, na realidade, uma continuação de movimentos pelos direitos masculinos cujo objetivo, neste caso, seria acabar com os dados produzidos sobre lésbicas como uma forma de encobrir a violência deles e suas tentativas de invasão dos espaços exclusivos para lésbicas, receberam um grande número de curtidas e de manifestações de apoio. Também nas respostas a esta mesma publicação é possível encontrar a divulgação de uma carta elaborada por alguns destes grupos que se rebelaram contra o

levantamento, convidando as demais lésbicas que também discordavam dos posicionamentos assumidos pela organização da pesquisa a assinarem-na.

Figura 2

Captura de tela de comentário feito à postagem “Nota de Retratação”, do perfil do LesboCenso no Instagram



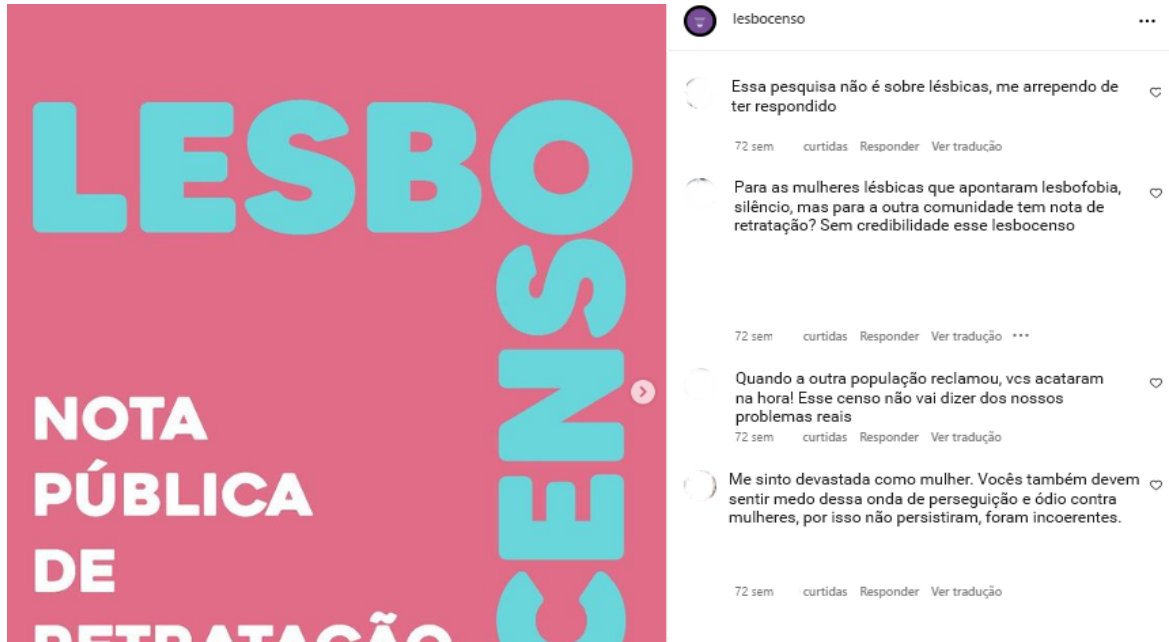
Elaborado pelos autores a partir de uma **releitura** dos comentários realizados no perfil oficial do LesboCenso no Instagram

No comentário recuperado acima, a reivindicação feita diz de uma reunião, convocada pelas organizadoras do LesboCenso e realizada junto a algumas representantes destes grupos, que apontaram discordâncias em vários aspectos do questionário. Para elas, a questão sobre identidade de gênero não contemplava lésbicas que se posicionam como “críticas de gênero” e que não aprovam designações como “transgeneridade” e “cisgeneridade”.

Outro incômodo também levantado por estes grupos refere-se à questão, posta logo no início do questionário, sobre expressão de gênero, em que é solicitado às respondentes que marcassem, em uma faixa de 0 a 100, “o quanto você se aproxima de uma expressão de gênero mais masculina?” (LBL & Associação Lésbica de Brasília, 2022, p. 65). Entretanto, pelo que pode ser observado em alguns dos comentários, estes grupos não tiveram suas demandas acatadas pela organização da pesquisa.

Figura 3

Captura de tela de comentários feitos à postagem “Nota de Retratação”, do perfil do LesboCenso no Instagram



Elaborado pelos autores a partir de uma **releitura** dos comentários realizados no perfil oficial do LesboCenso no Instagram

Nas reações esboçadas acima, é possível ressaltar alguns aspectos: primeiro, a noção de que, a partir da tomada de posição explícita de que um levantamento sobre lésbicas cis também seja sobre lésbicas trans, uma das comentadoras entende que o censo deixa de ser sobre lésbicas, causando, inclusive, um arrependimento por tê-lo respondido.

No mesmo sentido, há uma inferência a “problemas reais” das lésbicas, os quais o LesboCenso supostamente deixaria de fora ao abarcar as questões das lésbicas trans. E um último ponto levantado, há um direcionamento específico à falta de comprometimento ético e político da autoria do estudo quando são atribuídas incoerências e incredibilidades por acatarem as reivindicações postas pelo movimento trans.

Figura 4

Captura de tela de comentários feitos à postagem “Nota de Retratação”, do perfil do LesboCenso no Instagram



Elaborado pelos autores a partir de uma **releitura** dos comentários realizados no perfil oficial do LesboCenso no Instagram

Já no conjunto de comentários recuperados último recorte (Figura 4), ainda que os ataques permaneçam evidentemente direcionados à organização do LesboCenso, há alguns deslocamentos importantes a serem ressaltados. Por exemplo, o argumento de que pessoas trans, por vezes englobadas no termo “transativismo”, cometem violências contra lésbicas deveria ser justificativa suficiente para que a alternativa de resposta no questionário não fosse alterada. Além disto, há a negação explícita da existência de lésbicas trans a partir de uma determinada definição de “sexo”, a qual seria aplicada também à conceituação de “orientação sexual”.

Neste mesmo plano argumentativo surge a questão do “estupro corretivo”. Na realidade, uma grave acusação foi lançada à pesquisa ao ser equiparado o fato de o LesboCenso ser transinclusivo como apoio ao estupro corretivo. Para além da acusação, uma banalização do que essa pauta representa e, novamente, uma equiparação das lésbicas trans ao masculino, que violenta e estupra. Ademais, outra posição comumente assumida por quem defende a abolição de gênero em detrimento de uma nomeada materialidade do sexo é a alegação de que a identidade trans seja um sentimento, e não “realidade material”.

Com este breve excerto da situação envolvendo a divulgação do questionário durante a primeira etapa do I LesboCenso Nacional, é possível perceber que, de fato, há uma complexa disputa envolvendo definições sobre as lesbianidades. E como estratégia de guerra, utilizada por quem se vê em disputa, o rechaço público, acusações infundadas, tentativas de sabotagem e outras puderam ser verificadas acima. Situação para a qual Bruna Irineu (2022) nos traz o questionamento: “entre feministas, há fogo amigo?”.

É preciso considerar que muitas das ideias expostas nos comentários provêm de argumentos feministas, de mulheres que se posicionam no mundo como feministas. Entre estas, lésbicas, autônomas ou integrantes de coletivos e grupos organizados, autoatribuem-se como lésbicas radicais, lesbofeministas radicais e/ou críticas de gênero, e defendem que uma lésbica é definida por meio da sua biologia, mais especificamente, por seus aparatos anatômicos e genitália. Em seus termos, lésbica é mulher, e mulher é a fêmea humana adulta, de modo que sua lesbianidade é definida por meio do envolvimento afetivo, sexual e/ou romântico exclusivamente com outra fêmea humana adulta.

Por uma perspectiva bem diferente, outras lésbicas cis, sapatonas, sapatrans, trans lésbicas, caminhoneiras, pessoas não binárias, agêneros entre outras possibilidades de autoidentificação, para citar algumas das opções disponibilizadas no questionário, compreendem e vivenciam sua sexualidade para além da delimitação corporal anatômica. Ou seja, a especificação de uma mulher como fêmea humana adulta e a definição de lésbica como fêmeas humanas adultas que se relacionam exclusivamente entre si se trata de uma das inúmeras possibilidades de compreensão e vivência das lesbianidades e sapatônicas. É precisamente neste emaranhado de posicionamentos políticos e discursivos, de ideias e noções conceituais, de disputas acirradas em torno de categorias fundamentais dos feminismos lésbicos que localizamos e delimitamos nosso objeto de pesquisa: definições acerca das lesbianidades.

1.2 Objetivos

Como objetivo geral, pretende-se, portanto, analisar os embates políticos sobre a definição das lesbianidades evidenciados atualmente no contexto brasileiro, na plataforma Instagram. Como objetivos específicos, delineamos: a) Identificar as disputas em torno da categoria lésbica verificadas na realização da 1ª etapa da pesquisa LesboCenso Nacional; b) Observar os posicionamentos acerca das lesbianidades nas interações estabelecidas no Instagram do LesboCenso, uma das plataformas digitais por meio das quais a 1ª etapa do levantamento foi divulgada; c) Mapear os principais perfis (individual ou de grupo) cujas

opiniões expressas na plataforma foram de maior alcance e repercussão; d) Compreender o embasamento feminista conceitual e político que orienta os argumentos sobre a categoria lésbica expostos nas interações.

2 DISPUTAS E DESAFIOS POLÍTICOS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DE LÉSBICAS FEMINISTAS

Neste capítulo, buscamos traçar alguns marcos importantes no campo das produções teóricas e políticas lésbicas feministas. Nosso foco é esboçar um panorama geral de conceitos e definições que embasam uma parcela considerável do desenvolvimento dos estudos acerca das lesbianidades, apesar de realizarmos uma delimitação de algumas autorias reconhecidas como fundamentais na produção de teorias lésbicas.

Entretanto, especialmente no último tópico que compõe este capítulo, desafiamos o próprio campo dos estudos lésbicos a reconhecer que muito da produção feminista antitrans, que hoje se coloca sob vários prismas e nomenclaturas e com efeitos nocivos para os direitos e as existências de pessoas trans, partiu, em grande medida, de autoras lésbicas feministas. Como será descrito a seguir e ao longo de toda esta dissertação, teorias e políticas lésbicas não se localizam em um campo homogêneo, nem mesmo há intenção ou tentativa de fazê-lo parecer de algum modo hegemônico ou universalizante ao realizarmos tal provocação.

Ainda assim, acreditamos que este ponto coloca algumas questões de reflexão para as produções acadêmicas e ativistas lésbicas. Levantamos a ideia de que a produção do que hoje podemos nomear de feminismos essencialistas, antitrans ou mesmo feminismos antigênero (Corrêa & Rodrigues, 2023; Sexuality Policy Watch, 2023) carrega uma história possível de ser atrelada a autorias autoposicionadas como lésbicas feministas.

Desse modo, produzir pesquisas a partir dos feminismos lésbicos sem que se leve em consideração os possíveis rastros, ou mesmo traços evidentes da influência de tais posicionamentos no campo lésbico feminista, pode resultar em perspectivas ambíguas, de fronteiras pouco delimitadas entre a transinclusão e a transexcludência, por exemplo. Nossa provocação segue no sentido de questionar se os embates teóricos e políticos acerca das lesbianidades se tratam, exclusivamente, de lésbicas cis.

2.1 Uma perspectiva acerca das correntes lésbicas feministas

Refletir sobre as construções históricas em torno da categoria lésbica passa, sem dúvida, por realizar um resgate da organização lésbica em termos de movimento social, orientada ao agir político. Apresentando-se enquanto uma reivindicação coletiva das representações e práticas lésbicas, o movimento lésbico feminista surge com maior visibilidade, em um contexto norte-americano e europeu, no final dos anos 1960, em uma atmosfera transbordante de diferentes perspectivas revolucionárias. Diante dos tensionamentos com os movimentos

feminista e homossexual, a partir do final dos anos 1970 inicia-se a construção de análises teóricas especificamente lésbicas. Segundo Falquet (2013), entre as inúmeras publicações, ensaios, manifestos e práticas promovidas pelo movimento, destacam-se três correntes: o lesbianismo separatista, o feminismo lésbico e o lesbianismo radical.

Inicialmente, sobre o lesbianismo separatista, a autora o contextualiza a partir das produções de autoras norte-americanas na década de 1970. Trata-se de uma proposta pautada na construção de espaços físicos e simbólicos específicos para lésbicas. Essa tendência do movimento referia-se a iniciativas “voltadas para a criação de comunidades organizadas em função das atividades – cinema, música, revistas, editoras, espaços de sociabilidade e de luta política” (Borges, 2008, p. 50) que fossem exclusivamente promovidos e ocupados por lésbicas.

Já o feminismo lésbico ou lesbianismo feminista tem como grande referência a norte-americana Adrienne Rich (2019), e ganha maior expressão no início dos anos 1980. Os posicionamentos dessa corrente visibilizam as reflexões desta última autora citada que, apesar de criticar o heterofeminismo por uma falta de empenho do movimento em questionar a heterossexualidade, defende que tanto as lésbicas como as mulheres heterossexuais compartilham de uma mesma opressão.

Enquanto que ambas as tendências recuperadas acima desenvolveram-se predominantemente no Estados Unidos, articulado em torno de uma visão francófona da crítica feminista, sobretudo a produção de Monique Wittig (2022), o lesbianismo radical recupera trabalhos da vertente materialista do feminismo francês para a elaboração de uma crítica acerca da opressão das mulheres. Para essa especificação do movimento, as lésbicas, ainda que consideradas fugitivas da apropriação privada do domínio masculino, não escapam da apropriação coletiva, de modo que, se vinculadas às mulheres enquanto classe, mina-se o potencial subversivo da lesbianidade.

Essa breve diferenciação entre as correntes emergentes no princípio do movimento lésbico é relevante à medida que demonstra uma variedade de perspectivas em torno das questões lésbicas, mas, principalmente, revelam as implicações políticas dos temas sobre os quais esse movimento se debruçou. Destacamos especialmente as menções a Rich e Wittig, visto que foram autoras lésbicas feministas cujas contribuições embasaram e são relevantes no debate contemporâneo sobre as lesbianidades.

No entanto, ao refletirmos sobre a produção do movimento lésbico, qual seja o contexto de afirmação teórica e política, as proposições extrapolam em muito as circunstâncias específicas em que se situam as autoras recuperadas anteriormente. Para além das questões circunscritas à sexualidade e ao gênero, feministas lésbicas terceiro-mundistas e negras

estadunidenses ou que viviam nos Estados Unidos, como as latino-americanas e asiáticas, por exemplo, demonstraram também o racismo e o classismo presentes nos feminismos das décadas de 1970 e 1980 (Moraga & Castillo, 1988; Anzaldúa, 2021).

É o caso das lésbicas negras do *Combahee River Collective*, um movimento pioneiro, composto por mulheres negras lésbicas e “terceiro-mundistas” (Curiel, 2019) residentes no Estados Unidos, cuja produção teórica e o ativismo político buscavam articular as imbricações das relações de poder. Em seu Manifesto, datado de abril de 1977, traduzido para o português por Pereira e Gomes (2019), as lésbicas do *Combahee River* definiram o posicionamento político assumido pelo grupo tendo como base o capitalismo como sistema econômico, sobre o qual as diversas opressões encontram-se imbricadas:

A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas (Pereira & Gomes, 2019, p. 197).

Importante enfatizar sobre as integrantes do *Combahee* que seu discurso político inaugurou a noção de uma política identitária para dizer que não só o machismo do movimento homossexual e a lesbofobia do movimento feminista as atingia, mas também o racismo presente em ambos, além do machismo e da lesbofobia reproduzidos também no movimento negro. E para elas, não havia outra saída a não ser a proposição de um projeto político autônomo, que colocasse no centro do debate as suas experiências específicas de mulheres negras lésbicas.

No manifesto de 1977, ao argumentarem em favor de uma política identitária, as participantes do *Combahee* defendem que, em vez de focalizar sua ação na opressão exercida pelos vários outros posicionados em um espaço de dominação, era necessário desenvolver um projeto político centrado na experiência material de mulheres negras: “essa ênfase em nossa própria opressão está incorporada no conceito de política identitária . . . acreditamos que a política mais profunda e potencialmente radical vem diretamente de nossa própria identidade” (Pereira & Gomes, 2019, p. 200). No entanto, é importante ressaltar que isso não significava que a política deveria ser reduzida às identidades específicas dos indivíduos por ela abarcados.

Ao teorizar sobre a coexistência de opressões, é importante frisar que isso não deve levar a uma interpretação de que a política do Coletivo guiasse a uma hierarquização ou separação das lutas. Pelo contrário, a política identitária defendida por elas deveria ser o ponto de partida de uma ação política cujo objetivo final residia em um projeto amplo e não-identitário. A própria prática do *Combahee* não se restringia apenas às questões específicas das lésbicas negras. Por exemplo, as coalizões com ativistas comunitários homens e mulheres

heterossexuais, a participação no movimento pelos direitos sexuais e reprodutivos e o envolvimento na criação de espaço de acolhimento a mulheres vítimas de violência são alguns exemplos dos campos de atuação e estratégia das lésbicas negras do Coletivo (Falquet, 2018).

Também Audre Lorde, lésbica negra, escritora e poeta, filha de imigrantes caribenhos vivendo nos Estados Unidos, destacou em suas produções, como no livro *Irmã Outsider*, publicado originalmente em 1984, o papel das diferenças na construção de uma política feminista. Ao fazer referência à definição de “mulher” a partir das experiências e produções de feministas brancas heterossexuais, a autora ressaltou o processo de invisibilização e exclusão sobretudo das mulheres negras, mas também de lésbicas, diante da própria categoria “mulher” (Lorde, 2019). Efeitos que Lorde atribui em grande medida à recusa, por parte das mulheres brancas, em reconhecerem as diferenças entre as mulheres como um elemento fundamental que reordena as relações sociais a partir da visibilização de suas pluralidades, o que possibilitaria redefinições e novos modos de vida.

Como podemos observar, as décadas de 1970 e 1980, na América de Norte e na Europa, localizam temporalmente as primeiras articulações coletivas centralizadas nas lesbianidades ou que trazem a categoria lésbica como um elemento estruturante de sua organização. Já nas primeiras elaborações conceituais e manifestos, é possível identificar diferentes perspectivas lançadas sobre temáticas e demandas a respeito das vivências lésbicas.

Enquanto as intelectuais e ativistas negras lésbicas e terceiro-mundistas sustentavam a imprescindibilidade de análises que considerassem as imbricações dos sistemas de poder para abordar as questões relativas à categoria ou à identidade lésbica, por outro lado, autoras referência do feminismo lésbico e do lesbianismo radical tomavam a crítica à heterossexualidade como uma instituição obrigatória e como um regime político de dominação, respectivamente, como a ideia central para a afirmação de um pensamento lésbico, conforme será descrito a seguir.

2.2 Problematização e desestabilização da categoria da heterossexualidade

Em seu ensaio *Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica*, primeiramente publicado em 1980, Rich demonstra como a produção da diferença entre os sexos é tomada como a matriz fundadora da heterossexualidade compulsória, de modo que a natureza define o papel e o status social dos seres humanos segundo a biologia. Desta maneira, à medida que a diferença remete à desigualdade, ela se torna também política.

Nessa perspectiva, a heterossexualidade compulsória se trata de uma norma socialmente instituída, que obriga as mulheres a seguirem uma mesma e exclusiva direção da sexualidade, qual seja a heterossexualidade, cujo principal objetivo é a manutenção do poder masculino. Sendo a heterossexualidade a única vivência da sexualidade possível de ser vislumbrada, qualquer experiência que ouse transgredir esse sistema torna-se invalidada, marcada como desvio ou anormalidade. Desta forma, a heterossexualidade passa a ser considerada como natural, como uma parte integrante da natureza, uma condição essencial dos seres humanos (Rich, 2019).

Para a autora, sobre a heterossexualidade, a exploração econômica das mulheres e a instituição da família nuclear devem ser lançadas análises que as considerem como instituições políticas, sustentadas por ideologias que retiram o poder das mulheres. A principal delas é a ideologia do amor romântico, tomada enquanto um imperativo que, “na tradição Ocidental, uma camada – a romântica – afirma que as mulheres se sentem inevitavelmente, até precipitadamente e até tragicamente, atraída pelos homens” (Rich, 2019, p. 82).

As análises de Rich talvez sejam menos voltadas aos sistemas teóricos e de interações sociais dominantes do que ao interior do próprio movimento feminista, mais especificamente, trata-se de uma crítica profunda ao apagamento lésbico da literatura acadêmica feminista. O que Rich reivindica é a existência lésbica como potencial subversivo capaz de driblar as imposições da heterossexualidade compulsória, o que seria uma possibilidade entre todas as mulheres. Neste ponto, há um aspecto da proposição da autora importante de ser realçado: a categoria “mulher” permanece intacta. A lésbica, para ela, permanece atada a um conjunto linguístico, simbólico e também conceitual que, no pensamento feminista hegemônico dos anos 1980, definia a “mulher”.

O que pode ser identificado quando, diante das restrições e obrigações impostas pela instituição da heterossexualidade, a autora propõe duas alternativas conceituais: a existência lésbica que, ao demarcar a presença lésbica na história da humanidade, recupera uma constante atribuição de símbolos e significados a essa mesma existência; e o *continuum* lésbico, referente ao conjunto de experiências de identificação entre mulheres (Rich, 2019).

Swain (2010), ao efetuar uma releitura do ensaio da norte-americana, define o *continuum* lésbico como: “toda a gama de experiências do ser mulher e das relações afetivas mantidas entre as mulheres, sem que isso signifique necessariamente relações sexuais, o que caracterizaria, no senso comum, relações lesbianas” (p. 53). Ao refletir sobre as inúmeras possibilidades de experiências estabelecidas entre mulheres, é possível constatar, para a autora, que o apagamento sistemático das relações de companheirismo e de comunhão de interesses

entre elas trata-se de uma constante na história. Para ambas, tais conexões entre mulheres rompem com a hegemonia das relações hierárquicas da heterossexualidade, tendo em vista que ao patriarcado, enquanto sistema de dominação das mulheres pelos homens, interessa que nenhuma possibilidade de relação, compartilhamentos e vivências do ser feminino sejam desatreladas do masculino.

Aqui, novamente vemos a centralização em torno da “mulher”, do “ser feminino”. Ou seja, por esse ponto de vista analítico, as experiências lésbicas só são inteligíveis se pensadas a partir da “perspectiva da mulher”; lésbicas como um subgrupo feminino. Algo que será bastante questionado por Gayle Rubin quando, em entrevista a Judith Butler, questiona intelectual e politicamente a ideia de *continuum* lésbico, percebendo essa ideia como uma anulação da lesbianidade, apontando que esta exprimiria uma noção que abriu brechas para que as mais distintas relações e vínculos estabelecidos entre mulheres fossem incorporadas à categoria lésbica (Rubin & Butler, 2003).

O principal argumento de Rubin contra a noção de *continuum* lésbico se refere ao modo como essa proposição categórica substituiu a historicidade de questões sociais complexas por uma romantização e politização da lesbianidade. Além disso, ela sugere certa supressão da dimensão sexual da lesbianidade em detrimento de uma solidariedade de gênero, que são “importantes e coincidem de certa forma com as paixões eróticas lésbicas, mas não são isomórficas e exigem uma série de distinções mais sutis” (Rubin & Butler, 2003, p. 175).

Mas para compreender a posição de Rubin, é necessária uma breve contextualização da sua produção. A antropóloga norte-americana traz grandes contribuições teóricas para os estudos de gênero e sexualidades, em que se destaca o seu ensaio *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*, escrito em 1975, no qual a autora traz a conceituação do sistema sexo-gênero e também da heterossexualidade compulsória.

Neste ensaio, seu interesse é compreender as relações pelas quais as mulheres se tornam oprimidas, ou seja, a autora recupera criticamente uma boa parte dos sistemas teóricos modernos, mais especificamente, o marxismo, o estruturalismo e a psicanálise em busca de um conjunto de relações de produção e reprodução, forjadas por, e conceituadas a partir destes referenciais, que estabelecem e mantêm as mulheres como oprimidas.

Assim, a antropóloga propõe o sistema sexo-gênero enquanto processos pelos quais ocorre a produção de uma percepção da sexualidade como “biológica” relacionada à construção de determinada sexualidade como adequada, de modo que a sexualidade é transformada em produto da cultura (Rubin, 2017). Tal conceituação é proposta em substituição a “modos de reprodução” e “patriarcado”, categorias consideradas com certas limitações pela autora.

O que importa aqui é o olhar direcionado pela autora ao entendimento da organização social e da reprodução das condições de sexo e gênero. Para isso, ela realiza uma análise profunda dos sistemas de parentesco, e é neste ponto que a heterossexualidade compulsória emerge como um produto destas relações, sendo o casamento heterossexual a principal estratégia de manutenção deste sistema, excluindo do rol de possibilidades quaisquer outras configurações de relações (Rubin, 2017).

Apesar das divergências entre as autoras retomadas até aqui, é possível estabelecer algumas conexões entre suas produções. A própria noção de heterossexualidade compulsória não parece ser tomada de modo muito distinto entre elas, especialmente ao passo que Rubin aponta, ao longo do seu texto, um vínculo prescrito entre a obrigatoriedade da heterossexualidade e as interdições impostas à sexualidade da mulher.

De um modo geral, a problematização em torno da heterossexualidade feita por ambas as autoras promovem uma ruptura analítica importante: a noção de instituição política e ideológica, de Rich, mas também presente no ensaio de Rubin, desloca a heterossexualidade de um campo restrito das práticas sexuais – como uma orientação sexual – e a eleva ao status de um sistema político. Ou seja, a conceituação da heterossexualidade compulsória traz à tona a existência de um mecanismo de forças normativas que, ancorado à noção de diferença sexual e de seus efeitos, direciona o desejo e as práticas sexuais ao “sexo” oposto.

2.3 Desprendendo-se a categoria lésbica da categoria mulher

Já a francesa Monique Wittig (2022), aborda a heterossexualidade por uma outra chave analítica. No ensaio *The Straight Mind* [O Pensamento Hétero], publicado em 1981, fruto de um discurso proferido em Nova York em 1979 e dedicado às lésbicas norte-americanas, Wittig elabora críticas, em especial à psicanálise e às correntes estruturalistas das Ciências Sociais, enquanto produtoras de discursos que confundem os sujeitos acerca das causas materiais de sua opressão, lançando-os num vácuo a-histórico. A título de contextualização, vale ressaltar que a autora estrutura sua produção teórica no feminismo materialista francês, de modo a lançar sobre a sociedade uma compreensão baseada na dialética materialista, buscando apreender as contradições, em especial, a oposição entre homens e mulheres enquanto um conflito de classes.

Ao focalizar suas análises nos discursos produzidos e disseminados pela Ciência, Wittig enfatiza que a produção discursiva que oprime especialmente lésbicas, mulheres e homens gays é exatamente aquela que pressupõe como fundamento de toda e qualquer sociedade a

heterossexualidade. E essa opressão implica em um impedimento, ao passo que silencia qualquer experiência que esteja fora dos termos criados e autorizados por tais discursos.

Aqui, já é possível perceber a importância que a francesa atribui à linguagem, afinal, ela compõe o principal recurso utilizado pelo sistema teórico moderno dominante para restringir a realidade social a referentes a-históricos, de modo que essa realidade passa a se resumir, basicamente, a um conjunto de signos como referentes não materiais. Assim, quaisquer categorias, tais como “mulher”, “homem”, “sexo”, “diferença” configuram uma série de conceitos produzidos e articulados por um determinado pensamento dominante que encerra qualquer categoria que não tenha sido sua própria criação (Wittig, 2022).

Ou seja, o discurso dos sistemas teóricos modernos, mais especificamente no campo das ciências sociais, exerce um poder sobre todos os “outros/diferentes” à medida que cria categorias que atuam como conceitos originários de um agrupamento de teorias, disciplinas e ideias que se configuram no pensamento hétero (Wittig, 2022). Nestes termos, as categorias e conceitos forjados no sistema dominante, são marcados, pois, produzidos, pelo pensamento hétero.

Com isso, é possível afirmar que o pensamento hétero “desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos ao mesmo tempo” (Wittig, 2022, p. 62). Além disso, o embasamento desse pensamento é a necessidade de que o diferente/outro exista nos mais diversos níveis, pois o funcionamento econômico, simbólico e linguístico do pensamento hétero só é garantido a partir da diferenciação.

E à medida que a capacidade de definição e de determinação da diferença implica também dominá-la, uma estratégia eficaz desse pensamento é a fixação do conceito de diferença entre os sexos, uma característica ontológica que sustenta a gama de conceitos constituídos por este mesmo sistema. Assim, o pensamento hétero acaba por produzir a diferença sexual ao concebê-la filosófica e politicamente como um preceito originário, de maneira que a diferença ou – o ato de criar e impor a diferença –, na visão de Wittig, opera no sentido de camuflar os conflitos de interesse.

Adentrando ao campo dos conflitos, a autora aposta que será somente no conflito de classes entre mulheres e homens que as próprias categorias “mulheres” e “homens” serão abolidas. Isto é, a francesa sugere que o fim da opressão só será possível a partir de uma transformação conceitual radical, de modo que, “se nós, lésbicas e gays, continuarmos a falar de nós e a nos conceber como mulheres e homens, contribuimos para a manutenção da heterossexualidade” (Wittig, 2022, p. 65).

Nesta linha, ela inaugura o que podemos chamar de um “pensamento lésbico”, ao proferir que “lésbicas não são mulheres” (p. 67). Com isso, a autora vai ao âmago do “sujeito universal do feminismo” e rompe com a mulher essencial, sobre a qual alguns feminismos de sua época se debruçavam. Deste modo, Wittig introduz uma outra possibilidade para a prática discursiva, teórica e política sobre a lesbianidade, ao partir da noção de que lésbicas sejam existências outras que não mulheres. É a partir daí que, hoje, podemos pensar as lesbianidades como identidades políticas e constituições subjetivas que rompem com uma ideia de “mulher” forjada no heterofeminismo.

Em outro ensaio, *Não se nasce mulher*, publicado pela primeira vez em 1981, Wittig investe em uma tentativa de estabelecer uma ligação entre mulheres que lutam por mulheres enquanto classe, contra a ideia de “mulher” como um conceito essencialista e, desse modo, apresenta a lésbica como uma possibilidade concreta de se estabelecerem tal ligação e ruptura. Seguindo suas influências da abordagem materialista da opressão da mulher, ela argumenta que a ideia de que as mulheres sejam um “grupo natural” é uma farsa, já que a própria existência lésbica desmantela o fato social que constitui as mulheres enquanto classe.

Assim, para além da impossibilidade de haver um grupo natural classificado como “mulheres”, as lésbicas também questionam a “mulher” como indivíduo, pois a “mulher” não passaria de um mito. Justamente por isso, Wittig defende que a lésbica fuja de tal categorização, sendo outra coisa, “uma não mulher, uma não homem, um produto da sociedade, não um produto da natureza, pois não há natureza na sociedade” (Wittig, 2022, p. 46). Por representar a rejeição de se tornar (ou permanecer) heterossexual, a recusa lésbica implica necessariamente uma recusa de se tornar mulher ou homem, pois, como explicitado anteriormente, tais categorias só são inteligíveis dentro do pensamento hétero.

Aqui, é importante retomar novamente a definição materialista a qual a autora se vincula para apreender suas elaborações como uma possibilidade de ruptura definitiva com as visões essencialistas presentes nos feminismos de sua época, aos quais ela critica, mas que também se expressam atualizados na contemporaneidade. Seguindo a compreensão de mulheres como uma classe, o que equivale a dizer que tanto “mulher” quanto “homem” são categorias políticas e econômicas, e não categorias fixas, a recusa lésbica também se refere a um descarte do poder econômico, ideológico e político de um homem. O que reforça, definitivamente, a fuga lésbica da categoria “mulher”.

A alternativa política proposta às lésbicas pela autora envolve duas tarefas: primeiro, fazer uma distinção completa de “mulheres”, enquanto classe, da “mulher”, como mito, tendo em vista que “mulher” é formação imaginária, e “mulheres” seria o produto de uma relação

social; e, segundo, destruir o mito dentro e fora de nós mesmas, pois “‘mulher’ não é cada uma de nós, mas sim a formação política e ideológica que nega ‘mulheres’ (o produto de uma relação de exploração). A ‘mulher’ existe para nos confundir, para ocultar a realidade das ‘mulheres’” (Wittig, 2022, p. 49). A partir disso, temos que a formulação acerca da categoria lésbica de Wittig é fundamental para uma destabilização da categoria “mulheres”, o que só é possível de ser operado a partir do dismantelamento do pensamento hétero.

2.4 Lésbicas Feministas porta-vozes do Feminismo Radical Transexcludente

O final dos anos de 1970, em especial nos Estados Unidos, marca o surgimento de um determinado movimento feminista dedicado veementemente a produzir teorias que rejeitassem as identidades trans¹⁰. Rafaela Cyrino (2023), dedica-se em seu trabalho em traçar diferenciações entre o feminismo radical, do início dos anos 1970, daquele que ela nomeia de “novo feminismo radical”, entendido como uma “deriva transfóbica” ocorrida no feminismo radical que, no entanto, não compreendeu a totalidade de um campo tão heterogêneo.

Já Beatriz P. Bagagli (2019), pesquisadora transativista que em sua dissertação analisou discursos feministas radicais transexcludentes e/ou autointitulados críticos de gênero, apresenta a sigla em inglês TERF – *trans-exclusionary radical feminist*, como “frequentemente mencionada para designar os conjuntos de posicionamentos feministas críticos ou hostis à inclusão de questões transgêneras no feminismo, precisamente porque descreve a adoção de um posicionamento a favor da exclusão destas questões do escopo do movimento feminista” (p. 24). Embora o termo seja relativamente recente (Williams, 2014a; Hines, 2017;), a sigla TERF foi traduzida e popularizada na língua portuguesa, tanto no âmbito acadêmico como nas redes sociais como uma categoria em referência a feministas radicais transexcludentes (Corrêa & Rodrigues, 2023).

Segundo Cristan Williams (2013), “TERF” surgiu pela primeira vez em 2008, quando uma colunista feminista cisgênero fez uma postagem em um blogue sediado nos Estados Unidos diferenciando as feministas radicais transinclusivas de uma minoria, porém muito estridente, de feministas também autoidentificadas como radicais, mas com argumentos explicitamente transexcludentes. A autora apresenta uma trajetória contendo desde os registros dos debates estabelecidos naquele contexto virtual, passando pelo modo como, a partir daquela situação, o termo se espalhou para outros blogues feministas e também de ativistas trans até chegar aos

¹⁰ O termo 'trans' é usado como abreviação de 'transgênero' e abrange uma gama de identidades e práticas diversas de gênero sob este guarda-chuva. Nesta dissertação, o termo será utilizado a fim de incluir, mas não limitado, mulheres trans, homens trans e pessoas não binárias.

dias atuais, em que o termo encontra-se estabelecido, ainda que existam feministas que o consideram ofensivo e difamatório (Hines, 2017).

De qualquer modo, mais de quinze anos desde o seu surgimento, a sigla TERF, nas palavras de Marcele M. Silva (2022, p. 12), trata-se de uma “renovação do feminismo radical a partir das questões contemporâneas que envolvem o uso do conceito de gênero e a entrada de novos sujeitos no feminismo” (p. 12). Há uma referência direta à produção de feministas radicais norte-americanas e europeias dos anos 1970, mas com uma convocatória mais estridente de oposição às pessoas trans (Hines, 2017).

Importante salientarmos que, além da autoatribuição “feminista radical” no modo como vem sendo utilizada atualmente – em especial no contexto mapeado nesta dissertação, qual seja o de lésbicas que se autoneciam de feministas radicais ou lésbicas radicais –, outras categorizações também podem ser verificadas, como feminista crítica de gênero (FCG). Na publicação recente de Judith Butler (2024), as FCG realizam uma crítica à ideia de gênero, de modo que procuram “contestar a identidade trans, particularmente as reivindicações de mulheres trans, ao defenderem que sexo é real e o gênero é construído, querendo com isso dizer tanto falso como artificial” (p. 143). No capítulo seis desta dissertação retomaremos as múltiplas designações (ou mesmo autodesignações) de feministas antitrans.

Aqui, nos interessa em especial a referência a produções feministas radicais dos anos 1970, conforme apontado por Sally Hines (2017). Mais precisamente, o livro da feminista lésbica radical estadunidense Janice G. Raymond, *The Transsexual Empire: The Making of The She-Male* [O Império Transexual: a construção “do Travesti”]¹¹, publicado em 1979. Um trabalho precedente para os feminismos antitrans e com uma grande influência nos posicionamentos transexcludentes presentes nos discursos e práticas dos movimentos feministas contemporâneos (Hines, 2017; Bagagli, 2019).

Em seu livro, Raymond aponta que o “Império Transexual” trata-se de uma grande coalizão médica e farmacêutica, baseada em um modelo médico patriarcal, que não apenas apagou questões morais e sociais da opressão dos papéis sexuais, mas o fez como um modo de legitimar tratamentos e cirurgias de pessoas transexuais como uma solução lucrativa e individualista. Como a própria autora introduz em seu livro:

Meu foco principal é mostrar como os supostos benefícios à saúde da terapia, do tratamento hormonal e da cirurgia substituíram os valores éticos de escolha, liberdade e autonomia; como esses mesmos “benefícios” à saúde difundiram uma consciência

¹¹ Não há uma tradução para o português da expressão *she-male*. Como a autora utiliza, entre outras, a expressão *male-to-constructed-female* [homem-para-mulher-construída] e o pronome masculino (*he*) e/ou “homem” para se referir às mulheres trans, em virtude desta posição da autora optamos por manter a flexão de gênero no masculino.

crítica sobre o contexto social no qual emerge o problema do transexualismo; como mais e mais problemas morais tem sido reclassificados como problemas técnicos; e como a própria noção de saúde, conforme produzida por esse modelo médico, tornou a verdadeira transcendência do problema transexual quase impossível (Raymond, 1994, p. 2).

O uso do termo “transexualismo”, ao invés de transexualidade, é justificado pelo fato de o sufixo “ismo” ser utilizado para denotar ideologias e, de acordo com ela, o “transexualismo” constituiria um “programa sociopolítico que está minando o movimento [feminista] para erradicar os estereótipos e a opressão dos papéis sexuais nessa cultura” (Raymond, 1994, p. 5). A autora ainda se refere às pessoas transexuais como *male-to-constructed-female* [homem-para-mulher-construída] ou como *female-to-constructed-male* [mulher-para-homem-construído] como uma maneira explícita de negar a experiência corporal das pessoas trans. Para Bagagli (2019), tais expressões visam ressaltar a negação da autenticidade da identificação trans, “pois a transição de um gênero para o outro só pode se dar nesta perspectiva por meio de uma construção artificial” (p. 46).

Sappho by Surgery: The Transsexually Constructed Lesbian-Feminist [Safo por Cirurgia: O Transexual Lésbico-Feminista Construído]¹² é o quarto capítulo do livro, em que Raymond dedicou inteiramente a apresentar argumentos a respeito do que acredita ser a invasão dos espaços lésbicos feministas. Ao iniciar apresentando uma abordagem em que “o transexual-lésbico-feminista-construído” engana as mulheres ao induzirem-nas a acreditarem que “são verdadeiramente uma de nós – desta vez não apenas por um comportamento, mas em espírito e convicção” (Raymond, 1994, p. 100), a autora diz de uma apropriação completa não só das mulheres mas também do feminismo, tendo em vista o fato de as mulheres trans lésbicas se automearem como feministas. E justifica seu incômodo mais adiante:

Não é por acaso que a maioria dos transexuais construídos de homem para mulher que afirmam ser feministas também afirmam ser lésbicas-feministas. Na verdade, não conheço nenhum transexual construído feminista que também não afirme ser lésbica. É essa combinação que é extremamente importante (Raymond, p. 100).

Até mesmo as feministas transinclusivas são alvo das explicações de Raymond, que afirma não compreender por que:

tantas feministas estão tão dispostas a aceitar homens – neste caso, homens castrados – em seus círculos mais íntimos. . . As mulheres que pensam que esses homens estão abrindo mão do privilégio masculino parecem ser ingênuas sobre as maneiras sofisticadas pelas quais é possível para os homens cooptar a energia, o tempo, o espaço e a sexualidade das mulheres (Raymond, pp. 110-111).

¹² Raymond também utiliza a expressão *Transsexually constructed Lesbian-feminist* para se referir às mulheres trans lésbicas feministas, além de referenciá-las pelo pronome masculino (*he*) e como homens. Em virtude desta posição da autora, optamos por traduzir “lésbico” e “construído” com a flexão de gênero no masculino.

Em vários momentos, Raymond (1994) faz menção a uma determinada energia feminina que segue uma visão tão essencialista que beira o ponto (se é que não o atinge) de sacralizar o que quer que seja tal energia. Seguindo esse mesmo raciocínio, as lésbicas feministas (cis) são reconhecidas pela autora como uma existência máxima que potencializa e condensa toda a possibilidade da energia feminina. Desse modo, “o transexual-lésbico-feminista-construído” é visto como um verdadeiro usurpador da fonte de energia da mulher, pois é ele “quem reconhece que, se o espírito, a mente, a criatividade e a sexualidade feminina existem em algum lugar de forma poderosa, é aqui, entre as lésbicas-feministas” (p. 108).

E é a partir dessa visão das transidentidades femininas como enganadoras, usurpadoras, violadoras, homens que se passam por mulheres para invadir não só o espaço e organização de mulheres, mas também seus corpos, que Raymond (1994) busca sustentar uma argumentação sobre uma noção de estupro:

O estupro, com certeza, é uma violação masculinista da integridade corporal. Todos os transexuais estupram os corpos das mulheres reduzindo a *forma feminina verdadeira* [ênfase adicionada] a um artefato, apropriando-se desse corpo para si próprios. No entanto, o transexual lésbico-feminista construído também viola a sexualidade e o espírito das mulheres. Estupro, embora geralmente seja feito à força, também pode ser realizado pelo ato de enganar. É significativo que, no caso do transexual lésbico-feminista construído, ele consiga muitas vezes entrar e ocupar uma posição dominante nos espaços das mulheres, porque as mulheres envolvidas não sabem que ele é um transexual e ele simplesmente não menciona isso (pp. 103-104).

Para a autora, a alteração corporal das mulheres trans representaria em si um estupro visto a noção de “forma feminina verdadeira” a qual as trans, em sua perspectiva, construídas artificialmente, usurpam das “mulheres verdadeiras” em referência a cirurgias e terapias hormonais que, eventualmente, mulheres trans podem realizar (Bagagli, 2019). Além disso, boa parte do que é defendido por Raymond a respeito do que seria o estupro praticado por mulheres trans ressoa, atualmente, em muitos discursos e práticas, em especial no meio lésbico feminista. Não é raro observar, em contextos lésbicos feministas com posições transexcludentes, expressões como “o pinto lésbico” em alusão a mulheres trans lésbicas.

A questão sobre os espaços exclusivos de mulheres, um tema central no trabalho de Raymond, reflete algumas discussões estabelecidas ao longo da década de 1970 a respeito da participação de mulheres trans em festivais, coletivos artísticos, musicais e outros espaços de articulação criados por e destinados a mulheres (Hines, 2017). Um caso notório deste período, inclusive relatado pela própria Raymond no livro aqui referenciado, é o da *Olivia Records*, uma gravadora gerenciada por um coletivo de lésbicas feministas separatistas, fundado em 1973, nos Estados Unidos.

Em 1975, Allucquère Rosanne Sandy Stone, mais conhecida apenas como Sandy Stone, uma mulher trans, então engenheira de som, uma das únicas daquela região da Califórnia, foi convidada para integrar o coletivo e trabalhar na gravadora (Williams, 2014a). Angie Barbosa, travesti e transfeminista que, junto ao coletivo Bibliopreta, realizou a tradução do livro *The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto* [O Império Contra-ataca: Um Manifesto Pós-Transsexual], escrito por Sandy Stone em 1987, conta, na apresentação da tradução, que as integrantes da *Olivia* sabiam que Stone era uma mulher trans e mesmo assim a convidaram e a acolheram (Stone, 2022). Ainda que se tratasse de um coletivo lésbico separatista, mantinha-se, no coletivo e na gravadora, uma política transinclusiva (Williams, 2014a).

No entanto, após algum tempo trabalhando no estúdio, Stone passou a ser alvo de um grande ataque coordenado, vindo de feministas radicais transexcludentes daquele período. Como a própria Stone relata em entrevista concedida a Cristan Williams, em 2014, um envelope foi enviado à sede da *Olivia Records*, contendo partes do que parecia ser o capítulo de um livro. Mais tarde, aquele texto seria identificado por Stone como sendo o *Sappho by Surgery*, capítulo do livro de Janice Raymond (Williams, 2014a).

A partir daquele momento, houve uma transformação na vida e na história de Sandy Stone. Após o episódio com Raymond, a engenheira de som e a gravadora passaram a receber inúmeras cartas de ódio, sempre com um modelo padrão: falavam a respeito de “como a última produção da gravadora era horrorosa, e então mencionavam o conhecimento sobre a presença de uma transexual no grupo, sugerindo que a péssima qualidade do trabalho teria a ver com um ‘estilo masculino’ de mixagem” (Stone, 2022, p. 2, notas da tradutora).

Ainda que as integrantes da *Olivia* defendessem Stone e não concordassem com aqueles ataques, que se tornaram, inclusive, de ameaça à vida da engenheira, Sandy Stone decidiu deixar a gravadora em 1979 (Williams, 2014a). No início dos anos 1980, Stone retornou para a academia e se aproximou de Donna Haraway, que se tornaria sua orientadora em 1987. Foi em seu doutorado, quase 10 anos após a carta enviada por Raymond à *Olivia Records* e direcionada à então engenheira de som, “que Stone viria a produzir o seu mais famoso ensaio, O Império Contra-Ataca: Um Manifesto Pós-Transsexual” (Stone, 2022, p. 3, notas da tradutora), que seria oficialmente publicado em 1991.

Neste ensaio, uma das importantes bases dos estudos trans, Stone não apenas responde às formulações e ataques (nominalmente proferidos a ela) de Janice Raymond, como também elabora argumentos frente às produções patologizantes das pessoas trans no século 20. A partir de autobiografias de mulheres trans, que a autora nomeia de O.T.F: *Obligatory Transsexual*

File [Arquivo Transexual Obrigatório], e da literatura médica da época, Stone analisa as concepções normativas sobre a transexualidade ao passo em que também as desafia.

Vemos as epistemologias da prática médica branca masculina, a fúria das teorias feministas radicais e o caos da experiência vivida do gênero se encontrando no campo de batalha do corpo transexual: um espaço vigorosamente disputado de inscrição cultural, uma máquina de significado para a produção de tipos ideais. Representação em toda a sua magia, o corpo transexual é uma memória aperfeiçoada, inscrita com a história “verdadeira” de Adão e Eva como o relato ontológico da diferença irreduzível, uma biografia essencial que é parte da natureza. Uma história que a cultura conta para si mesma, o corpo transexual é uma política tátil de reprodução constituída através da violência textual. A clínica é uma tecnologia da inscrição (Stone, 2022, p. 25).

Retornando à fúria das teorias feministas radicais, em especial, àquelas que fazem jus à nomeação desta seção, a acadêmica inglesa Sheila Jeffreys também contribuiu em grande medida para a produção do que aqui nomeamos de feminismos transexcludentes ou antitrans. Declaradamente lésbica feminista radical, a autora talvez seja a principal correligionária das ideias de Raymond, tendo reproduzido e ampliado as ideias da norte-americana, bem como fomentado a exclusão de pessoas trans dos espaços feministas com suas publicações, principalmente a partir dos anos 1990.

Um pouco mais recente, as noções introduzidas por Raymond, no final dos anos 1970, foram atualizados no livro de Jeffreys lançado em 2014, *Gender Hurts: A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism* [Gênero Dói: Uma Análise Feminista das Políticas do Transgênerismo]. Como apontado por Hines (2017, p. 02), dentro da academia, Jeffreys “continua a reforçar a posição de Raymond sobre a fixidez do sexo e do gênero, negando ferozmente as identidades e expressões de gênero de mulheres e homens trans”.

Mais de uma década antes da publicação do título citado, *Unpacking Queer Politics – A Lesbian Feminist Perspective*, [Desvendando a Política Queer – Uma perspectiva Lésbica Feminista] foi publicado pela inglesa em 2003 e, diferente de Raymond cujo principal foco eram as transidentidades femininas, Jeffreys dedica um capítulo exclusivamente para as identidades trans masculinas. Em *FTM¹³ Transsexualism and the Destruction of Lesbians* [Transexuais FTM e a Destruição das Lésbicas], Jeffreys aborda as transmasculinidades e identidades trans masculinas como um tema de emergência para as lésbicas. Como afirma:

No final dos anos 1980 e 1990, uma epidemia de transexualismo de mulher para homem (FTM) começou nos países ocidentais. Mulheres que anteriormente se identificavam como lésbicas butch, ou tinham medo de se identificar como lésbicas apesar de amarem mulheres, começaram a optar pela *mutação cirúrgica* [ênfase adicionada]. Eu chamo isso de destruição de lésbicas, porque lésbicas são fisicamente destruídas nesta cirurgia, e seu lesbianismo é removido junto com partes do corpo feminino (...). Os FTMs estão fazendo *mastectomias duplas e histerectomias*, e às

¹³ Sigla original do inglês *female-to-male* [mulher-para homem].

vezes faloplastias [ênfase adicionada], que criam pedaços de tecido inativo na área genital. Elas injetam hormônios masculinos ao longo da vida, com efeitos preocupantes sobre a saúde (Jeffreys, 2003, p. 122).

Como pode ser observado, ecoa nos argumentos de Jeffreys, especialmente quando há a evocação de questões relacionadas aos procedimentos cirúrgicos e hormonais de afirmação de gênero, as preocupações lançadas por Raymond acerca do “Império Transexual”. Mas, neste caso, há uma agravante que seria a destruição da identidade lésbica, visto que muitas optariam por “mutilarem” seus corpos para se transformarem em homens ao invés de viverem a lesbianidade, compreendida como uma possibilidade disponível apenas a corpos “biologicamente femininos”.

Há também a menção de uma suposta relação entre as práticas de sadomasoquismo e a transição de lésbicas para homens trans, pessoas que, a partir da transição, passariam a se relacionar com homens (cis) por frequentarem os ambientes fetichistas na companhia de homens gays. Algo que é posto na conta das feministas lésbicas das décadas de 1980 e 1990 que, nas palavras da autora, “rejeitaram os entendimentos do feminismo e desenvolveram o sadomasoquismo da moda e a representação de papéis butch/femme, dos quais surgiu o fenômeno do transexualismo FTM” (Raymond, 1994, p. 124).

Ou seja, para a inglesa, a transexualidade masculina surge como um fenômeno a partir das comunidades e práticas fetichistas lésbicas que envolviam o *role-play*¹⁴ butch/femme, ou seja, a performance de casais lésbicos em que uma das parceiras não reproduziria expressão, códigos, vestimentas e padrões comportamentais geralmente relacionados à feminilidade (a butch), e a outra parceira (a femme), sim. Para ela, a representação de papéis butch/femme seria uma tentativa exagerada de imitar um casal heterossexual, de modo que a dinâmica desigual de poder implicada em tal interpretação de papéis resultaria em uma configuração relacional baseada em dominação/submissão, o que, invariavelmente, envolveria violências.

Neste ponto, a autora, em tom de denúncia, atribui o desenvolvimento da Teoria Queer, a partir da década de 1990, como uma grande perda para as produções teóricas do feminismo lésbico, ao passo que lamenta: “Lésbicas lutaram para levar estudos lésbicos para a academia, e é uma tragédia que a influência que foi conquistada deva ser usada para *promover as excitações vulgares do sexo dominante/submisso* [ênfase adicionada]”. (Jeffreys, 2003, p. 134). A inglesa apresenta um incômodo especial, talvez até um certo ressentimento com as autorias lésbicas que produziram sobre sexualidade, nas décadas de 1980 e 1990, a partir de uma visão

¹⁴ Dramatização ou interpretação de papéis. No contexto do BDSM (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo), as roles plays são as cenas, que relacionam prazer, troca de poder, dor e performances (Rego Barros, 2019).

positiva em contraponto às produções feministas antipornografia e antiprostituição (Rubin, 2003) à qual a autora se filia.

Já sobre as transidentidades femininas, na obra de 2014, tal qual Raymond em *Sappho by Surgery*, Jeffreys também dedica um capítulo a dizer sobre a suposta invasão dos espaços femininos pelas mulheres trans. Como um dos principais argumentos, Jeffreys (2014) fala do “desafio transgênero” que ameaça espaços que, em sua posição, deveriam ser exclusivos para as mulheres, como banheiros públicos e penitenciárias, mas que, com o aval estatal (o Estado, no caso, colaborador “dos transgêneros”) priorizam as demandas transativistas¹⁵.

A questão do estupro é retomada pela inglesa a partir da metáfora do “teto de algodão”. Segundo a autora, o termo foi criado dentro da comunidade trans feminina em referência a uma barreira que estas enfrentariam ao tentarem contato sexual (genital) com mulheres cis. O termo também faz uma menção ao “teto de vidro”, comum em contextos feministas em discussões sobre mercado trabalho, que diz das barreiras que impedem as mulheres de acessarem cargos mais elevados. Algodão, no caso mencionado, faria referência à calcinha.

Tal metáfora, segundo Bagagli (2019, p. 63), é utilizada:

para designar estas supostas tentativas de coação e acesso aos corpos como uma quebra de barreira de consentimento. Em virtude de mulheres trans serem frequentemente vistas como homens, a demanda por reconhecimento da identidade lésbica também pode ser interpretada como uma tentativa de reverter a sexualidade lésbica para a heterossexualidade.

Ao final de seu livro, Jeffreys (2014), conclui a ideia, lançada por Raymond na década de 1970, da ameaça representada pelas experiências trans. Por isso a expressão que dá título ao livro “gênero dói”, ao passo em que a inglesa elenca uma série de perdas que a definição de gênero trazida pelo “transativismo” acarreta ao movimento feminista, às mulheres de forma geral e às lésbicas de modo particular, e inclusive às crianças.

De fato, como um grande império, gênero, na perspectiva refutada por ela, “dói” por envolver, além da indústria médica e farmacêutica, grandes empresas, incluindo de gays e lésbicas, responsáveis por difundir a ideia de transidentidades, assim como o fazem feministas liberais, movimentos estudantis e educadores que aceitam a ideia de infâncias trans. Atores e atrizes que desenvolvem tais ações, enquanto “os atingidos por tais teorias estão desamparados e desesperados por algum alívio, procurando na cosmética e na cirurgia um alívio para a sua dor” (Jeffreys, 2014, p. 183).

¹⁵ “Transativismo” e seus correspondentes são termos comumente utilizados no meio feminista antitrans como uma forma de desqualificar a produção teórica e política do movimento trans.

A alternativa lançada por Jeffreys como resposta ao “Império” e também atribuída ao que ela nomeia, em alguns momentos, como “nova onda do feminismo”, trata-se da abolição do gênero. Enquanto “transativistas travam uma batalha para que sua ideologia sobreviva, o que envolve abuso e campanhas online de assédio e ataques públicos a feministas, a fim de sabotar a liberdade de expressão” (p. 188), cabe, à nova onda do feminismo, que resgata o projeto feminista dos anos 1970 de abolir os papéis de gênero, entrar nessa batalha, aceitar o desafio e confrontá-lo.

Ao que nos indica, Sheila Jeffreys aposta em uma nova onda feminista que seja antitrans, ao passo que na missão de abolir o gênero, feminismo e gênero são formuladas como noções opostas. Há uma tentativa de tornar uma visão particular representante de todo o feminismo, além de uma reivindicação de “direitos de propriedade sobre as categorias de gênero, especialmente a categoria mulheres, mas as categorias de gênero não são uma propriedade e não podem ser uma posse” (Butler, 2024, p. 144).

3 ENTRE CONEXÕES E RUPTURAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA ACESSAR OS EMBATES

Inicialmente, para descrever as estratégias metodológicas desenvolvidas na presente pesquisa, acreditamos ser coerente considerar dois pontos, imbricados tanto ao processo de construção do objeto deste estudo como ao próprio desenvolvimento da autora como pesquisadora iniciante nos estudos de gêneros e sexualidades e também acerca dos feminismos, sobretudo feminismos lésbicos. Ambos os aspectos também confluem ao atribuírem sentido às escolhas e definições que organizaram o caminho percorrido.

Primeiro, ao tomar como principal objetivo do estudo analisar os embates estabelecidos sobre a categoria lésbica, partimos da compreensão de que as lutas políticas são organizadas e dispostas nos espaços públicos e privados – bem como *on* e *offline* – de vários modos. Ao situar os embates aos quais nos referimos na plataforma *Instagram*, e ao direcioná-los em relação à categoria lésbica, delimitamos um campo e um tema.

Peter Spink (2003), fala a partir da Psicologia Social utilizando-se da noção de campo-tema para tensionar alguns componentes do saber considerados imprescindíveis para os modelos científicos hegemônicos, como a própria diferenciação pesquisadora-objeto. Para o autor, a pesquisa desenvolvida no/com campo-tema deve ser uma investigação em ação, em que a negociação de saberes e de sentidos produza transformação das práticas.

Assim, tomamos a noção de campo-tema para pensar os embates em torno das lesbianidades, considerando a impraticabilidade de fragmentar uma rede múltipla de sentidos e materialidades da qual a autora faz parte, ora como sujeita política, ora como pesquisadora. Como seria possível adentrar ao campo de pesquisa somente no momento em que o mesmo é definido como objeto de estudo, sendo a autora ao mesmo tempo parte dele? “Ir a campo”, neste sentido, não implica deslocamento, visto que não se trata de um lugar específico, sequer de uma dimensão fora do tema. Não é algo para o qual a pesquisadora olha, mas um lugar onde ela se situa... e toma partida.

Aliás, o campo no qual há imersa não se trata apenas de um lugar onde seja possível situar-se para lançar visões e produzir impressões sobre o tema. Mas, sim, onde a autora também se produz e o produz, ao passo que, situada como pesquisadora, busca estabelecer outras relações, produzindo informações com as quais seja possível uma outra posicionalidade junto ao objeto.

Um segundo aspecto necessário de ser pontuado, antes de descrevermos os procedimentos desenvolvidos, trata-se de como visualizamos os embates. De fato, acreditamos

que sempre tratamos de conflitos, especialmente no desenvolvimento de pesquisas em ciências humanas e sociais.

No contexto dos feminismos, Alvarez (2014) argumenta que disputas interpretativas bem como conceituais, políticas e culturais são componentes cruciais destes campos. De acordo com essa perspectiva, as próprias transformações produzidas nos feminismos são efeito de alianças e rupturas tanto internas, ou seja, as que ocorrem entre sujeitas e sujeitos inseridos nos espaços de articulação política, quanto externas, decorrentes de coalizões e rachas entre o campo feminista e outros setores dos movimentos sociais.

Neste sentido, tratar os embates sobre categorias, definições e compreensões produzidas pelos feminismos e feminismos lésbicos apenas pela perspectiva dos conflitos, pode sugerir certa incompletude, correndo-se o risco de que as interpretações sejam limitadas a fragmentos ou partes específicas das que estão em disputa, e não sobre a complexidade que envolve o campo. Assim, consideramos abordar a questão do embate como uma relação formada por certos pares de oposição: consenso/dissenso, alianças/disputas, continuidades/rupturas, inclusão/exclusão.

Além disso, como focalizamos em embates políticos, isso significa que não se tratam de disputas individuais ou individualizadas. Algo que, inclusive, repercutiu nas escolhas procedimentais que serão descritas a seguir.

3.1 Registros documentais e bibliográficos como fontes importantes de investigação

Para uma compreensão mais ampla acerca dos embates travados atualmente no campo das lesbianidades no contexto virtual, percebemos a necessidade de investigar outras situações de disputas próximas – em termos de sujeitas imbricadas e de temática – àquelas estávamos tomando como ponto de partida. Assim, optamos pela análise documental como uma estratégia de investigação de situações de rupturas e alianças produzidas em contextos de articulação lésbica feminista no Brasil e na América Latina.

Articulada com a própria noção de campo-tema, a qual assumimos aqui, Spink (2003) indica que documentos públicos possam compor o campo como forma de ampliar as possibilidades de diálogo, especialmente a partir da compreensão de que os documentos não apenas registram determinados fatos ou acontecimentos, mas integram o processo, materializando diálogos. Também é válido destacar o caráter de práticas discursivas que emergem dos documentos: “como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação àquilo que está impresso em suas páginas” (Spink, 2013, p. 102). A própria noção de

público, em relação aos documentos, é algo que demarca bem os limites entre público e privado, algo que, nas pesquisas desenvolvidas no contexto virtual, é possível observar uma certa dinâmica de “fronteiras borradas”.

Entretanto, na seleção dos documentos instalou-se uma dificuldade posta pela fragmentação: pesquisa bibliográfica/pesquisa documental (Sá-Silva, Almeida & Guindane, 2009). Para os autores, há uma diferenciação entre ambas, visto que a noção de documento vai além de textos escritos e contempla também como fonte de pesquisa filmes, fotografias, vídeos entre outros. Já na distinção elaborada por Maria M. de Oliveira (2007), a pesquisa bibliográfica trata-se de estudo e análise de documentos do domínio científico, enquanto que na análise documental a busca de informações deve ser destinada a materiais que não tenham recebido tratamento científico, como relatórios e reportagens.

O que os autores e a autora argumentam é que as fontes caracterizam o principal elemento diferenciador. Ou seja, quando se tratar de um documento ainda não trabalhado, caberia uma análise documental; de modo diferente, quando a busca for realizada em materiais já depurados analiticamente, então se trataria de uma análise bibliográfica.

Fato é que essa é uma das etapas dos caminhos metodológicos da presente pesquisa, que não se caracteriza propriamente, ou somente, nem como uma pesquisa documental, nem como uma investigação puramente bibliográfica. Em alguns dos trabalhos analisados na revisão bibliográfica foi possível identificar eventos e situações importantes que configuram os embates com os quais trabalhamos e que, aqui, nomeamos de pares oposição consenso/dissenso, alianças/disputas, continuidades/rupturas e inclusão/exclusão. Por conseguinte, a partir de situações referidas nessas leituras, buscamos ir à fonte de tais eventos.

Deste modo, a figura a seguir especifica os materiais utilizados nesta análise. Em “registro bibliográfico”, consideramos os artigos e uma tese de doutorado, identificadas a partir da revisão bibliográfica, que trouxeram discussões pertinentes ao propósito em questão. Como “registro documental”, abarcamos reportagens, cartas e também Relatórios Finais de encontros lésbicos feministas encontrados em sites e blogs “oficiais” destes encontros.

Ressaltamos que a escolha por esses materiais, de modo a complementar os objetivos propostos, foi guiada pelo intuito de investigar situações de rupturas e alianças produzidas em contextos de articulação lésbica feminista no Brasil e na América Latina. Assim, os eventos selecionados para essa etapa foram algumas edições específicas dos: Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe (EFLAC), Encontros Lésbicos Feministas Latino-americanos e do Caribe (ELFLAC), do Encontro LesBiTransInter Feminista Latino Americano e do Caribe:

Venir al Sur e dos Seminários Nacionais de Lésbicas e Seminários Nacionais de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALE/SENALESBI).

Figura 5

Registros utilizados na análise de documentos

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	REGISTRO DOCUMENTAL
Encontros Feministas Latino-americanos: Sonia Alvarez et al., 2003; Sonia Alvarez, 2014.	1º SENALE (1996): Boletim Um Outro Olhar, 1997
3º EFLAC (1985): Karla G. Adrião e Maria J. F. Toneli, 2008	2º SENALE (1997): Boletim Um Outro Olhar, 1998
5º SENALE (2003): Patrícia Lessa, 2007	3º SENALE (1998): Boletim Um Outro Olhar, 1999
10º EFLAC (2005): Karla G. Adrião, Maria J. F. Toneli e Sônia W. Maluf, 2011	7º ELFLAC (2007): Carta de Aireana, 2007
6º SENALE (2006): Ana C. Lemos, 2015	6º SENALE (2006): Relatório Final do VI SENALE, 2006
7º ELFLAC (2007): Ana L. R. Mateus e Diana E. C. Leal, 2013	1º LesBiTransInter Venir al Sur (2012): Aireana, 2012
8º ELFLAC (2010): Ana L. R. Mateus e Diana E. C. Leal, 2013; Andrea Alvarado, 2010	8º SENALE (2014): Relatório Final do VIII SENALE, 2014
8º SENALE (2014): Ana C. Lemos, 2015	

3.2 Em meio a postagens, curtidas e comentários: a conflagração de um embate na plataforma Instagram

Como descrevemos na construção do objeto deste estudo, o ponto de partida para as questões que buscamos refletir foi o perfil do LesboCenso Nacional no *Instagram*. Diante disto, este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa de inspiração etnográfica no contexto virtual. Esta escolha justifica-se pelo fato de que uma etnografia, desenvolvida segundo princípios básicos do método, ética e epistemologia da Antropologia (Cesarino, Walz & Balistieri, 2023) requer um período mais longo de interações no contexto da pesquisa.

Entretanto, os pressupostos básicos do método e da ética etnográfica realizada em contexto digital foram utilizados para embasar o percurso metodológico da presente pesquisa. De um modo geral, a etnografia virtual possibilita o estudo sobre as práticas sociais na internet e a produção de sentidos e significados pelas(os) agentes que ali estabelecem interação (Mercado, 2012). Para Rifiotis (2016), a etnografia no ciberespaço tem como um dos objetivos mapear a formação de redes, partindo-se da noção de sujeitos enquanto agentes em ação.

Ao localizarmos esta pesquisa na plataforma Instagram, deve-se ressaltar uma breve diferenciação entre “redes sociais” e “plataformas”, termos que não raro são tratados como sinônimos, mas que se referem a processos diferentes. Segundo D’Andréa (2020), as redes sociais realçam uma dimensão relacional, enquanto que as plataformas digitais integram um conjunto de lógicas computacionais, econômicas e políticas que se baseiam na conectividade e na troca de dados.

Ainda de acordo com o autor, é fundamental ter uma compreensão nítida desta distinção, pois a ênfase somente no aspecto interacional (dinâmica própria das mídias sociais) acaba por desconsiderar elementos materiais, políticos e econômicos das plataformas, que constituem dinâmicas elementares para a compreensão do funcionamento e dos efeitos produzidos a partir da conectividade online. Neste sentido, a plataformização pode ser compreendida como uma “‘infraestrutura de dados’ que hospeda um conjunto variado e em constante evolução de ‘instâncias de plataformas’, por exemplo, aplicativos como o Facebook Messenger e o Instagram” (Poell, Nieborg & van Dijck, 2020, p. 4).

Dito isto, a partir do objetivo de identificar as disputas em torno da categoria lésbica verificadas na realização da 1ª etapa da pesquisa LesboCenso Nacional, optamos pela estratégia etnográfica da observação. Para Fragoso, Recuero e Amaral (2011) a pesquisa de observação no contexto virtual possibilita algumas opções, sendo uma delas a entrada em campo na posição de *insider*.

Este tipo de observação caracteriza as investigações em que há “. . . um grau significativo de proximidade inicial entre as localizações socioculturais do pesquisador e do pesquisado” (Hodkinson, 2005, p. 134). A escolha do grau de pertencimento da pesquisadora ao campo pesquisado possibilita uma ampla gama de opções de pesquisa, mas implica consequências éticas e mesmo interferências na análise dos resultados, o que deve ser ponderado seguindo-se os objetivos da investigação (Fragoso, Recuero & Amaral, 2011).

Uma outra possibilidade de inserção no campo, de acordo com pesquisadoras (es) da etnografia virtual e da análise de redes sociais trata-se da observadora “silenciosa” ou *lurker* (Amaral, 2010). Nestes casos, ocorre a inserção de uma pesquisadora em um campo em que ela

não esteja previamente inserida, de modo que a observação siga sem que ela revele sua identidade.

A opção pela posição “silenciosa” geralmente é utilizada em casos em que o campo de pesquisa aborda “ecossistemas que abrigam atividades potencialmente perigosas ou ilegais, ou grupos radicais que poderiam colocar em risco a segurança da pesquisadora” (Cesarino, Walz & Balistieri, 2023, p. 21). Ainda que o campo da presente pesquisa envolva embates – logo, uma conflituosa arena de disputas, em que há a possibilidade de que posicionamentos extremos, de grupos ou indivíduos, façam-se presentes no campo – acreditamos que a opção de realizar este estudo enquanto uma pesquisadora “silenciosa” não se enquadraria, tanto levando-se em conta os objetivos como a própria relação prévia da pesquisadora com o campo pesquisado.

Assim, buscamos um posicionamento em campo mediando elementos das duas opções elencadas acima. Realizamos uma inserção em profundidade, com observação direta e produção de diários de campo, sem, no entanto, recorrer ao uso de entrevistas. Essa incursão bem como as escolhas tomadas em cada etapa será detalhada a seguir.

3.2.1 Primeira fase: entrada em campo e seleção das postagens

Para a delimitação dos objetivos desta pesquisa, bem como para a própria definição das perguntas e problemáticas a serem estudadas, é necessário evidenciar o envolvimento prévio da pesquisadora com o campo-tema investigado. Na descrição desta primeira fase, conforme destacado na introdução sobre a alternância entre plural e singular na escrita desta dissertação, por descrever aspectos pessoais implicados na realização desta etapa, retorno para o singular.

Em meu perfil pessoal no Instagram, já seguia a página oficial do LesboCenso Nacional e, na época em que a pesquisa foi lançada, em agosto de 2021, até o momento em que toda a polêmica foi gerada em torno do projeto, no início de 2022, acompanhei, pela própria plataforma, alguma repercussão sobre o caso.

Naquele contexto, houve um interesse pela discussão, visto que na minha conta pessoal já acompanhava perfis de grupos e pessoas que produziam conteúdo sobre lesbianidades. Acessei o questionário divulgado pelo projeto, e, quando cheguei na questão iniciada por “De 1 a 100, quanto você se aproxima de uma expressão de gênero mais masculina? . . .” (LBL & Associação Lésbica Feminista de Brasília, 2022, Apêndice I, p. 09), optei por não concluir minha participação no levantamento.

Naquele momento específico, finalizava meu trabalho de conclusão da graduação em Psicologia, em que pesquisei sobre as representações sociais de lésbicas sobre a lesbianidade,

portanto no início da minha trajetória como pesquisadora. Muitos conceitos sobre identidade de gênero, transidentidades, cisgeneridade, não binariedades e expressões de gênero me pareciam confusas. Não acreditava (e ainda não acredito) que se afastar de uma expressão de gênero feminina necessariamente implique a aproximação com uma expressão de gênero masculina. De todo modo, a inquietação diante da pergunta, somada aos grupos “críticos de gênero” com os quais tinha algum contato e que se opuseram à perspectiva transinclusiva assumida pelo LesboCenso, optei por interromper minha participação no estudo naquele momento.

Entretanto, continuei seguindo a página da pesquisa no Instagram e acompanhei o lançamento do Relatório Descritivo da 1ª Etapa (2021-2022), que ocorreu em 29 de agosto de 2022. Até então, meu interesse em pesquisas sobre temas das lesbianidades não se direcionava para toda a questão conflitiva que envolveu esta primeira fase do LesboCenso.

Em maio de 2023, já no mestrado, no período de definição das perguntas e objetivos que guiarão meu projeto de pesquisa, retorno a essa situação. Inclusive, é neste momento que o próprio contexto de acirramento, evidenciado nos comentários feitos a postagens no perfil oficial do LesboCenso no Instagram, transforma-se em meu objeto de estudo, mais precisamente, no ponto de partida para as definições de pesquisa que viriam a seguir.

Assim, a primeira fase de seleção do material a ser analisado foi a escolha das postagens, tendo em vista o objetivo de identificar as disputas em torno da categoria lésbica verificadas na realização da 1ª etapa da pesquisa LesboCenso Nacional. Antes disso, vale evidenciar que, nesta fase, optei por utilizar minha conta pessoal, levando-se em conta a criação de uma posicionalidade entre *insider* e *lurker* (Hodkinson, 2005; Amaral, 2020), explicitada anteriormente.

Para a seleção das postagens, o critério utilizado foi a escolha dos posts que tivessem recebido o maior número de comentários, levando-se em conta que o *Instagram* utiliza um sistema de avaliação quantitativa, em que número de seguidores, curtidas, visualizações e comentários em um determinado perfil constituem-se nos elementos dos modos de ação e interação na plataforma (Bentes, 2021). A opção pelo maior número de comentários e não pelo de curtidas justifica-se pelo fato de que, diferente da interação por meio destas, os comentários revelam o grau de envolvimento de um usuário com a postagem (Bertucci & Nunes, 2017), além de ser o espaço de “autoexpressão/autoexposição do comentador, que interage com uma segunda pessoa, trazendo para o campo discursivo diferentes vozes” (Santos & Filho, 2014, p. 316).

Assim, realizei login no Instagram na versão para desktop, acessando o site da plataforma pelo navegador no computador e desabilitei a opção de ocultar o número de curtidas e de visualizações, um recurso opcional disponibilizado pela plataforma que, ao desabilitá-lo, o número de curtidas em postagens em perfis públicos tornam-se visíveis.

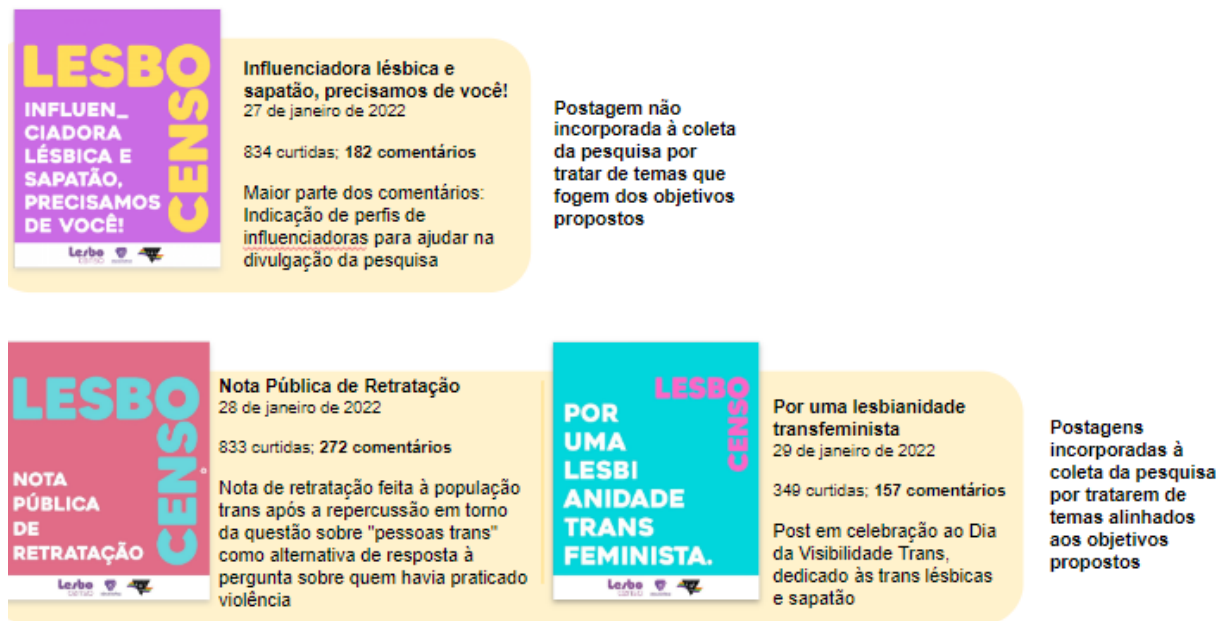
Em seguida, selecionei as postagens que tivessem 100 ou mais comentários entre as 102 postagens realizadas pelo perfil oficial do LesboCenso até o momento desta primeira seleção dos dados (junho de 2023). Destas, três publicações tiveram mais de 100 comentários: “Influenciadora lésbica e sapatão, precisamos de você” (27 de janeiro de 2022), “Nota Pública de Retratação” (28 de janeiro de 2022) e “Por uma Lesbianidade Transfeminista” (29 de janeiro de 2022) (Lesbocenso, 2022a, 2022b, 2022c).

Como o objetivo específico que orienta essa fase da seleção direciona-se à identificação das disputas estabelecidas no perfil em relação à divulgação do formulário da primeira fase do levantamento, o critério para a inclusão das postagens foi o de que houvessem comentários que repercutissem o fato. Desta maneira, a publicação de 27 de janeiro (Lesbocenso, 2022a), que convidava influenciadoras lésbicas e sapatão a divulgarem a pesquisa não contemplou o objetivo proposto, visto que a grande maioria dos 182 comentários feitos à postagem continha menção e marcação de perfis, e não houve um número relevante de opiniões acerca do formulário.

Assim, foram incluídas, nesta primeira etapa, as postagens “Nota Pública de Retratação” e “Por uma lesbianidade transfeminista” (Lesbocenso, 2022b, 2022c), conforme detalhamento a seguir (Figura 6).

Figura 6

Detalhamento das postagens selecionadas na 1ª etapa



3.2.2 Segunda fase: organização das interações no contexto das postagens

Seguindo-se os critérios definidos na fase anterior e definidas as publicações em que foi possível verificar disputas em torno da categoria lésbica na realização da 1ª etapa da pesquisa LesboCenso Nacional, essa próxima fase compreendeu o terceiro objetivo específico proposto, em que pretendemos observar os posicionamentos acerca das lesbianidades nas interações estabelecidas no enquadramento anteriormente estabelecido. Para isso, durante o mês de junho de 2023, realizamos o procedimento de cópia e colagem de todos os comentários feitos no contexto das postagens.

Nomeamos como “contexto da postagem” pois, no âmbito de comentários feitos em postagens no *Instagram*, é possível que outras(os) usuárias(os) interajam diretamente com algum comentário, e não necessariamente com a postagem. No caso em questão, há comentários feitos às postagens que, por sua vez, receberam curtidas e outros comentários em resposta aos primeiros. Assim, localizar o contexto da postagem significa que trabalhamos tanto com os comentários feitos diretamente à postagem como com aqueles feitos em resposta a determinado comentário, sendo que todos estes encontravam-se no âmbito da mesma publicação.

Assim, os 272 comentários feitos no contexto da primeira publicação (Lesbocenso, 2022b) e os 157 feitos no contexto da segunda publicação (Lesbocenso, 2022c) foram copiados e colados em um documento do processador de textos Word. Neste processo de cópia e colagem, as informações recuperadas foram: o perfil, com foto e nome da(o) comentarista, o

texto do comentário, o número de curtidas recebido pelo comentário (quando havia) e os textos dos comentários feitos em resposta (quando havia).

Destaca-se, nesse processo, o que viemos nomeando de “pares de oposição”, especialmente levando-se em conta que o que estava posto no contexto das duas postagens era uma situação que envolvia posicionamentos binários de aprovação ou reprovação do conteúdo das publicações. Na primeira, quem apoiou ou reprovou a Nota de Retratação; na segunda, quem foi a favor ou contra o posicionamento da equipe do LesboCenso em defesa de uma lesbianidade transfeminista.

Aqui, compõe a estruturação metodológica desta pesquisa um procedimento quantitativo, em que todos os comentários realizados nos contextos das postagens foram organizados de acordo com o posicionamento assumido, realizando-se uma somatória das curtidas recebidas em cada um destes comentários (quando havia). De fato, a maior parte dos comentários feitos nos contextos das duas publicações posicionaram-se, de algum modo, ou a favor ou contra o conteúdo das mesmas. As únicas exceções foram os comentários em que as(os) comentaristas haviam apenas feito menções a outros perfis, sem, no entanto, expressarem alguma opinião sobre o conteúdo.

Dos 272 comentários realizados no contexto da publicação da “Nota de Retratação” (Lesbocenso, 2022b), excluindo-se os comentários em que havia apenas a menção a outros perfis, o número de comentários recuperados no processo de cópia e colagem resultaram em 236. Ao realizar uma organização manual deste material, ou seja, sem a utilização de aplicativos ou softwares que possibilitam uma contagem automatizada, estes comentários foram dispostos seguindo-se o critério de aprovação/reprovação ao conteúdo publicado na respectiva postagem. Também foi realizada a contabilização do número de perfis que comentaram, além do número de curtidas recebidas em cada comentário, que, de acordo com o critério de agrupamento estabelecido, foram alocadas na soma geral dos comentários a favor ou contra o conteúdo (Figura 7).

Figura 7

Organização dos posicionamentos expressos no contexto da primeira postagem

Comentários		Perfis	Somatória das curtidas recebidas nos comentários
Aprovaram o conteúdo da publicação	103	56	597
Reprovaram o conteúdo da publicação	133	42	3710

Como pode ser observado, especialmente pelo número de comentários realizados e o total de curtidas recebidos por estes, a maioria das interações no contexto desta publicação desaprovou a Nota de Retratação feita à população trans pela equipe do LesboCenso Nacional, ainda que o número de perfis que a aprovaram tenha sido maior. Outro ponto a ser destacado trata-se da relação entre o número de perfis e o número de comentários feitos neste contexto. Em ambos os posicionamentos, o número de comentários foi bem superior ao de perfis, o que indica que um mesmo perfil tenha realizado mais de um comentário no contexto da postagem.

Algo semelhante pode ser observado no contexto da segunda postagem trabalhada. Nesta, referente à manifestação feita pelo perfil do LesboCenso pelo dia da Visibilidade Trans, a equipe da pesquisa tornou público um comprometimento para com a população trans, em especial para com as translésbicas, conforme expresso na legenda da publicação: “[...] não deixaremos de somar esforços para garantir o bem estar de todas as translésbicas” (Lesbocenso, 2022c, s/p).

O tratamento dos dados desta postagem seguiu os mesmos critérios estabelecidos anteriormente. Assim, dos 154 comentários feitos no contexto da postagem, excluindo-se aqueles que apenas mencionavam perfis sem evidenciar alguma opinião sobre o conteúdo da publicação, o processo de cópia e colagem dos comentários resultou em 130 comentários (Figura 8).

Figura 8

Organização dos posicionamentos expressos no contexto da segunda postagem

Comentários		Perfis	Somatória das curtidas recebidas nos comentários
Aprovaram o conteúdo da postagem	70	15	88
Reprovaram o conteúdo da postagem	60	11	1002

Destaca-se, da organização dos comentários e curtidas desta segunda postagem que, diferente da primeira, houve um número maior de comentários de aprovação do que de reprovação ao conteúdo postado. No entanto, pela coluna de somatória do número de curtidas recebidas é possível perceber uma mobilização de rejeição à publicação.

3.2.3 Terceira fase: seleção dos perfis

Realizada esta segunda fase de organização das interações no contexto da postagem, iniciamos a terceira fase do procedimento metodológico, relativa ao objetivo específico de mapear os principais perfis (individual ou de grupo) cujas opiniões expressas na plataforma foram de maior alcance e repercussão. Esta fase ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2023, tendo em vista a necessidade de uma seleção prévia dos perfis que seriam mapeados.

Aqui, as questões relativas à ética em pesquisa foram levantadas nos diálogos entre mestranda, orientador e coorientadora. Tendo em vista a ideia de mapear perfis, algumas das indagações postas foram: há a intenção de entrevistar pessoas? Haverá o estabelecimento de contato prévio com as(os) administradoras(os) destes perfis? Será criada uma nova conta no Instagram para realização deste mapeamento, tendo em vista que a conta utilizada nas fases anteriores era o da própria pesquisadora?

A respeito da realização de entrevistas, a principal questão impeditiva foi em relação ao tempo que ainda dispúnhamos para a realização da pesquisa. Considerando-se uma situação tão complexa como a encontrada no campo-tema em que esta pesquisa se situa, muitas pessoas

deveriam ser ouvidas, a começar pelas próprias organizadoras do LesboCenso Nacional, além das pessoas por trás dos perfis que mais se destacaram nas interações nas postagens, posicionadas em ambos os lados do embate binário figurado em tal contexto.

Assim, a opção adotada foi a de não realização de entrevistas e nem pelo estabelecimento de contato direto com as pessoas e grupos envolvidos. Fato que não comprometeu a inserção em profundidade, observação e produção de diários de campo decorrentes das escolhas feitas nesta terceira fase.

Sobre a criação de uma nova conta no *Instagram*, isso foi realizado como uma estratégia ética para garantir a confiabilidade dos dados recuperados. Como o perfil pessoal da autora já seguia tanto a página do LesboCenso com a página de algumas das pessoas que comentaram nas postagens, este segundo perfil, isento de seguidores bem como sem seguir ninguém, foi utilizado como uma estratégia de verificar a ação dos algoritmos sobre os dados que eu tinha acesso em meu perfil pessoal. A mediação algorítmica envolve um debate público e político bastante complexo, e até controverso em termos teóricos e metodológicos (D’Andrea, 2020).

De um modo simplificado, há uma “racionalidade preditiva dos algoritmos”, que “confere à visibilidade das ações dos indivíduos um sentido que pode ser antecipado e, portanto, gerido” (Bentes, 2021, p. 91). É possível compreender que a lógica algorítmica organiza o espaço das plataformas online de modo personalizado, extraíndo e armazenando os dados produzidos, agindo, por exemplo, de modo a hierarquizar as postagens exibidas para cada usuário (D’Andréa, 2020).

Assim, o novo perfil foi criado para a averiguação dos dados que tivemos acesso anteriormente por meio do meu perfil pessoal: se apareceriam os mesmos comentários e curtidas visualizadas pelo perfil pessoal; e se os perfis seguidos no perfil pessoal da pesquisadora estavam públicos ou privados na plataforma. O procedimento de cópia e colagem dos comentários e curtidas nos contextos das duas postagens foi repetido com a utilização do novo perfil e, apesar de aparecem em outra ordem, todos os comentários que haviam sido visualizados anteriormente apareceram também no acesso realizado com o novo perfil. Ainda com a utilização desta conta, pudemos verificar que todos os perfis selecionados para o mapeamento nesta etapa estavam públicos no momento da coleta de dados.

Para a seleção destes perfis, a partir da organização dos dados explicitada na fase anterior, dois critérios foram aplicados: no primeiro, considerando a possibilidade de que um mesmo perfil tivesse feito mais de um comentário no contexto da postagem, seriam selecionados os perfis que obtivessem o total de cem ou mais curtidas nos comentários

realizados. Para isso, um perfil poderia ter recebido cem curtidas ou mais em apenas um comentário, ou somando-se as curtidas de todos os comentários que o mesmo perfil realizasse.

Com esse procedimento, 14 perfis foram selecionados na primeira postagem e cinco entraram no contexto da segunda postagem. Considerando que, destes cinco da segunda postagem, dois já haviam entrado na seleção da primeira publicação, 17 perfis foram selecionados a partir deste primeiro critério.

O segundo critério de inclusão na listagem dos perfis a serem mapeados envolveu duas estratégias de filtros. A primeira, balizada pelos princípios da ética em pesquisas realizadas em contexto virtual, foi a presunção de publicidade. Somente os perfis que estivessem públicos durante o período de imersão em campo foram selecionados. Deste filtro, 10 perfis estavam públicos e 7 privados, de modo que estes últimos foram excluídos.

A segunda estratégia para filtrar estes perfis foi a capacidade de influência no campo estudado. Assim, foram selecionados aqueles que tivessem mais de cinco mil seguidores como um critério de que não se gerasse tanta discrepância, em relação ao número de seguidores, entre os perfis selecionados, visto que alguns atingiam a marca de mais de 15 mil seguidores. Com este critério, cinco perfis foram excluídos por não atingirem a marca de cinco mil seguidores, e cinco preencheram todos os critérios estabelecidos até aqui para serem mapeados.

Vale destacar que, desde que o primeiro critério de seleção foi aplicado resultando em 17 perfis, apenas um perfil estava localizado entre aqueles cujos comentários posicionavam-se a favor da postagem. Todos os outros 16 perfis realizaram comentários nas publicações a partir de manifestações de desaprovação ao conteúdo compartilhado. Após os critérios e filtros aplicados, o único perfil favorável às publicações manteve-se e entrou para o mapeamento, juntamente com os outros quatro perfis, por sua vez, desfavoráveis aos conteúdos publicados.

3.2.4 Quarta fase: mapeamento dos perfis

O propósito de mapear estes perfis responde ao último objetivo específico proposto, qual seja compreender o embasamento feminista conceitual e político que orienta os argumentos sobre a categorias lésbica expostos nas interações. Nesta fase da construção metodológica, realizada entre os meses de agosto e outubro de 2023, permanecemos seguindo alguns procedimentos da etnografia virtual.

Com a imersão em profundidade no campo-tema, acompanhamos, diariamente, estes cinco perfis, realizando observações e elaborando diários de campo. Também como parte desta imersão, recuperamos a genealogia destas páginas, desde suas primeiras publicações até o modo

como são apresentadas e autopositionadas em relação a perspectivas e correntes dos feminismos e dos feminismos lésbicos. Todas são páginas administradas por mulheres que se autodeclararam como lésbicas, cis ou trans, que criam e compartilham conteúdos sobre as lesbianidades, sendo alguns destes perfis de grupos, e outros individuais.

Algo possível de ser realizado devido ao fato de a pesquisa ser desenvolvida a partir do Instagram, é justamente o contexto de plataformas online, que permite que o acesso abranja conteúdos para além do próprio Instagram, como vídeos no Youtube, plataformas de áudio e materiais disponibilizados em blogs e sites. E, de fato, alguns destes perfis disponibilizam boa parte de seus conteúdos, de modo gratuito e de livre acesso, em outras plataformas.

Nesta fase, algo que a etnografia nomeia de “ponto de vista do nativo” (Cesarino, Walz & Balistieri, 2023) consiste na busca por tentar compreender a perspectiva da outra partindo de nossas próprias visões de mundo, “numa dialética entre distância e proximidade que também pode ser transposta para as interações digitais” (p. 22). Desse modo, ao aprofundar no que dizem esses perfis, ou melhor, as lésbicas que administram essas contas, buscamos tentar compreender o que embasa posicionamentos como os tomados no contexto das publicações do perfil do Lesbocenso.

Neste sentido, esse mapeamento ocorre também na tentativa de aproximação com as visões de mundo, referências utilizadas, autoras(es) citadas e toda uma série de elementos que possam contribuir para a compreensão do que é dito, comentado, curtido e compartilhado. A recursividade e abertura a contingência, também características da pesquisa etnográfica, fizeram-se presentes durante toda a realização do estudo, em especial nesta etapa. A primeira, refere-se a convocações postas pelo campo-tema de constantes reavaliações e reajustes frente ao desenho inicial da pesquisa. A segunda, que também só é possível vislumbrá-la a partir da imersão contínua, diz sobre os eventos inesperados, interações e conexões outras que o campo possibilita ou restringe, demandando intensa reflexão na tomada de decisões para dar seguimento ao processo de pesquisa (Cesarino, Walz & Balistieri, 2023).

A análise dos dados produzidos ao longo deste percurso será demonstrada no capítulo seis. A partir de todo o material observado e também dos diários de campo, desenvolvemos a estratégia de uma narrativa ficcional (Galindo, Martins & Rodrigues, 2014; Medrado, Spink & Mélo, 2014) na tentativa de apresentar a complexidade dos temas com os quais trabalhamos, sendo tal estratégia um recurso significativo “ao trabalhar com temas sensíveis politicamente, nos quais a identidade das pessoas precisa ser resguardada” (Galindo, Martins & Rodrigues, p. 305).

Cientes de que para narrar o mundo é necessário ser narradora de um lugar (Galindo, Martins & Rodrigues, 2014), o Festival de Convivências Lésbicas – CELE(S)BRA trata-se de um evento fictício, um espaço de celebração, interação e estabelecimento de vínculos entre vivências que se compreendem nas lesbianidades. A inspiração para a criação deste festival foram os eventos que serão descritos ao longo deste trabalho; de modo semelhante, as narrativas desenvolvidas ao longo da apresentação do CELE(S)BRA foram produzidas a partir das anotações dos diários de campo, realizadas ao longo de todo o trajeto da pesquisa, sobretudo na fase de mapeamento dos perfis.

No processo de análise, recorreremos aos diários à procura de notas “já ouvidas ou conhecidas, mas que serão montadas de outra forma produzindo certa ‘composição’ (como as conclusões de uma pesquisa)” (Medrado, Spink & Mélo, 2014, p. 278). Assim, o Festival que compõe nossa narrativa ficcional trará o resultado do mapeamento de modo a apresentar disputas, controvérsias, dilemas e conflitos postos no campo em que se situa esta investigação, os quais nos propusemos a analisar.

4. VEIAS QUE SE FECHAM PARA ALGUMAS DIREÇÕES: ENCONTROS FEMINISTAS E LÉSBICOS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Neste tópico, trazemos alguns desdobramentos da análise documental, especificamente a partir dos registros bibliográficos e documentais levantados acerca dos *Encuentros Feministas Latinoamericanos y del Caribe* (EFLAC) [Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe] e sobre os *Encuentros Lésbico Feministas Latinoamericanos y del Caribe* (ELFLAC) [Encontros Lésbicos Feministas Latino-americanos e do Caribe]. A fim de traçar um panorama das dinâmicas feministas, sobretudo lésbicas feministas na América Latina, destacamos pontos de tensionamentos que determinaram os novos rumos que vêm sendo tomados pelos feminismos na região.

Inicialmente, retomamos a construção epistemológica traçada por Sonia Alvarez (2003; 2014) acerca das (re)configurações dos campos feministas latino-americanos, a fim de estabelecer um pano de fundo para alguns dos conflitos postos nesse contexto.

4.1 Campos discursivos (em) ação

Em sua elaboração, a autora parte da perspectiva de que relações de poder e disputas interpretativas bem como conceituais, políticas e culturais são componentes cruciais dos campos feministas (Alvarez, 2014). As próprias transformações ocorridas nesses campos são efeito de alianças e rupturas tanto internas, ou seja, coalizações e separações entre as próprias sujeitas inseridas nos espaços de articulação política do feminismo, quanto externas, que decorrem das coligações ou rachas entre o campo feminista e outros setores dos movimentos sociais.

Abordar teoricamente sobre as relações estabelecidas (ou dissolvidas) nos movimentos feministas implica em abordar uma rede complexa de pessoas e organizações, inseridas de diferentes modos e movidas por interesses difusos. Por isso, a autora considera os campos feministas como “campos discursivos de ação”, argumentando que estes, além de abarcarem uma ampla rede de sujeitos e coletivos posicionados social, política e culturalmente ocupam lugares transitórios, de modo que em determinado momento podem receber mais ou menos visibilidade; alguns, inclusive, podendo adquirir um status de hegemonia.

Tratam-se de campos articuláveis em que, em diferentes momentos, ONGs, setores da Igreja e mesmo segmentos dentro do próprio Estado estabelecem nós que possibilitam conexões “formal e informalmente, através de redes político-comunicativas – ou melhor, teias ou malhas – reticuladas. . . as pessoas que neles circulam se entrelaçam em malhas costuradas por

cruzamento entre pessoas, práticas, ideias e discursos” (Alvarez, 2014, p. 18). Desse modo, a articulação discursiva ocorre por meio do compartilhamento, total ou parcial, de visões de mundo e de linguagens que passam a definir certa “gramática política” a ser consentida ou refutada a depender das disputas ali estabelecidas e, conseqüentemente, de seus efeitos.

Com o propósito de traçar um esboço interpretativo dos campos feministas brasileiros e latino-americanos, a autora elenca três momentos cruciais nas trajetórias desse referido campo discursivo. Primeiro, um momento que considera ser o de centramento do campo, configurado na política do “feminismo no singular”, que compreende o período entre 1960 e início dos anos 1980. Um momento que, observada uma perspectiva ocidental do feminismo, seria considerado o “feminismo de segunda onda”.

Tal época também corresponde ao período em que o Brasil e boa parte dos países latino-americanos viviam sob regimes autoritários ditatoriais. Em tal contexto, surge um primeiro antagonismo: por um lado, as mulheres que militavam em partidos de esquerda precisavam lidar com princípios da própria esquerda revolucionária em que as pautas e reivindicações feministas eram relegadas a uma contradição de segunda ordem; por outro lado, as feministas autodenominadas “autônomas”, sem vínculos partidários, rotulavam aquelas de não serem necessariamente feministas, pois lutavam pela luta geral, e não pela especificidade do feminismo em si.

A dicotomia estabelecida entre a militância política das que estavam também na luta geral, ou seja, atuando em partidos políticos cujas reivindicações não se atinham ao feminismo, e a da militância autônoma, daquelas envolvidas específica e exclusivamente na luta das mulheres, foi o ponto central daquele momento do campo feminista no Brasil e na região. Além disso, essa denominada “luta específica” carregava consigo uma dada marcação branca, heterossexual e de classe econômica privilegiada. De fato, uma certa hegemonia discursiva delimitou quem e o que poderia ser considerado “o” movimento feminista naquele momento, mas, como a própria autora refuta, em certa medida, “o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina já nasceu plural e heterogêneo” (Alvarez, 2014, p. 23).

Com o início do período de redemocratização do Brasil e a transição para o neoliberalismo como modelo econômico, no final dos anos 1980 e na década de 1990, ocorre o descentramento e a pluralização dos feminismos, o que a autora observa como um segundo momento produzido pelo movimento na região. Um caráter importante dessa fase é o que algumas(uns) autoras(es) nomeiam de feminismo institucionalizado.

A partir da institucionalização do feminismo certos discursos e práticas do movimento passaram a ser articulados em partidos, governos, universidades e mesmo na Organização das

Nações Unidas (ONU). Algo que também foi um ponto de desavenças no campo, visto que muitas das ativistas feministas criticavam a participação daquelas que atuavam nos espaços de política institucional.

De fato, a luta pela redemocratização no Brasil e em países vizinhos teve grande influência nas transformações pelas quais passaram os movimentos sociais, por exemplo, ao retomarem as ruas. No caso do feminismo, alguns marcos que culminaram nesse segundo momento foi a Primeira Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1975, no México, seguida pela promulgação da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - CEDAW, pela ONU, em 1979 (Alves & Corrêa, 2003).

Diante de um cenário de abertura e de algumas conquistas em âmbito internacional, gradualmente as mulheres foram ocupando espaços para a realização de estudos e debates sobre a condição das mulheres nos países latino-americanos. No contexto das universidades, núcleos de estudos sobre as relações de gênero e grupos de pesquisa sobre a condição das mulheres começaram a ser articulados no final dos anos 1980 (Sardenberg, 2020).

Parte importante desse processo reside também na formação das Organizações não governamentais (ONGs), que figuraram grande visibilidade para o movimento feminista nos anos 1990. Para Gonçalves (2016), a principal estratégia das ONGs nesse período era a movimentação ao encontro de um público externo ao da própria organização, de modo que as universidades compuseram um quadro de grandes parcerias.

De todo modo, o foco nas ONGs acabou por definir um determinado estilo no modo como o movimento era articulado, ao menos discursivamente. A produção e disseminação de conhecimentos e discursos pelas ONGs contribuíram para o entrelaçamento de feministas na arena organizacional e discursiva (Alvarez, 2014).

Entretanto, a autora refere-se aos setores “ONGizados” do feminismo com certa ressalva, pois compreende que tal modelo de política e ação feminista naquele contexto acabou por estabelecer certa hegemonia no campo. Assim, hierarquias e relações de poder intensificaram desigualdades já marcadas bem como possibilitaram o surgimento de outros contrastes entre as mulheres dos movimentos. Esse segundo momento da trajetória do movimento feminista na região foi crucial para o descentramento e a sua reconfiguração.

A partir do final dos anos 1990, o movimento inicia uma nova fase, assinalada pela multiplicação de campos feministas. As próprias contradições aguçadas pela “ONGização”, nos termos de Alvarez (2014), junto à inclusão do gênero nas agendas políticas produziram antagonismos que fomentaram transformações cruciais nos feminismos da região.

Um momento caracterizado por discursos articuladores, em que os debates trazidos pelas mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans e tantas outras remodelaram as teias articulatórias ao inscreverem nesses campos discussões para muito além das contradições iniciais. A partir dos anos 2000 e, ainda na primeira metade dos anos 2020, neste terceiro momento continuamos trazendo discursos que

fundamentalmente implodem não só a categoria “mulher”, mas a própria noção do feminismo, de quem seriam os seus sujeitos privilegiados e sua visão de mundo compartilhada – elementos centrais na constituição de campos discursivos de ação, incluindo tanto o universo trans quanto os movimentos de mulheres negras (Alvarez, 2014, p. 45).

4.2 Encontros e embates no campo feminista latino-americano

Os pontos trazidos acima refletem uma delimitação específica acerca de alguns momentos vivenciados pelo campo feminista no Brasil e na América Latina. Reafirmamos que essa é uma das inúmeras possibilidades de esboço das trajetórias dos feminismos na região, de modo que mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans e tantas outras possam reivindicar outros espaços e elucidar outras situações que confirmam sentido e certa cronologia distintas das apresentadas aqui.

Reforçamos: campos discursivos de ação não são fixos. Movem-se e se entrelaçam a uma ampla e complexa gama de práticas e significados dispostos no tecido social. De qualquer modo, os elementos ressaltados até então podem sugerir um dado pano de fundo, que torna possível uma perspectiva de localização de alguns conflitos desencadeados nos feminismos da região. Os espaços dos EFLACs e dos ELFLACs são importantes arenas políticas transnacionais em que se verifica como ativistas feministas atuam neste campo discursivo reordenando pautas e práticas e rearticulando discursos e identidades nos feminismos da região (Alvarez et al., 2003).

O primeiro Encontro Feminista da América Latina e do Caribe ocorreu em 1981, em Bogotá, na Colômbia. Aqui, faremos inicialmente um recorte dos EFLACs que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990, visto que nosso foco maior será nos posicionamentos assumidos pelas ativistas lésbicas em tais espaços. Mas é de grande interesse também os embates ocorridos no feminismo geral, pois, como inseridas numa rede articulatória, as lésbicas contribuíram na produção dos campos feministas, sejam eles especificamente lésbicos ou não.

Como afirmam Alvarez et al. (2003), a ideia central que marcou os EFLACs da década de 1980¹⁶ foi “o ideal da autonomia feminista” (p. 545), que se baseava na noção de que a construção de alianças seria fundamental para a superação das opressões baseadas no gênero. Entretanto, a autonomia era um aspecto fulcral para que as pautas do campo feminista não fossem apenas integradas a uma rede mais ampla de reivindicações que partissem de outros atores e movimentos.

Especialmente no terceiro EFLAC, realizado em Bertioga, no Brasil, em 1985, não só as tensões acerca da autonomia foram acirradas como também o tema-chave que marcou aquele Encontro foi a pauta da inclusão e expansão das fronteiras simbólicas feministas. Questões de raça, classe e sexualidade foram introduzidas de modo enfático, especialmente pelas mulheres negras e pelas lésbicas, apesar de que, conforme apontam Adrião e Toneli (2008), com exceção das articulações das mulheres negras, não havia uma organização bem consolidada de grupos específicos.

Silva e Araujo (2021) sinalizam as transformações dos movimentos lésbicos na América Latina a partir das descontinuidades e rupturas, destacando o 3º EFLAC como exemplar dessa dinâmica, visto que, nele, as lésbicas, em especial as que assumiam uma expressão de gênero que se distanciava da feminilidade, e as mulheres negras foram acusadas pelas brancas heterossexuais de tentarem dividir a luta das mulheres. Observamos, assim, que a presença e participação de “outras” no movimento significava uma desestabilização da categoria “mulher” e o quanto isso soava ameaçador, visto que “mulher era o significante inquestionável, que reunia as mulheres do movimento, e que, portanto, não estava sujeito a discussões ou maiores debates ou segmentações, ainda que grupos específicos e o tópico da diversidade já se apresentassem” (Adrião & Toneli, 2008, p. 457).

No âmbito dos EFLACs outras questões importantes surgem, especialmente no Encontro também sediado no Brasil, em 2005, do qual falaremos mais adiante. Aqui, ainda sobre o terceiro EFLAC, a partir da situação de rechaço às lésbicas – e também às mulheres negras – as ativistas do feminismo lésbico mudaram o direcionamento de suas lutas e perceberam a necessidade, ainda que se mantivessem presentes no Encontros Feministas, de articularem-se em um encontro próprio. Assim, em 1987, dias antes do 4º EFLAC, aconteceu o 1º Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe – ELFLAC, em Cuernavaca, no México (Kumpera, 2021).

¹⁶ Os quatro primeiros EFLACs ocorreram na década de 1980, a saber: o primeiro ocorreu em 1981, em Bogotá, na Colômbia; o segundo Encontro aconteceu em Lima, no Peru, em 1983; a cidade de Bertiogas), no Brasil, sediou o terceiro Encontro em 1985; e o quarto ocorreu em Taxco, no México, em 1987.

Tendo sido o primeiro espaço lésbico de articulação transnacional na nossa região, a realização do ELFLAC pode ser concebida em um duplo aspecto: inicialmente, como efeito de uma ampla gama de conexões e estabelecimento de relações entre grupos locais e internacionais, mas também como resultado da invisibilização e inviabilidade de que as questões lésbicas fossem tratadas com igual importância nos espaços amplos de articulação feminista; logo, efeito de uma cisão necessária.

Antes de adentrar ao contexto dos ELFLACs, retomamos o 10º EFLAC, realizado no Brasil, em 2005, citado anteriormente. Nesse, assim como o ocorrido vinte anos antes, também houve impedimentos e rechaços ante a participação de algumas mulheres no Encontro. Mas, dessa vez, outro grupo de sujeitas subalternizadas teve sua participação no evento questionada: as mulheres trans.

Adrião, Toneli e Malluf (2011), ao relatarem uma etnografia desse 10º Encontro, trazem os termos igualdade, diferença, pluralidade e diversidade como pistas analíticas que acompanham a trajetória de desenvolvimento e ampliação do movimento feminista diante das identidades de sujeitos políticos e da integração de outros marcadores de desigualdade, como raça e sexualidade, por exemplo. Para elas, a análise dos Encontros é um material importante para compreender as transformações produzidas e vivenciadas pelos feminismos da região.

O ápice deste Encontro de 2005 ocorreu na plenária final, momento crucial de decisões e de encaminhamentos, em que se agrega tudo o que foi produzido durante o processo. Nessa plenária foi posta a seguinte questão: “poderiam participar do encontro as transgêneros que se autodefiniam como mulheres feministas?” (Adrião, Toneli & Maluf, 2011, p. 667). Esse foi um ponto culminante pois a questão foi se constituindo ao longo dos quatro dias do Encontro, em que cerca de 700 brasileiras e mais 700 mulheres da América Latina e do Caribe se reuniram em Serra Negra (SP), em outubro daquele ano.

Um fato de extrema relevância a ser constatado é que todas as discussões ocorreram sem a participação das mulheres trans, tendo em vista que elas não estavam presentes por não terem autorização para participarem dos encontros. Ainda assim, cerca de um mês antes do evento o tema já havia começado a ser discutido por meio de trocas *de e-mail*, que se constituíram em um fórum informal, por meio do qual “se discutia sobre a possibilidade ou não da inclusão das trans, impulsionada por uma carta destas, na qual pediam que as feministas abrissem a possibilidade para a sua participação no 10º Encontro” (Adrião, Toneli & Maluf, 2011, p. 672).

Além disso, as autoras ressaltam que ao longo das atividades realizadas no 10º EFLAC houve uma oficina direcionada à discussão sobre a inclusão das mulheres trans. Intitulada

Cuerpos Feministas, a atividade girou em torno de uma vivência sobre o que constituiria uma mulher, trabalhando com aspectos corpóreos e discursivos até ao ponto de defesa do argumento de que as trans também se constituiriam como mulheres. Esta oficina foi organizada por alguns grupos, dentre eles o coletivo paraguaio Aireana - Grupo *pelos Derechos de Las Lesbianas*, que atua desde 2003 pelos direitos não só de lésbicas, mas de “todas as pessoas dissidentes de sexo e gênero para que vivamos em liberdade e sem violência nossas sexualidade e identidades” (Aireana, 2007, s/p).

Inclusive, as paraguaias da Aireana, em parceria com outras organizações do Uruguai, Chile, Venezuela e da Argentina produziram e assinaram juntas uma carta endereçada a todas as feministas que participassem do 10º EFLAC, intitulada: *Por qué queremos la apertura de los Encuentros Feministas a las personas trans?*¹⁷ Nela, são elencados sete motivos pelos quais se esboçam argumentos contundentes em defesa da presença das pessoas trans que se entendem como feministas nos Encontros.

Destacamos, entre alguns dos pontos elencados na carta: os argumentos contra a noção essencialista de que a anatomia definiria mulheres; passando pela alegação de que a inclusão de pessoas trans ajudaria a avançar no diálogo necessário e pendente acerca de uma crítica sobre o gênero e sobre os discursos médicos acerca do sexo; e a defesa incisiva por um feminismo latino-americano que integre genuinamente diversidade étnica, etária, linguística, de sexualidade, identidades de gênero e de classe social (Bareiro et al., 2009).

Retornando ao momento da plenária final, entre embates e intensas discussões, os posicionamentos foram sendo expostos: quem se colocava a favor da inclusão das mulheres trans dizia que, se o critério para a participação nos encontros era a autointitulação como feminista, não haveria motivo para rejeitar a participação das mulheres trans que desejassem contribuir na construção dos Encontros. Por outro lado, a posição contrária à inclusão das trans foi sumariamente protagonizada pelas autodefinidas feministas lésbicas radicais e pelas ativistas da União Brasileira de Mulheres (UBM), que argumentavam que a inclusão das trans nos Encontros “significava um retorno ao patriarcado e uma entrega dos espaços de poder, mais uma vez, aos homens” (Adrião, Toneli & Maluf, 2011, p. 668).

As autoras comentam que, durante as falas na plenária, era possível identificar o posicionamento de quem utilizava o microfone antes mesmo de ouvir seus argumentos: bastava estar atenta ao artigo definido “o” ou “a”. Quando a fala iniciava com “o” transexual, sabia-se

¹⁷ Line Bareiro publicou a carta no livro “Contruyéndonos”. Cuaderno de lecturas sobre feminismos trans”, compilado por Mauro Cabral, lançado em 2009 por Mulabi, *espacio Latinoamericano de sexualidades y derechos*.

que seu argumento seria contrário à inclusão das mulheres trans; o inverso, quando a oradora se referia a elas como “as” transexuais, pela linguagem era possível notar explicitamente uma permissão, uma autorização para que acessassem o universo feminista (Adrião, 2008).

A antropóloga lésbica afro-dominicana Ochy Curiel escreveu sobre o 10º EFLAC para o periódico mexicano *Revista de estudos de gênero La Ventana*, publicada no final daquele mesmo ano. Em um tom de desabafo, nos primeiros parágrafos do artigo a autora comenta sobre seu desapontamento em relação ao evento tentando encontrar alguma expressão que o definisse: “Chato? Pouco interessante politicamente? Super institucional? Um pouco lúdico?” (Curiel, 2005, p. 318).

A respeito da participação das mulheres trans no evento, na seção intitulada: “As trans: a nova ruptura entre as feministas” (Curiel, 2005, p. 323), a antropóloga parte das duas primeiras justificativas elencadas na carta elaborada por Aireana e outras organizações em favor da inclusão das mulheres trans nos Encontros:

1. Porque acreditamos que o feminismo é uma corrente de opinião, uma força política e um movimento social. O que define se uma pessoa é (ou pode ser) feminista ou não são suas ideias e suas ações, nunca sua anatomia. 2. Se as identidades são autodefinidas e políticas, e se o gênero é uma construção, isso vale para todas e todos, trans e não trans. Mesmo aceitando a premissa de que só é possível ser feminista se se é mulher, se uma pessoa se define como mulher trans e feminista, não temos autoridade para dizer a ela que não é e fechar seu acesso aos nossos espaços (Bareiro, 2009, p. 34).

Curiel (2005) parte desses dois argumentos para elaborar sobre seu descontentamento diante dos desdobramentos da questão durante o evento. Para ela, é positivo que diversos grupos e indivíduos assumam o feminismo como uma posição política, pois isso reconheceria que a postura feminista, enquanto transformadora e propositiva, abarcaria a humanidade e não somente as mulheres.

No entanto, a autora enfatiza que assumir uma postura feminista implica na necessidade de respeitar os processos históricos de quem construiu o movimento, a política e a teoria feminista. Assim, ela defende uma noção de “mulheres construídas socialmente” que não poderia ser substituída por identidades autodefinidas, de modo que a categoria “mulheres” diz de uma “construção que é produto do patriarcado e que só nos serve como uma questão estratégica para a articulação política, porque é partir dessa categoria e de sua construção que se entende a subordinação” (Curiel, 2005, p. 325).

Ainda que a teórica feminista reconheça as opressões sofridas pelas mulheres trans por escaparem da imposição da binaridade, da dicotomia dos gêneros e mesmo da heteronormatividade, há uma diferença concreta e política que diferencia essas vivências

daquelas que marcam as mulheres (cis). Tal diferença torna-se a justificativa para que seja legítimo o desejo de manutenção de espaços exclusivos de mulheres construídas socialmente.

Diante disso, a autora lança para suas leitoras e leitores os seguintes questionamentos:

Por que se recusa então a entrada de homens feministas nas reuniões ou grupos das mulheres? Por que são as brancas não entram no ativismo negro? Por que as mulheres negras não se envolvem em ativismo dos grupos indígenas? Por que só quando se trata de trans, travestis, transgêneros se fala de exclusão? De onde vem esse maternalismo? Será que trans, travestis, transgêneros não podem se defender por si mesmas e mesmos? Por que não constroem seu movimento, seus próprios encontros? O que está no fundo de tudo isso? (Curiel, 2005, p. 327).

Ela argumenta que a ideia de “inclusão/exclusão” tem sido utilizada para que as mulheres trans entrem nos Encontros, gerando o sentimento de culpa nas mulheres (cis), de modo que as façam atender às pautas e necessidades de outras categorias. Aqui, recuperamos Sonia Alvarez quando localiza o embate entre as autônomas e as institucionalizadas. Para Curiel (2005), as que promovem um discurso pós-moderno e que lançam a ideia de que “permitir a entrada das trans nos encontros e espaços das mulheres e das lésbicas é o mais politicamente correto e o mais avançado do feminismo” (p. 328), são justamente as feministas institucionalizadas, aquelas que “abrem as portas quando o patriarcado espreita e espera a fragilidade política das mulheres para irromper, entrar e nos possuir” (p. 329).

Ochy Curiel (2005), ao final do texto, lamenta o modo como a questão foi resolvida na plenária do 10º EFLAC. Ela afirma que a complexidade política da questão foi esvaziada pelas que defendiam que a definição sobre a inclusão ou exclusão das mulheres trans do Encontros fosse decidida naquele momento, de modo a comparar o procedimento de levar a questão à votação, já que não havia consenso¹⁸, às metodologias empregadas por partidos políticos, futebol e outras instituições patriarcais e masculinas. Para ela¹⁹, o resultado desse Encontro foi “um movimento feminista dividido nova e profundamente, e dividido por diferenças políticas que são geradas pela imposição de setores e instituições externas de onde muitas são cúmplices” (Curiel, p. 329).

¹⁸ O consenso é uma estratégia largamente almejada pelas feministas, nos momentos de embate político interno, em reuniões dos fóruns de mulheres e em outras redes do mesmo tipo. Busca-se chegar a uma ideia homogênea, senão unitária, que conduza às ações. Isto se faz através de larga negociação, em debates acirrados. Entretanto, nem sempre se consegue chegar a uma ideia que caracterize o que todas desejam e pensam sobre determinado assunto ou tema. Nestes casos, muitas vezes deixa-se para decidir futuramente, de forma tal que a questão seja melhor apresentada pelas partes que diferem. A decisão de realizar uma votação, mais característica de outro tipo de fórum ou encontro, como as conferências de políticas públicas – as quais necessitam de uma decisão sobre uma diretriz com teor futuro de lei – foi tomada, pela primeira vez, em uma plenária final, na História dos Encontros Feministas Latino-Americanos (Adrião, 2008, p. 85).

¹⁹ Importante destacar que, recentemente, observa-se mudanças no posicionamento da autora. Por exemplo, em uma entrevista realizada em 2020 e publicada em 2021, Ochy Curiel cita as “narrativas transfóbicas” como parte das narrativas hegemônicas que devem ser confrontadas pelo lesbofeminismo antirracista e decolonial (Pichardo, 2021).

Os conflitos estabelecidos nesse contexto repercutem exatamente no que problematizamos nesta dissertação. Na problematização localizada no feminismo lésbico uma unidade em torno da categoria “lésbica” é proclamada como um agregador distintivo de todas aquelas que seriam as não-lésbicas. No caso do EFLAC retomado, é a unidade “mulher” que é posta na arena de disputas: quem pode ser definida como mulher? Quem define “mulheres”? Um receio emblemático desta discussão é o de que as mulheres trans não fossem mulheres, de modo que sua presença representaria a invasão masculina em espaços exclusivos de mulheres.

Trata-se de uma questão que será, gradualmente, retomada ao longo do presente trabalho. Mas, aqui, ainda que o nosso interesse seja nas disputas e acirramentos, é importante trazer que, como um efeito das conquistas das mulheres trans, a partir do 11º EFLAC elas já se fizeram presentes e aceitas – em partes – nos Encontros.

4.3 Vasos rompidos: a passagem de um Encontro Lésbico Feminista para um Encontro LesBiTransInter Feminista

Já nos Encontros Lésbico Feministas, o embate foi mais longo, árduo e com desdobramentos diferentes. De 2005 regressaremos a 2004, quando ocorreu o 6º ELFLAC, no México. Mateus e Leal (2013), que participaram das três edições do Encontro Lésbico ocorridos entre 2004 e 2010, partem de suas experiências pessoais e coletivas nos Encontros para elaborar uma importante análise, que visa ao reconhecimento do feminismo lésbico como uma produção discursiva cujos agenciamentos e relações de poder tentam tornar hegemônicas determinadas visões e vozes “autorizadas” dentro do movimento.

A discussão em torno da participação de pessoas trans nos ELFLACs tem um histórico que inicia em 2004, quando da realização do 6ª Encontro, em que houve um grande debate sobre a inclusão das mulheres trans, mas nenhuma definição acerca da questão foi estabelecida (Villalba, 2009). Já no 7º Encontro, realizado em 2007, em Santiago do Chile, o confronto em torno da mesma questão se tornou mais acirrado, agregando algumas circunstâncias inéditas ao evento.

Um pouco antes desse Encontro, em decorrência da falta de algum consenso sobre a inclusão das mulheres trans lésbicas no evento, o grupo Aireana, já citado aqui pela sua atuação no EFLAC de 2005 no Brasil, divulgou uma carta tornando pública a sua decisão de não participar do 7º Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe, a qual recuperamos um trecho:

Não podemos participar de um espaço que nega a inclusão de mulheres trans que se identificam como lésbicas, porque: para nós, ser mulher é uma construção cultural,

tanto para as que nascemos com vagina como para as que não, e ser lésbica é amar mulheres desde esta identidade. [...] para ser lésbica e feminista, não é necessário ter trompas de Falópio [...] não podemos considerar algumas formas anatômicas de nascimento mais legítimas do que outras para se identificar como mulher, como lésbica e como feminista. Nossas identidades são uma mescla de nossas histórias, elas se materializam em nossos corpos; negar a sua construção é desconhecer o que somos, inventando uma essência que não existe (Aireana, 2007. s/p, tradução nossa).

Na resposta dada pela Equipe do Chile, responsável pela organização daquele 7º Encontro, basicamente foi dito que, na ausência de um acordo sobre o assunto, houve a resolução de manter a posição que vinha sendo desenvolvida em todas os ELFLACs até aquele momento, qual seja a de que pessoas trans não poderiam participar. Segundo o inferido sobre a sequência de eventos, “O discurso, como produção de verdade, inventa o ‘verdadeiro’ feminismo lésbico, mas também pode reinventá-lo” (Mateus & Leal, 2013, p. 46).

Já nos preparativos para o 8º Encontro, realizado na Guatemala, em 2010, a Equipe-Guate, grupo formado pelas lésbicas feministas guatemaltecas responsáveis pela articulação do evento cujo tema foi “Tecendo rebeliões lésbicas desde a raiz”, lançou duas notas, segundo recuperado por Mateus e Leal (2013), em que reafirmam enfaticamente não só a exclusão das pessoas trans do evento como a dispensabilidade de que o tema fosse tratado no decorrer do mesmo. Entretanto, a presença de Michel Riquelme²⁰ desestabilizou o conteúdo programático; fraturou as paredes mais rígidas instituídas pelas vozes “autorizadas” do feminismo lésbico “oficial” até então em voga e fez com que o tema da inclusão ou exclusão das pessoas trans no 8º Encontro Lésbico Feminista, ao invés de relegada, se tornasse o centro das discussões.

Alvarado (2010), em seu artigo que relata as problemáticas do 8º ELFLAC, conta um pouco sobre Michel, uma pessoa transmasculina do Chile que havia participado do Encontro anterior, em 2007, quando se identificava como lésbica. Já no Encontro de 2010, Michel havia se inscrito no evento como uma pessoa trans e foi aceito, apesar de, diferentemente das outras pessoas inscritas, ter sido submetido a uma entrevista por parte do comitê de segurança da organização do evento. Segundo o exposto pela autora, as recomendações feitas a Michel foram as de que ele se referisse a si mesmo no feminino, além de alertarem-no de que ele poderia ser discriminado pelas participantes, visto que a sua presença ali representava uma ameaça às demais.

²⁰ Cofundadore e ativista do "Coletivo Feminista Paila Marina Trans Tortillera" (2007) e da "Organização de Transexuais pela Dignidade da Diversidade" (2005), a primeira organização de pessoas transmasculinas no Chile. Iniciou sua participação em espaços lésbicos feministas no "Lesbian Studies Work" (2004). Até 2013, fez parte do comitê organizador do Encontro Nacional da Diversidade Feminista do Chile e do *Venir al Sur: Encuentros Feminista LesBiTransInter*. (Mateus & Leal, 2013, p. 45).

O que a presença de Michel naquele encontro representou? Aliás, o que levou as organizadoras ou equipes de segurança do evento a aceitarem a sua participação, visto que já haviam enviado notas de que tal questão não entraria nem na pauta do evento? Ao se inscrever para participar do Encontro, Michel havia realizado intervenções corporais, como as cirurgias de mastectomia e histerectomia, além da hormonioterapia com testosterona (Mateus & Leal, 2013). Ainda assim, Michel foi aceito para participar em um evento exclusivo para mulheres (cis) lésbicas.

Michel era, para o feminismo lésbico “oficial” uma pessoa lésbica “‘ilegítima’, . . . porque seu sexo/gênero/desejo não se manifestava de forma estável e coerente: tem vagina, não tem seios . . . mantém o sexo feminino legal nos documentos, injeta testosterona, se autodenomina lésbica e também trans” (Mateus & Leal, 2013, p. 45). A participação de Michel no 8º ELFLAC escancarou as fragilidades de uma perspectiva “oficial” sobre as lesbianidades que já não abarcava mais a pluralidade de existências, corpos, ideias e identidades que desejavam articular suas lutas e pautas a partir dos feminismos lésbicos.

Existências subalternizadas, tal qual a existência lésbica oficial e autorizada havia sido desconsiderada e escamoteada durante o EFLAC de 1985, em Bertioga. Reprodução com as pessoas trans, não-binárias e demais identificações possíveis no campo discursivo de ação do feminismo lésbico de violências que outrora foram direcionadas como um ataque às lésbicas cis, partindo das mulheres heterossexuais, que, por sua vez, reproduziam com a lésbicas cis a violência masculina. Talvez ainda seja precoce traçar tal linha articulatória e de encadeamentos de opressões tão já nesta dissertação.

Fato é que, na conjuntura do 8º ELFLAC, a repercussão diante da presença de Michel não apenas dividiu opiniões e escancarou algo que há algum tempo vinha sendo solapado, mas fez das fissuras, rachaduras. Fissuras já instaladas no âmbito dos EFLACs, mas que, nos Encontros Lésbicos, parecia agregar outros componentes que alargavam fronteiras, esticando-as até algum limite. Era ali, entre tantas outras, também designadas como outras pelas já consideradas cidadãs de segunda classe, onde residiria a possibilidade de ampliação do campo, de abertura e inclusão.

No entanto, a forma possível para que a abertura ocorresse foi um racha. Um rompimento no próprio feminismo lésbico, talvez já nem tão próprio. Relatam Mateus e Leal (2013) que, enquanto Michel recebia vaias de uma parcela significativa das participantes, outras tantas, em apoio a ele, escreveram cartazes com os dizeres “Todas somos Trans” (p. 50).

O que diziam os dizeres? Lésbicas autoafirmando-se como trans? Mas, como? Lesbianidades e transgeneridades não podem ser confundidas, dizem vários discursos

provenientes de necessidades, vieses e interesses distintos. Mas, estaria mesmo sexo e gênero e a arena política e social tanto quanto a pessoal e individual estabelecidas em fronteiras tão rígidas, fixando corpo, desejos, práticas e afetos em campos tão minados quanto disputados? E não seria fundamentalmente o feminismo lésbico um instrumento disruptivo dessa mesma lógica?

Discursos e práticas legitimadoras de uma dada realidade, ainda que partam de uma perspectiva fundada sobre a libertação de um determinado grupo, podem acabar por fazer da ação política um centramento em torno de si mesmas. A necessidade por exclusividade nos espaços físicos e simbólicos sob a alegação de segurança, fundamentada no temor daquilo que o masculino – a presença do masculino – pode causar, será um tema retomado. Por ora, com o recuperado até aqui buscamos demonstrar que as alianças, temporárias ou permanentes, por afinidade, identificação ou estratégia, configuram o campo dos feminismos lésbicos tanto quanto os embates, dissensos e rupturas.

As disputas que marcaram o 8º ELFLAC produziram a possibilidade da própria abertura do campo. Com a emergência de novos discursos, com respeito e horizontalidade frente aos diferentes posicionamentos e às diversas experiências corporais e identitárias, surgiu o *Encuentro Feminista LesBiTransInter: Venir al Sur*, “tornando o 'Sul' uma categoria que evidencia não apenas uma posição geográfica, mas também resistente e antípoda ao hegemônico, que questiona diretamente o discurso feminista lésbico 'oficial'” (Mateus & Leal, 2013, p. 54).

Ocorrido pela primeira vez em 2012, no Paraguai, o *Venir al Sur* realizou a sua 4ª edição em 2022, no Uruguai, de onde saíram os encaminhamentos para o próximo encontro, previsto para ser realizado em 2025, na Colômbia. Como sintetiza o grupo Aireana, este novo Encontro, remodelado e renomeado, surge justamente de uma resposta dissidente a tudo o que ocorreu nas ocasiões anteriores cujo ápice se deu no 8º ELFLAC, a partir do qual:

diversas organizações e ativistas assinaram um comunicado no qual anunciamos a construção do Primeiro Encontro Feminista LesBiTransInter Latino-Americano e do Caribe. [...] Unides* pelo desejo de construir juntas²¹ feminismos críticos, agradáveis, amorosos, criativos, libertários, heterodissidentes, sem muros, livres de violência e exclusões de gênero, a ideia se tornou realidade (Aireana, 2018, s/p.).

Entretanto, do racha, no Encontro da Guatemala de 2010, os ELFLACs, renomeados de ELFALC – Abya Yala ocorreram por mais duas edições até o momento: em 2012, o 9º ELFLAC

²¹ No site, Aireana utilizou os termos “Unidxs” e “juntxs” com a consoante “x” como um elemento neutralizador da linguagem. Aqui, por entendermos que a utilização de algumas letras e símbolos, como o “@” e o próprio “x” para o emprego da linguagem neutra prejudica a acessibilidade, além de ser limitadora por não apresentarem um determinado som, optamos por modificar para “Unides” e “juntas”.

ocorreu na Bolívia, inclusive, ao mesmo tempo em que acontecia o primeiro *Venir al Sur*, no Paraguai (Falquet, 2020) e o 10º ocorreu em 2014, na Colômbia.

Importante frisar, aqui, que as informações sobre estas duas últimas edições do ELFLAC não foram localizadas no período de levantamento da análise documental, o que justifica não terem sido incorporadas à figura 5, apresentada no capítulo anterior. Em ocasião do 13º Seminário Fazendo Gênero, ocorrido entre 29 de julho e 02 de agosto de 2024, tivemos a oportunidade de realizar uma comunicação oral sobre o presente capítulo em uma Seminário Temático sobre as lesbianidades. Nele, estava presente Jules Falquet, com quem tivemos uma rápida conversa após o encerramento das apresentações. Até aquele momento, em nossas pesquisas sobre os Encontros não havíamos identificado informações a respeito de uma continuidade dos ELFLAC. Compreendemos, então, que do racha de 2010 apenas o *Venir al Sur* havia se estabelecido e fortalecido entre os encontros feministas da região.

Ao comentar sobre a nossa apresentação na ocasião, Jules Falquet fez uma correção a respeito da continuidade (pelo menos por mais duas edições desde aquela de 2010) do ELFLAC – Abya Yala e compartilhou um texto, escrito por ela e publicado em francês em 2020 (Falquet, 2020), em que aborda precisamente sobre os encontros lésbicos latino-americanos.

A partir destas informações, seguimos na busca por mais informações a respeito dos encontros e localizamos um blog, nomeado *Rumbo al IX ELFLAC - Abya Yala: Tejiendo el IX Encuentro Lésbico-feminista de Latinoamérica y el caribe* [Rumo ao IX ELFLAC - Abya Yala: Tecendo o IX Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe], criado para a divulgação do Encontro de 2012, na Bolívia. Nele, há o total de cinco postagens, publicadas entre abril e agosto de 2012.

Destas, destacamos duas: a primeira, publicada em 21 de março de 2012 trata de uma resposta enviada pela Mama Cash, um fundo internacional de financiamento feminista, diante de uma solicitação de recursos feita pela equipe organizadora do IX Encontro. Na mensagem, a remetente lamenta informar que o fundo não poderia atender à solicitação de apoio financeiro, visto que, desde 2009, o Mama Cash prioriza em suas ações grupos de meninas, mulheres e pessoas trans. Assim, a emitente justificou a não liberação de recursos devido ao fato de que grupos e organizações apoiadas pelo fundo não estariam participando do IX Encontro (*Rumbo ao IX ELFLAC - Abya Yala, 2012a*).

Em resposta ao Mama Cash, publicada dois meses após a primeira mensagem, a organização do IX ELFLAC foi bastante enfática ao pontuar quem não compreendia e nem aceitava o fato de que o financiamento estivesse condicionado à presença das pessoas trans no ELFLAC. Em seguida, o texto da postagem apresenta alguns argumentos em defesa da

autodeterminação do movimento lésbico de região, lançando ao Fundo Mama Cash o seguinte questionamento: “São a cooperação internacional e os fundos internacionais que definem os termos das políticas de alianças e de todas as políticas dos movimentos latino-americanos, sobretudo das mulheres latino-americanas?” (*Rumbo* ao IX ELFLAC - Abya Yala, 2012b, s/p.).

As situações apresentadas neste capítulo demonstram, tanto no campo feminista mais amplo, como no dos feminismos lésbicos, uma complexidade refletida no que viemos nomeando de pares de oposição: consenso/dissenso, alianças/disputas, continuidades/rupturas, inclusão/exclusão. Certamente, tal dinâmica não se limita às questões relacionadas às pessoas trans, mas, de acordo com o apresentado, a inclusão/exclusão de pessoas trans de espaços feministas trata-se de uma pauta mobilizadora de debates, afetos e muitas disputas.

5 SEMINÁRIOS, LÉSBICAS E TANTOS CENÁRIOS

Um importante espaço de trocas, articulação e proposições políticas do movimento lésbico no Brasil são os Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALEs), atualmente renomeados de Seminários Nacionais de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBIs), realizados desde 1996. Ao longo dos 28 anos que separam a ocasião do 1º SENALE ao momento de escrita da presente dissertação, ocorreram onze edições do encontro, tendo sido o último realizado em outubro de 2023, em Recife (PE). Iniciamos este capítulo levantando algumas questões que permearam os primeiros Seminários, realizados ainda na década de 1990.

5.1 A primeira década dos Seminários Nacionais de Lésbicas

Como já abordado até aqui, os espaços de organização dos movimentos feministas e lésbico feministas são envoltos por debates e diálogos, em que se é possível chegar a pautas e resoluções consensuais, mas também por acirramentos e muitas divergências. No contexto do SENALE/SENALESBI essa dinâmica também tem sido uma constante, a começar pelas disputas narrativas acerca do resgate histórico dos encontros.

Inclusive, essa tem sido uma dificuldade na busca por pesquisas fundamentadas sobre a realização dos primeiros Seminários. Entre algumas produções acadêmicas que tratam ou tangenciam o tema e trazem fontes documentadas sobre quase 30 anos de história (Lessa, 2007; Silva, 2016; Kumpera, 2021), recorreremos também a edições do Boletim Um Outro Olhar - UOO, publicação voltada para o público lésbico e criada pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) de São Paulo, em 1987. Publicado durante as décadas de 1980 e 1990, o UOO deu continuidade ao ChanacomChana, um importante jornal produzido pelo mesmo grupo, que circulou entre 1981 e 1987 (Grupo Ação Lésbica Feminista - GALF, 1987).

Em acordo com os objetivos da presente pesquisa, atemo-nos a 3 edições do boletim, visto que trazem depoimentos, resumos e análises sobre os primeiros SENALEs. Entretanto, e, principalmente, devido aos posicionamentos que assumimos nesta escrita, é de extrema importância assinalar alguns pontos sobre a fonte em questão. Em 2004 foi criado o portal virtual *Um Outro Olhar*, apresentando-se como “um site sobre o universo LGB, com destaque para a temática lesbiana. . . Os principais subtemas da UOO são ativismo, cultura, direitos, história LGB, política e saúde” (Martinho, 2011, s.d.). A partir desse portal, acessamos as digitalizações do UOO, visto que, a partir de 2017, Miriam Martinho disponibilizou as digitalizações dos boletins ChanacomChana e Um Outro Olhar, produzidos por ela em parceria com demais integrantes do GALF.

Como pode ser observado na descrição recuperada acima, o conteúdo do site é direcionado ao “universo LGB”. Fato é que a exclusão da letra “T” da sigla “LGBT”, muito mais do que um intuito em estabelecer oposição e distinções fixas entre orientação sexual e identidade de gênero, implica um posicionamento político assumido por aquelas(es) que, mesmo de algum modo “pertencente” à sigla, se opõem aos direitos das pessoas trans.

Justificamos a utilização deste material por, apesar de divergências políticas, conceituais e de experiência vividas sobre lesbianidades, feminismos lésbicos e tantas outras com a editora das reportagens as quais referenciamos, o conteúdo abordado nas referidas publicações traz questões pertinentes aos objetivos da pesquisa. Ademais, há um número limitado de trabalhos e publicações que abordam em profundidade os embates ocorridos no contexto dos SENALEs/SENALLESBIs, principalmente sobre os primeiros Seminários, de modo que os registros históricos daquele momento, ainda que enviesados por perspectivas feministas com as quais não coadunamos, além de serem uma fonte de dados, não deixam de ilustrar a problemática na qual este trabalho encontra-se imerso.

Outro fator importante a ser destacado e já detalhado anteriormente remete-se ao fato de que esta pesquisa tem como inspiração metodológica a etnografia virtual. Ou seja, não só muitos dos discursos, temas e questões debatidas aqui advêm de conteúdos produzidos e/ou compartilhados em plataformas digitais, como também o levantamento bibliográfico e as fontes utilizadas encontram-se amalgamadas entre produções acadêmicas e materiais de sites, blogs, portais entre outros veículos digitais sobre a temática das lesbianidades, disponibilizados de acesso livre e gratuito.

Segundo o blog oficial do SENALE (Senale, 2014), a história do evento tem seu início quando, pela primeira vez, houve uma reunião de lésbicas no Brasil com o objetivo de formar articulações, dialogar e propor ações e intervenções nas políticas públicas. Ao longo dos anos, os Seminários cresceram e tornaram-se o principal espaço deliberativo de lésbicas e mulheres bissexuais no país, tendo uma singular relevância para a afirmação desses grupos como sujeitos políticos.

Figura 9

Publicação do Boletim Um Outro Olhar sobre o 1º SENALE

EM
 Movimento

ENCONTROS

aconteceu



I Seminário Nacional de Lésbicas: Saúde, Visibilidade e Organização

De 29 de agosto a 1 de setembro de 1996, realizou-se no Rio de Janeiro, o I Seminário Nacional De Lésbicas, organizado pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro e o Centro de Documentação "Coisa de Mulher". Apoiaram o trabalho Yalé Mello, Airton, Vera Néry e Yone Lindgren que nos falou um pouco sobre o evento.

Composto de oficinas, grupos de trabalho e mesas de exposição, o seminário abordou temas como memória, saúde e visibilidade lésbicas. Entre as resoluções, o estabelecimento do dia 29 de agosto como dia Nacional da Visibilidade Lésbica e o envio de moção de repúdio aos hospitais onde já se dá a utilização da ala feminina por

travestis (como acontece em Santos).

Segundo Yone Lindgren, também "foi constatado que, em nenhum momento, as feministas reconhecem o espaço das lésbicas, inclusive a ausência das mesmas no Semanário foi total. Convidadas, responderam que não teriam condições de comparecer (isso não só no Rio de Janeiro)." Ainda segundo Yone, "em plenária, foi questionada a ausência da Rede UOO no Seminário, já que grande parte do movimento em Sampa está relacionada a mesma (ver nota da redação)."

Por fim, para Yone, "A principal conclusão foi a de que devemos usar como dinâmica organizacional a emoção, para conscientizar as mulheres, e trabalhar a auto-estima das mesmas e de que há necessidade de formarmos uma rede nacional por lésbicas e para lésbicas."

O próximo seminário ficou a cargo do Grupo Lésbico da Bahia (GLB) da cidade de Salvador. Maiores informações sobre o I Seminário, com Yone Lindgren, Caixa Postal 44019, RJ, cep 22062-970, e o II, com Jane ou Zora do GLB, Caixa Postal 6430, Salvador, BA, cep 40060-970.

N.R. A Rede de Informação Um Outro Olhar não compareceu ao seminário estritamente em função de um acúmulo de atividades relacionadas a seus projetos de prevenção à AIDS ocorrido na mesma época deste evento.

Protesto em Encontro da Academia Americana de Pediatria

Em Boston, nos EUA, em outubro (1996), um grupo de vinte e seis ativistas intersexuais, fizeram, pela primeira vez, na história moderna, uma demonstração pública, durante o encontro anual da Academia Americana de Pediatria, contra o apoio dado por esta à mutilação genital de hermafroditas. Segundo os ativistas, membros das organizações Hermafroditas com Atitude e A Ameaça Transsexual, os médicos operam as crianças intersexuais apenas por razões cosméticas e não funcionais. Segundo os ativistas, a medicina é obcecada em policiar, regular e suprimir as diferenças, e a remoção dos genitais de crianças intersexuais leva à insensibilidade e à incapacidade de sentir prazer. Cheryl Chase, cchase@isna.org, (707)775-3121; Riki Wilchins, (212)645-1753, gpac@gpac.org. Fonte: InYourFace.

Fonte: Artigo de Yone Lindgren enviado à Rede Um Outro Olhar.

Recuperado de *Boletim Um Outro Olhar*, 1997, p. 05

De acordo com o reportado na edição número 25 do UOO (Figura 9), a partir da interlocução com a ativista lésbica Yone Lindgren, que, diferentemente da editora do boletim,

havia participado do 1º SENALE, este ocorreu no Rio de Janeiro entre os dias 29 de agosto e 01 de setembro de 1996, tendo sido organizado pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro – COLERJ e pelo Centro de Documentação Coisa de Mulher. Entre oficinas e grupos de trabalho, os temas correntes naquele momento versavam sobre saúde, memória e visibilidade lésbica.

Destaca-se, na publicação, uma das resoluções tomadas na Plenária Final do 1º SENALE, a qual traz grandes repercussões até o momento atual para os movimentos lésbicos brasileiros: o estabelecimento do Dia Nacional da Visibilidade Lésbica como sendo 29 de agosto, em referência à relevância histórica atribuída àquele encontro. No entanto, também pode ser observada na publicação acima algo particularmente interessante aos propósitos da presente pesquisa e conectada às circunstâncias conflituosas descritas nos tópicos anteriores, referente a uma “Moção de Repúdio aos hospitais onde a ala feminina é utilizada por travestis” (Martinho, 1997, p. 05), como uma das iniciativas realizadas a partir do Seminário, citando como exemplo um hospital de da cidade de Santos-SP.

Como pode ser observado na Figura 9, a reportagem sobre o 1º Seminário Nacional de Lésbicas repartiu o espaço de uma página do boletim com uma notícia vinda de Boston, nos Estados Unidos. *Protesto em Encontro da Academia Americana de Pediatria* intitulava a nota que descrevia uma mobilização protagonizada por pessoas intersexuais contra a Academia Americana de Pediatria por esta apoiar, nas palavras impressas na revista, a “mutilação genital de hermafroditas²²”.

Realçamos a pouca visibilidade dada ao 1º SENALE em um veículo informativo que, em letras garrafais, destinava-se a lésbicas; que, inclusive, defende, em momento oportunos, a visibilidade lésbica como pauta fulcral do movimento. Nenhuma outra informação sobre a realização do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas foi relatada no UOO. E mesmo em trabalhos acadêmicos sobre o assunto, o foco acaba sendo maior nos Seminários que ocorreram a partir dos anos 2000. De qualquer modo, reportagens publicadas em outras edições do veículo ainda serão úteis para informações sobre os outros dois SENALES ocorridos ainda na década de 1990.

A segunda edição, realizada em Salvador, na Bahia, entre os dias 24 e 28 de agosto de 1997, foi organizada pelo Grupo Gay da Bahia – GGB. Um fato relevante a ser trazido é o clima conflituoso que envolveu o momento da plenária final, em que parecia haver uma disputa acirrada sobre o grupo/coletivo que ficaria encarregado de organizar o próximo Seminário, bem como acerca do local que receberia o encontro.

²² Termo em desuso, devido ao seu caráter pejorativo, utilizado em referência a pessoas intersexuais.

Conforme relatado na 27ª edição do boletim, houve uma conspiração para impedir que um respectivo coletivo levasse o encontro para a sua cidade, mas, sem citar nomes e representantes, a autora parece conhecer as intenções ou indiferenças do grupo diante da questão, visto a afirmação de que “o tal determinado ‘grupo’ nunca teve a mínima intenção de realizar nenhum encontro (bastaria perguntar às integrantes do mesmo para esclarecer o assunto)” (Martinho, 1998, p. 17). Por fim, a editora da revista traz alguns apontamentos contraditórios, pois informa que havia um desinteresse generalizado a respeito da continuidade dos Seminários, que acabou sendo “assumido por uma moça de Belo Horizonte, sem um grupo constituído, não se sabe se efetivamente em condições de concretizar o que se propôs a fazer” (Martinho, p. 17).

Mais à frente, descrevemos alguns aspectos sobre Soraya Menezes, a “moça de Belo Horizonte” que assumiu a missão de trazer para terras mineiras o 3ª SENALE. Mas para encerrar essa parte, na qual recuperamos informações acerca dos Seminários realizados durante a década de 1990, as repercussões sobre o SENALE ocorrido em Betim-MG, entre os dias 25 e 27 de setembro de 1998, não foram muito positivas, conforme alguns relatos coletados pelo UOO.

Na edição 29 do boletim, três ativistas lésbicas que estiveram presentes no encontro sediado na região metropolitana de Belo Horizonte levantaram duras críticas à organização do evento. Destacam-se entre os principais pontos de desaprovação certo despreparo da comissão organizadora, a falta de estrutura do local escolhido para a recepção das participantes e realização do Seminário e a ausência de representantes das autoridades locais (Martinho, 1999).

No entanto, um ponto exaltado por duas das correspondentes da revista foi o apoio de membros sindicais de partidos políticos, algo que não havia ocorrido nos dois encontros anteriores. Tal fato pode ser creditado à atuação partidária de Soraya Menezes, militante lésbica de Belo Horizonte que será retomada a seguir.

Uma figura importante não só para o movimento lésbico mineiro, mas com uma longa trajetória de militância política na esquerda brasileira é Soraya Menezes. Maria Cruz Ferraz (2021), em sua dissertação acerca do movimento de mulheres lésbicas em Belo Horizonte entre os anos de 1998 e 2014, trabalhou com relatos de História Oral a partir de entrevistas com Soraya. Na descrição da autora:

Mineira, nascida em Belo Horizonte, técnica em enfermagem e pedagoga, Soraya teve a sua vida marcada pela militância, primeiro nos sindicatos e partidos políticos de esquerda (PT e PSTU), depois nos movimentos negros, de mulheres e em organizações lésbicas. Por ser a fundadora e a principal referência, em matérias jornalísticas e dos conhecedores da memória LGBT da cidade, é impossível pensar a

trajetória deste movimento sem pensar as ações da Soraya para que a organização fosse possível (Ferraz, 2021, p. 135).

Enquanto filiada ao PT – Partido dos Trabalhadores, Soraya integrava a Convergência Socialista; já no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU, criado em 1994, além de ser uma das fundadoras e principais lideranças do partido, foi através dele que Soraya, nas eleições de 2002, foi a primeira candidata a senadora assumidamente lésbica no Brasil, apesar de não ter sido eleita, obtendo 157.132 votos (Machado, 2007).

Na realização do 2ª SENALE, em 1997, Soraya Menezes foi convidada a dar uma palestra no Grupo de Discussão: Lésbicas e Negras no Movimento Sindical (Figura 10). Após assumir, neste encontro, o compromisso de realizar o próximo Seminário em Belo Horizonte, a militante então inicia a formação de um grupo, inicialmente chamado Associação Mineira GLS (AMGLS). Em sua dissertação de mestrado sobre a constituição de identidades coletivas em torno da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, Frederico Viana Machado traz um panorama bastante detalhado das cisões e alianças estabelecidas pelo movimento na capital mineira.

Figura 10

Atividades desenvolvidas durante o 2º SENALE

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O EVENTO		
<p>25/09 - MESA DE ABERTURA: com representantes de órgãos de saúde e do Fórum de Mulheres da Bahia;</p> <p>26/09 - MESA CIDADANIA LÉSBICA: Deputada estadual Maria José Rocha (BA); Vereadora Jurema Batista (RJ)</p> <p>OFICINA: Autoconhecimento - Yone Lindgren (Movimento D'Ellas- RJ)</p> <p>GRUPO DE DISCUSSÃO: Movimento Lésbico nas TV comunitárias - Maria Angélica Lemos (Comulher - SP)</p> <p>PAINEL: Homoerotismo na imprensa - Roseli Santos (Sapphos - RS)</p> <p>OFICINAS: 1)Unibiótica - Rosângela de Castro (Arco-Íris - RJ) 2)Nossa Saúde, nosso Prazer (Míriam Martinho - Um Outro Olhar - SP)</p>	<p>GRUPO DE DISCUSSÃO: Lésbicas e Negras no Movimento Sindical (Soraya Menezes - MG)</p> <p>VIDEOS: Coletânea de Vídeos Lésbicos (Marisa Fernandes - CFL-SP)</p> <p>27/09 - MESA LÉSBICAS E AIDS Alejandra Sarda (Secretariado de Mulheres da ILGA - Argentina); Luiza Granada (Rede de Informação Um Outro Olhar); Telma Cavalheiro (APTA-SP); Wilza Vilela (NEPAIDS-SP)</p> <p>GRUPO DE DISCUSSÃO: Uso de Drogas entre Lésbicas (Andréa Domanico-APTA- SP)</p> <p>OFICINAS: 1) Cidadania Lésbica - Rosana Zaiden (CFL-SP) 2) Psicologia no relacionamento - Joana D'Arc Silva - MHB (PA)</p>	<p>GRUPO DE DISCUSSÃO: 1)Lésbicas e Relações Familiares (Jandira Pantel-GLB-BA) 2)Lésbicas e Religiosidade - Ilka Friedrich - Labrystheia (Alemanha)</p> <p>PAINEL: Instrumentos internacionais e nacionais de proteção aos direitos humanos das lésbicas - Márcia Soares - Themis (RS)</p> <p>TEATRO: Teatro de Bonecos - Grupo Trio de Três (Gleise Campos/Lúcia Silva)</p> <p>VIDEO: apresentação de Marta Duarte (MS)</p> <p>28/09 - Mesa Lesbianismo: Resgatando nossa história. Luiz Mott (GGB); Lígia Bellini (UFBA) e Marisa Fernandes (CFL-SP)</p> <p>PLENÁRIA FINAL.</p>

Recuperado de *Boletim Um Outro Olhar*, 1998, p. 16

Sobre o grupo AMGLS, o autor aponta divergências sobre a nomeação dessa organização que, para Soraya Menezes, o nome correto seria GLS-MG (Gays, Lésbicas e Simpatizantes de Minas Gerais). Contudo, com a aproximação do 3º SENALE e na medida em que mais mulheres passaram a compor o grupo misto (composto por lésbicas e gays), elas se separaram para a organização do Seminário.

Um fato necessário de ser pontuado, principalmente levando em conta as duras críticas que o evento recebeu, conforme descrito anteriormente, foi que:

as lideranças da Associação haviam alugado um sítio para a realização do III SENALE, mas quando o evento começou a ganhar visibilidade na mídia, o dono do sítio se deu conta de que sua propriedade seria utilizada para aquele encontro e desistiu de alugar o espaço. Faltavam poucos dias para o evento e as lésbicas tiveram que fazer uso de contratos assinados para conseguirem realizar o evento (Machado, 2007, p. 115).

Talvez muitos outros fatores possam ter influenciado nas críticas feitas ao evento pelas interlocutoras que enviaram suas opiniões ao boletim UOO. Ainda assim, o fato de o dono do sítio ter cancelado a utilização do local poucos dias antes do evento, certamente por motivação lesbofóbica, é um dado importante a ser considerado.

Mesmo com as dificuldades, as lésbicas que compunham o GLS-MG conseguiram realizar o encontro na cidade de Betim, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, onde foi possível a realização do 3º SENALE. Inclusive, após o encontro, algumas mulheres da região se interessaram pela militância lésbica, levando à formação da Associação Lésbica de Minas Gerais – ALEM, em 1998.

Como instituição, a ALEM foi formalizada como ONG em 1999 (Ferraz, 2021) e, em depoimento a Machado (2007), Soraya apontou que a motivação para a fundação da ALEM foi a constatação de que as mulheres com as quais militava e construía o movimento continuariam a ser discriminadas se não houvesse um espaço próprio de organização das lésbicas de luta pelos seus direitos. Ainda em 1998, a ALEM, juntamente com outros integrantes da AMGL, organizou a Primeira Marcha do Orgulho Lésbico-Gay de Minas Gerais, sendo “*a única Parada GLBT do Brasil fundada por Lésbicas* [ênfase adicionada], em um contexto histórico que exigia muita coragem” (Machado, 2007, p. 116).

Em 2005, a ALEM promoveu a 1ª “Caminhada de Lésbicas e simpatizantes de Minas Gerais” que, alguns anos mais tarde seria renomeada de Caminhada das Lésbicas e Bissexuais de Belo Horizonte²³ (Ferraz, 2021). Em 2010, segundo as entrevistas que Soraya concedeu à autora, uma série de questões burocráticas e de prestação de contas envolvendo a ALEM acabaram lhe acarretando problemas pessoais, econômicos e psicológicos, de modo que “Após mais de uma década militando pelos direitos das mulheres lésbicas e à frente da ALEM, a relação com a ONG acabou terminando de forma negativa” (p. 262).

²³ Em julho de 2024, ano em que foi realizada a 20ª Caminhada, o perfil oficial da Caminhada Lésbica de Belo Horizonte fez um comunicado oficial informando que “mulheres bissexuais” não estariam mais incluídas no nome do movimento. Entre as justificativas para a exclusão de mulheres bissexuais, as organizadoras do perfil argumentaram pelo direito de priorizar lutas específicas, a não negociação da lesbianidade e a luta por autonomia (Caminhada Lésbica de Belo Horizonte, 2024).

Assim, a partir de 2010, as ações da ALEM tornaram-se restritas apenas à organização da Caminhada e, em 2014 a Associação Lésbica de Minas Gerais foi oficialmente desativada. Ainda assim, Soraya Menezes e a ALEM compuseram uma parte bastante importante do movimento lésbico brasileiro, em especial em Minas Gerais. E os embates, inicialmente com os movimentos homossexuais mistos da cidade que culminaram na formação da ALEM, e os que ocorreram na dissolução da ONG, também exemplificam a complexa arena de disputas e confrontos em que os movimentos lésbicos se produzem. Por fim, demonstramos uma breve sistematização das principais realizações da Associação Lésbica de Minas Gerais, sendo dirigida, na maior parte dos eventos aqui elencados, por Soraya Menezes.

Figura 11

Principais atividades desenvolvidas pela ALEM de 1998 a 2013

<i>Ano</i>	Principais Atividades e Realizações
1998	Organização do 3º Seminário Nacional de Lésbicas
1998	Organização da 1ª Parada do Orgulho GLBT de Minas Gerais
1999-2001	Organização das 2ª, 3ª e 4ª Parada do Orgulho GLBT de Minas Gerais
2001	Organização do I Seminário Mineiro de Lésbicas e Bissexuais Femininas
2002-2004	Organização das 5ª, 6ª e 7ª Parada do Orgulho GLBT de Minas Gerais
2005	Organização da 1ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais Femininas
2006-2013	Organização das 2ª à 9ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais Femininas
2010	Organização do “Seminário Internacional sobre Direitos Sexuais, Feminismos, Lesbianidades - Olhares Diversos”

Produzido pelos autores, adaptado das dissertações de Machado (2007) e Ferraz (2021).

5.2 Novas disputas a partir dos anos 2000

Até aqui, foram abordados os três primeiros SENALES, realizados na década de 1990. Neste tópico, em acordo com os objetivos que conduzem esta pesquisa, focaremos em outras três edições do evento, ocorridas a partir dos anos 2000: o 5º, realizado em 2003, o 6º, que aconteceu em 2006 e o 8º, ocorrido em 2014.

Sobre o 5º SENALE, realizado em São Paulo, os pontos mais marcantes do evento ocorreram na plenária final, que formalizou a criação da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, e também no encerramento do evento, em que foi realizada a 1ª Caminhada Lésbica de São Paulo, em 22 de junho de 2003. Patrícia Lessa (2007), em sua tese de doutorado sobre o movimento

lésbico no Brasil entre os anos de 1976 e 2006, traz alguns registros, particularmente importantes para o presente trabalho, que se referem a uma lista de discussão, recurso virtual criado para o debate e criação de estratégias pelo movimento. No caso, a lista passou a ser divulgada como *senale@yahoogrupos.com.br*.

De acordo com Ramos (2009), o *Yahoo Grupos* foi um serviço oferecido pelo site *www.yahoo.com.br*, que tornava possível o compartilhamento de mensagens em grupos de debates, também nomeados de “lista de discussão”. Uma interface de comunicação virtual, que atuava também como um banco de informações, além de possibilitar acesso imediato a mensagens, fotos, enquetes e *links*.

Lançado em 2001, o Yahoo Grupos foi uma das primeiras ferramentas a possibilitar o compartilhamento de dados e a criação de fóruns online em grupos de e-mails. Com o avanço das plataformas digitais, essa ferramenta acabou sendo cada vez menos utilizada, encerrando suas atividades no final de 2019.

Na lista de discussão do SENALE, logo no primeiro e-mail analisado por Lessa (2007), já é possível notar como o espaço virtual se revelou em um palco de divergências políticas. Uma delas foi o embate entre as “glpetistas” e as militantes autônomas. “Glpetistas” seria o grupo formado por ativistas lésbicas filiadas ao PT, sobre as quais as “não-glpetistas” apontavam que a vinculação partidária acabava sendo priorizada em detrimento dos interesses do grupo, além de defenderem que o movimento LGBT seria mais amplo e diverso do que as posições das “glpetistas”.

Ao final da sua análise da lista de discussão, a autora conclui que os debates em torno da sexualidade e da identidade não foram temas de disputa neste contexto. O que se tornou arena de embates e que caracterizou a crítica e análise políticas do movimento lésbico naquele momento foi o confronto institucionalizadas versus autônomas; reformistas versus adeptas de uma transformação radical:

. . . em nossa pesquisa, reencontramos a divergência entre glpetistas, feminismos institucionalizadores e propostas de mudança radical. . . *ser lésbica é um ponto pacífico e os sentidos que perpassam e constituem tal denominação não são priorizados* [ênfase adicionada]. Importam, de fato, as frentes de luta, as estratégias concebidas” (Lessa, 2007, p. 199).

Nota-se, no contexto retomado, a existência de certo consenso acerca da categoria lésbica. Seus sentidos e significados não foram problematizados, nem mesmo a identidade lésbica estava em questão. O foco de disputas parecia ser a identidade coletiva do movimento, quem o compunha e o construía e as alianças estabelecidas. Ainda assim, é interessante refletir como o centro de oposições é fluido, produtor e produto de transformações a depender das

contingências históricas em que se insere o movimento, mas também das quais também é produtor.

Já no 6º SENALE, que ocorreu de 18 a 21 de maio de 2006, em Recife, Pernambuco, é possível observar outros direcionamentos. Um primeiro ponto que diferencia este Seminário dos demais foi o fato de que, na sua construção, estiveram envolvidas organizações de lésbicas feministas, lésbicas e feministas (Lemos, 2015). Nisto, podemos destacar um movimento no sentido de estabelecimento de alianças entre, ao menos, três especificações de entidades que compõem esse campo, sendo estas, organizações: 1) lésbicas feministas (pautadas pelo feminismo lésbico); 2) lésbicas (não necessariamente identificadas com o feminismo); e 3) feministas (mulheres bissexuais²⁴ que integram organizações feministas).

De acordo com a autora, esse também foi o primeiro dos SENALEs em que houve uma mesa específica sobre as lésbicas negras²⁵. A mesa 4: *Racismo, Discriminação Racial e Lesbianidade* foi coordenada por Joelma Cesário, da Associação Lésbica Coturno de Vênus – (DF), e contou com as exposições de Leila Lopes Rosa, da Associação Cultura, Arte e Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – ACARMO/RS, Lúcia Castro, da Aos Brados!, de Campinas-SP e Vilma Reis, coordenadora executiva do Programa CEAFFRO-UFBA (VI Seminário Nacional de Lésbicas, 2006).

Outra atividade importante e de caráter igualmente inovador na história do Seminários foi a segunda mesa proposta, realizada na manhã de 19 de maio, primeiro dia do evento, intitulada *Movimento de Mulheres Lésbicas em interface com os Movimentos Feministas, Negras, Gays, Bissexuais, Transexuais, Prostitutas e Pessoas com Deficiência*. Sob mediação de Luciana Souza Leão, da Coordenação Política Executiva do 6º SENALE, sete expositoras fizeram suas falas (VI Seminário Nacional de Lésbicas, p. 25), dentre elas, Barbara Graner, mulher trans do Coletivo Nacional de Transexuais (SP). Destacamos, do Relatório Final, dois pontos referentes à presença de Graner no evento.

O primeiro aspecto refere-se às Proposições para a Agenda Política do Movimento de Mulheres Lésbicas do Brasil, que formulou propostas a partir das mesas de debate e dos grupos de trabalho. Nestas, no eixo de “formação política”, há duas propostas que se referem à transexualidade:

Aprofundar as interfaces entre o sujeito político lésbico e outras questões que demandam enfrentamento na garantia de direitos. Não se trata apenas do convívio político com o movimento feminista, gay, racial, trans; pessoa com deficiência etc,

²⁴ As mulheres bissexuais passaram a participar dos SENALES a partir da 5ª edição, realizada em 2003 (Lemos, 2015).

²⁵ Como apontado anteriormente, no segundo SENALE, em 1997 Soraya Menezes propôs e participou de um grupo de discussão sobre lésbicas negras no movimento sindical.

mas apreender a agenda política desses movimentos e refletir sobre suas reivindicações, favorecendo a internalização das questões que se colocam na perspectiva de superação da discriminação e do preconceito [...]. Valorizar e priorizar as dimensões, as demandas e as questões que apareceram neste SENALE: juventude, pessoa com deficiência; discriminação racial, transexualidade, violência entre lésbicas, dentre outras (VI Senale, 2006, p. 22).

O segundo ponto, refere-se à “Carta Aberta do VI SENALE”, apresentada às coordenadoras para serem lidas na Plenária Final, e publicada para conhecimento público no Relatório Final. A Carta, assinada pela Coordenação Política Executiva do VI SENALE discorreu sobre o fato do impedimento de que Barbara Graner continuasse acompanhando o evento após a sua participação na mesa na qual havia sido uma das convidadas.

A justificativa dada pela organização foi a de que as pessoas convidadas para debater em mesas do Seminário compareciam ao evento apenas sob a condição de palestrantes, não sendo permitido permanecer no local após o encerramento da atividade para a qual haviam sido solicitadas. Na carta, ainda foi sugerida uma certa confusão por parte de Graner, envolvendo o agendamento de seu retorno:

Pelo fato de seu retorno ter sido marcado somente para o dia 21/05, Bárbara Graner deduziu que poderia participar de todo o evento. Prontamente, a organização do evento explicou a impossibilidade de acatar, naquele momento, tal idéia, uma vez que, somente na *Plenária Final do VI SENALE, será decidido sobre a aceitação - ou não - de novos sujeitos políticos como participantes dos próximos SENALES* [ênfase adicionada], conforme deliberação do Comitê Consultivo Nacional (VI Senale, 2006, p. 27).

A equipe organizativa ainda pontuou que houve um erro da agência de viagens encarregada das emissões de passagens, que deveria ter agendado a volta da palestrante para o dia 19/05, e não para o dia 21/05. Rapidamente, “corrigindo o mal-entendido” (VI Senale, 2006, p. 27), as organizadoras remarcararam a passagem para o dia 20/05.

Como é possível observar, tal argumento de que a decisão sobre inclusão ou aceitação de novos sujeitos políticos só deveria ocorrer na plenária final, apresenta uma estreita relação com os fatos ocorridos nos ELFLACs, discorridos no tópico anterior. Fato é que, na Plenária Final do 6º SENALE, o único debate sobre a questão ocorreu por meio dos dois pontos recuperados aqui: pela leitura da Carta Aberta e nas Proposições para Agenda Política do Movimento de Mulheres Lésbicas do Brasil. Ou seja, a questão sobre inclusão ou não das pessoas trans como participantes – não apenas como palestrantes – não entrou na pauta de resoluções da Plenária.

No entanto, no 8º SENALE, realizado em Porto Alegre (RS), nos dias 29 de maio a 1º de junho de 2014, houve uma mudança de posição do evento diante das questões que há tempos pareciam conflituosas neste âmbito. Segundo Ana Carla Lemos (2015), um tópico que

polemizou bastante na ocasião foi a mudança do nome de SENALE para SENALESBI, aprovada na Plenária Final, visibilizando-se, com a alteração, também as mulheres bissexuais que, desde o 5º SENALE, passaram a atuar no processo de construção do evento.

A decisão tomada ao final do Seminário dividiu opiniões e repercutiu mesmo após o encerramento. Havia, por um lado, a compreensão de legitimidade da decisão do nome, visto sua aprovação pela maioria presente na última plenária, mas houve também as discordâncias vindas por parte de quem defendia a manutenção do nome SENALE devido ao seu caráter histórico e ao reconhecimento político nacional conquistado pelo evento.

Alguns dos posicionamentos contrários à alteração para SENALESBI traziam aspectos de um certo caráter “maternalista” do movimento lésbico em relação às mulheres bissexuais. Conforme traz a autora, ao recuperar a fala de uma das participantes do evento de 2014: “*Se as mulheres bissexuais agora estão empoderadas, não seria o momento de criar seus espaços e pensar em um momento de culminância a nível nacional? Vamos criar um espaço só de lésbicas?*” (Lemos, 2015, p. 2331, grifos da autora).

Tal fato corrobora com o que vem sendo descrito nesta dissertação no que concerne às nuances, especificidades e correntes nos espaços de organização política do movimento lésbico no Brasil e na região. Há também, na provocação de se “criar um espaço só de lésbicas” algo já pontuado anteriormente, da necessidade e exaltação de “um quarto todo nosso”.

Porém, mudanças no sentido de certa ruptura com uma ideia enrijecida e fixa do que seria o movimento lésbico e seus sujeitos foram verificadas no decorrer deste 8º Seminário. Principalmente em relação à questão mal resolvida no 6º SENALE, a respeito da aceitação ou rejeição de que outros sujeitos políticos pudessem agregar à construção do evento. Logo no Regimento Interno, aprovado no primeiro dia durante a Conferência de Abertura, é possível verificar:

Art. 6º- Participação VIII SENALE, Lésbicas e Mulheres Bissexuais e convidadas, Comissão Executiva Nacional e a Comissão Organizadora Local que tenham apresentado a inscrição de participação nos prazos previstos pela Comissão Executiva Nacional. [...] Art. 10 – As participantes do VIII SENALE ficam assim constituídas: Mulheres lésbicas e bissexuais, com direito a voz e a voto; Convidadas, com direito a voz; Gestoras com direito a voz” (VIII Senale, 2014, pp. 29-30).

De acordo com os artigos do Regimento recuperados acima, podemos identificar um outro posicionamento em relação às pessoas convidadas, que passam a ser consideradas participantes do evento, com direito a voz. Talvez esta tenha sido uma estratégia para evitar o “mal-estar” gerado no 6º encontro.

Também uma mudança significativa foi o fato da criação de um Grupo de Trabalho: *Transexualidades, Intersexualidades e Movimento de Lésbicas e Mulheres Bissexuais*, por meio

do qual questões relativas a pessoas trans e intersexos foram debatidas, com a presença e representatividade dessa população. Inclusive, é atribuído ao trabalho e às atividades desenvolvidas por esse GT, as seguintes resoluções e compromissos firmados pelo 8º SENALE:

- Apoiar o Projeto de Lei 5002/2013 que prevê a criação da Lei de Identidade de Gênero (PL João Nery);
- Reconhecer a diferenciação dos termos identidade de gênero e orientação sexual nos documentos oficiais do SENALE (ficha de inscrição, carta, caderno de orientações, moções);
- Garantir a participação de mulheres trans, TRAVESTIS lésbicas e bissexuais no SENALE com direito a voz e voto;
- Inserir o debate das transexualidades, travestilidades, intersexualidades e do enfrentamento à transfobia nas mesas, conferências e demais espaços do SENALE;
- Que a carta de Porto Alegre inclua o compromisso das signatárias de fortalecer o diálogo junto às organizações de transexuais e travestis nos seus estados (VIII Senale, 2014, p. 24).

Após o 8º Seminário, ocorreram, até o momento, mais três edições: em 2016, Teresina, no Piauí, sediou o evento; em 2018, em Salvador, na Bahia, ocorreu o 10º SENALESBI, a partir do qual as lésbicas e mulheres bissexuais que participaram do encontro tiveram a iniciativa de produzir um livro em celebração às 10 edições do SENALE/SENALESBI. Com o intuito de reunir relatos da articulação do movimento lésbico no Brasil, *Nossas Histórias, Nossas Vozes: Resistências Históricas de Lésbicas e Mulheres Bissexuais no Brasil* (Ribeiro, et al., 2018), em seus 20 capítulos, além de um Artigo Visual com registros fotográficos de todas as edições do Seminário, traz as narrativas e memórias vivas daquelas que tanto contribuíram para a constituição e transformação do movimento lésbico brasileiro.

Em outubro de 2023 foi realizado, em Recife (PE), o 11º SENALESBI. No entanto, até agosto de 2024, momento final de elaboração deste capítulo, nenhum documento oficial sobre o evento foi disponibilizado publicamente, o que impossibilitou que a 11ª edição do Seminário fosse incorporada à presente análise.

Neste capítulo, abordamos algumas situações de conflito estabelecidas em algumas edições dos SENALEs/SENALESBIs. Sinalizamos o necessário movimento de estabelecer alguns recortes, considerando os objetivos definidos no presente estudo. Entretanto, acreditamos que outros temas permeados por disputas certamente emergiram ao longo de quase 30 anos de existência dos Seminários, o que nos permite reafirmar que as tensões no campo lésbico feminista brasileiro, sobretudo no contexto dos Seminários, não se limitam aos que descrevemos neste estudo.

6 MAPEANDO SUPERFÍCIES, AVALIANDO CAMINHOS

O propósito de mapeamento de perfis responde ao último objetivo específico proposto, qual seja compreender o embasamento feminista conceitual e político que orienta os argumentos sobre a categorias lésbica expostos nas interações. Nesta fase de produção de dados, realizada entre os meses de agosto e outubro de 2023, permanecemos seguindo procedimentos da etnografia virtual (Mercado, 2012; Rifiotis, 2016; Cesarino, Walz & Balistieri, 2023).

Ao realizar uma imersão em profundidade no campo-tema, acompanhamos diariamente os cinco perfis selecionados após os procedimentos metodológicos descritos anteriormente, além de recuperar a genealogia dessas páginas, desde suas primeiras publicações até o modo como são apresentadas e autoposicionadas em relação a perspectivas e correntes dos feminismos e dos feminismos lésbicos. Destacamos que, nessa etapa, a produção de diários de campo foi imprescindível para a organização das ideias, conceitos e situações que serão descritas mais à frente.

A análise que se segue se estabelece em uma tentativa complexa, embargada por contradições e desidentificações, de aproximação com as visões acerca das lesbianidades bem como com as referências utilizadas, autoras citadas e toda uma série de elementos que possam contribuir para a compreensão do que é dito, comentado, curtido e compartilhado. Aqui, retomamos que optamos por utilizar o perfil pessoal da pesquisadora na realização deste mapeamento.

Diferentemente do modo de organização dos dados utilizado nas etapas de seleção das postagens do perfil do LesboCenso, organização das interações no contexto das publicações definidas e de seleção dos perfis a serem mapeados, nas quais utilizamos como critério de inclusão ou eliminação métricas como número de curtidas, de comentários e de seguidores, no manejo do material produzido a partir dos perfis foram integradas à análise imagens ou vídeos publicados e o conteúdo textual das legendas vinculadas aos mesmos. Além disso, pelo fato de o campo pesquisado ser localizado no *Instagram*, o contexto de plataformas online possibilitou acessar conteúdos disponibilizados também em outros ambientes virtuais, como no *YouTube*, blogs, sites e plataformas de áudio.

Mais adiante será apresentada uma breve descrição dos cinco perfis selecionados para o mapeamento. De antemão, informamos que todos são perfis administrados por mulheres que se autodeclaram como lésbicas, cis ou trans, que criam e compartilham conteúdos sobre as lesbianidades, sendo alguns perfis de grupos, e outros individuais.

Ressaltamos que durante o período de coleta dos dados, entre agosto e outubro de 2023, todos os perfis encontravam-se públicos, ou seja, sem restrição de acessos. Assim, por analisar apenas informações públicas, conforme Resolução 510/16 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), em seu artigo 1º, parágrafo único, não foi necessário registro e avaliação deste estudo no sistema CEP/CONEP. De todo modo, os perfis aqui descritos, mapeados e analisados não serão identificados.

Para isso, criamos uma estratégia de narrativa ficcional para apresentar o contexto no qual imergimos ao longo de todo o processo de realização deste estudo, sobretudo na fase de mapeamento dos perfis. O Festival de Convivências Lésbicas - CELE(S)BRA, que entrará no palco desta dissertação em instantes, trata-se de uma narrativa fictícia fruto de um exercício analítico de compilação, elaboração e articulação de elementos verificados tanto em fatos históricos, como os recuperados nos capítulos anteriores, como nas práticas e discursos identificados nos perfis mapeados.

6.1 Adentrando no campo, estacionando o caminhão

Em 1976, em Michigan, nos Estados Unidos, foi realizada a primeira edição do *Michigan Womyn's Music Festival* (MWMF), um festival organizado por e para mulheres, na zona rural do estado. Também referido como Michfest, o evento foi idealizado pelo grupo *We Want The Music Collective* (WWMC), formado, entre outras integrantes, pela produtora cultural Lisa Vogel, com objetivo de promover um acampamento somente para mulheres, além de fomentar a cena musical e artística feminina (Koyama, 2003).

Para Elisabeth Currans, professora e chefe do departamento de Estudos sobre Mulheres e Gênero da *Eastern Michigan University*, as fundadoras e primeiras participantes do festival faziam parte de uma cultura feminista que acreditava no separatismo como uma política necessária para que as mulheres criassem suas próprias normas culturais (Currans, 2020). Com a marca registrada de ser um espaço separado e autodefinido por mulheres, em 1979 o coletivo WWMC definiu como política oficial do festival *womyn-born-womyn* (mulheres nascidas mulheres) (Kendall, 2006).

Tal política, ainda que tenha sido impressa no programa do evento apenas em 1992 (Currans, 2020), já deixava evidente a posição de não aceitação de pessoas trans no festival. A política “mulheres-nascidas-mulheres” implicava exclusão de pessoas trans e não apenas mulheres trans, pois, como relatado por Emi Koyama, pesquisadora e ativista nipo-americana

que há anos documenta fatos, relatos e análises a respeito de embates e controvérsias nos espaços feministas:

Pessoas queer e outras que não se identificam nem como homens nem como mulheres também são excluídas desta política, mesmo que tenham sido criadas como mulheres. Em 2000, várias [pessoas] . . . – que não eram mulheres transexuais – foram expulsas do festival por se recusarem a se identificar como “nascidas mulheres” seja porque não se identificam mais como mulheres, seja em solidariedade com outras pessoas trans (Koyama, 2003, p. 6).

O fato emblemático que escancarou a política “mulheres-nascidas-mulheres” como uma grande estratégia de exclusão das pessoas trans – em especial das mulheres trans – do festival ocorreu em 1991, quando Nancy Jean Burkholder foi expulsa do evento por ser uma mulher trans. Como a própria Burkholder relatou à época em uma coluna que escreveu para o jornal *Gay Community News*, após vários questionamentos sobre a sua identidade como mulher, ouviu de uma de suas indagadoras que “transexuais não estavam autorizados a assistir ao festival. Ela disse que a política do MWMF era que o festival fosse aberto apenas para ‘mulheres-nascidas-mulheres’” (Burkholder, 1991, p. 5).

Em resposta ao ocorrido com Nancy Burkholder, ela e mais três mulheres trans retornaram ao Michfest em 1993 com o objetivo de realizar oficinas sobre transexualidade, mas não foram aceitas no evento, sendo expulsas pela equipe de segurança. Determinadas a cumprirem com as atividades que haviam preparado, elas acamparam em frente ao portão principal onde ocorria o festival, promoveram workshops e dialogaram com cerca de 200 mulheres que chegaram até elas fosse por curiosidade, por desconfiança ou para oferecer apoio (Koyama, 2003).

Esse foi o nascimento do *Camp Trans*, oficializado em 1994, em que ativistas trans e aliadas organizavam-se do outro lado da rua, acampavam em frente ao portão de entrada do Michfest e ali se mantinham durante todo o período do evento, promovendo atividades de leituras, musicais, oficinas e debates que visavam, principalmente, à inclusão das mulheres trans no festival. Ainda segundo Koyama (2003), o *Camp Trans* esteve ativo até 2011, atraindo cada vez mais pessoas jovens que se identificavam como queer, mas também lésbicas transinclusivas, como as do grupo Lesbian Avengers²⁶ (Vingadoras Lésbicas), que forneciam apoio moral e físico às ativistas do *Camp Trans*, em especial devido às ameaças recebidas vindas de algumas participantes do festival.

²⁶ Grupo inicialmente fundado por Maxine Wolfe, Sarah Schulman e outras em 1992, na cidade de Nova York, para promover a visibilidade e o orgulho dyke. Outros grupos com o mesmo nome foram criados em todo o país, embora permaneçam independentes uns dos outros. As Lesbian Avengers de Chicago, Boston, Washington DC, Filadélfia e de vários outros estados criticaram abertamente o Michigan Womyn's Music Festival por sua transfobia e participaram do Camp Trans (Koyama, 2003).

Uma importante campanha encabeçada pelo *Camp Trans* foi a *Transgender Womyns Belong Here* – TWBH (Mulheres Trans Pertencem Aqui), que tinha como intuito demarcar o ambiente do Michfest também como um espaço das mulheres trans, com a estratégia de produção de camisetas, zines, cartazes e broches com o lema a serem distribuídos para as pessoas que passassem pelo acampamento. Uma ação da campanha que marcou o Festival ocorreu em 2010 quando Sia, cantora australiana, subiu ao palco do Michfest em sua apresentação vestindo uma camiseta com o lema TWBH (Currans, 2020).

Apesar dos esforços de ativistas trans e aliadas, somado a manifestações de artistas que se apresentavam no festival e que se posicionavam publicamente pela inclusão das mulheres trans, a questão nunca foi bem recebida pelas organizadoras do evento. Em entrevista mais recente de Lisa Vogel, cocriadora do Michfest, que se defende da ideia divulgada de que participantes do *Camp Trans* tenham sido impedidas de acessarem o festival, a ideia da política mulher-nascida-mulher, surgida no final dos anos 1970, foi uma maneira de marcar a realidade de mulheres que nasceram e sobreviveram à infância e que permaneceram sendo identificadas como mulheres, mas que não havia nenhuma vigilância durante o festival em relação ao modo como as pessoas se identificavam em relação ao gênero (Vogel, 2018).

Para ela, o *Camp Trans* obteve uma cobertura da imprensa desproporcional àquela recebida pelo Michfest em mais de 20 anos de história, o que se justificaria por uma misoginia por parte da imprensa. Em 2014, o *Equality Michigan*, organização de defesa da população LGBTQIA+ do estado do Michigan, criou uma petição que denunciava a política de exclusão do MichFest. Para as mulheres, em especial lésbicas cis, que seguiam os posicionamentos assumidos pela organização do evento, a petição foi tomada como um boicote ao festival, como afirmou a própria Lisa Vogel (2018).

A petição teve grande repercussão na mídia local e nacional, envolvendo adesão e mesmo retirada de assinaturas de grupos dirigidos por lésbicas, como o *National Center for Lesbian Rights* e o *National LGBTQ Task Force* (Anderson-Minshall, 2015). A movimentação gerada pela petição, em especial mobilizada pelas redes sociais, gerou desgastes para as organizadoras do Michfest, que atribuíram o apoio de organizações ao boicote atrelado a uma questão financeira promovida pelo movimento trans:

Eu realmente aprendi muito nos últimos anos, quando tantas organizações gays e lésbicas aderiram à petição da *Equality Michigan* e boicotaram o festival. . . a melhor ferramenta de angariar fundos é focar na libertação trans. Há muito dinheiro, há um grande apoio legislativo” (Vogel, 2018, s/p.).

Ainda sobre a cocriadora do Michfest, Cristan Williams entrevistou, em 2014, Janis Walworth, lésbica cis, amiga de Nancy Burkholder e que contribuiu na formação do *Camp Trans*. Nesta entrevista, Williams resgata trechos de um jornal, publicado em 1977, contendo uma carta aberta enviada a *Olivia Records* a respeito da participação de Sandy Stone no coletivo, algo já abordado anteriormente nesta dissertação. Fato é que, nessa carta de reprovação, que pressionava as integrantes da *Olivia* a expulsarem e demitirem Stone da gravadora, consta a assinatura Lisa Vogel (Williams, 2014b).

Em abril de 2015 foi anunciada a 40ª e última edição do *Michigan Womyn's Music Festival*. Em nota no perfil oficial do Michfest no Facebook, Lisa Vogel atribuiu o encerramento das atividades a questões financeiras e o embate sobre a inclusão de pessoas trans não foi diretamente mencionado, apesar de referenciar questões culturais e políticas que a comunidade feminista lésbica enfrentou ao longo de quatro décadas (Michigan Womyn's Music Festival, 2015).

Sheila Jeffreys recuperou o episódio do Michfest no capítulo acerca do “espaço das mulheres” em seu livro, já mencionado anteriormente. De acordo com ela, o *Camp Trans* representou uma verdadeira ameaça à segurança das mulheres (cis) que frequentavam o festival, em que táticas transativistas particularmente agressivas e misóginas foram utilizadas para que houvesse a aceitação das mulheres trans naquele espaço (Jeffreys, 2014). Jeffreys também lança acusações de que pessoas do *Camp Trans* teriam praticado vandalismo no festival, além de alegar que, por conta da presença de pessoas trans, mulheres (cis) participantes do evento teriam desenvolvido transtorno de estresse pós-traumático (Jeffreys, 2014).

Ainda no mesmo livro, lançado em 2014, portanto antes do encerramento das atividades do Festival, em 2015, a autora celebra a edição que ocorreu em 2012, quando o *Camp Trans* já não estava mais presente no Michfest:

Há registros de que a edição de 2012 foi um fortalecimento da nova onda do feminismo, e que as mulheres estão tornando-se muito mais organizadas no que tange ao impedimento da entrada de homens: usando placas, camisetas e músicas elas mostram aos invasores que eles não são bem-vindos em seu território (Jeffreys, p. 168).

6.2 Levantando as tendas, armando as barracas: Festival de Convivências Lésbicas – CELE(S)BRA

À primeira vista, trazer o Festival de Michigan, nos Estados Unidos, como parte da análise que compõe a presente pesquisa pode fugir um pouco do contexto delimitado aqui, visto que boa parte dos registros documentais apresentados anteriormente focaliza nos embates sobre

as lesbianidades em eventos ocorridos no Brasil (SENALEs/SENALESBIs) e na América Latina (ELFLACs/Venir al Sur). No entanto, alguns fios condutores aproximam o evento descrito acima ao objeto desse estudo: dizem de eventos e episódios nos quais as categorias “lésbica” e “mulher” foram temas de disputa e indicam dinâmicas e estratégias utilizadas além de demonstrarem um percurso histórico de embates.

Assim como no encerramento do Michfest foi apresentada a alegação de um boicote, nosso ponto de partida nessa pesquisa foi uma campanha difamatória contra o LesboCenso. O levantamento dos dados com os quais trabalhamos ocorreu entre agosto e outubro de 2023, quando os cinco perfis mapeados mantiveram suas contas públicas, sendo que três destes tornaram os seus perfis abertos ao acesso por estarem na articulação de um festival de cultura lésbica que ocorreu durante o mês de agosto, em que são celebrados o Dia da Visibilidade Lésbica (29 de agosto) e o Dia do Orgulho Lésbico (19 de agosto).

O Michfest, apesar de ter encerrado suas atividades em 2015, ainda mantém ativo seu site oficial, onde se encontram disponibilizados diversos materiais sobre a inscrição no evento, metodologias utilizadas, organização e funcionamento do local, atividades, oficinas, shows e toda a programação definida para aquele ano²⁷. No espaço onde era realizado o festival, uma área de mais 650 hectares na zona rural do Michigan, cerca de 2000 mulheres acampavam durante uma semana. Grupos e coletivos armavam suas tendas com temáticas específicas; havia a possibilidade de inscrição para a prestação de serviços gerais, como para cuidar da alimentação, limpeza e segurança do local durante os dias do evento; o cuidado infantil era dividido em três tendas: uma para crianças de zero a quatro anos; outra para meninas de cinco anos ou mais; e uma terceira, para os meninos acima de cinco anos.

Também havia a possibilidade de se inscrever como artesã, sendo uma oportunidade para vender os próprios produtos no bazar do festival. Já a realização de oficinas, shows, saraus, peças teatrais e exibição de filmes poderia ser proposta por qualquer pessoa inscrita no festival e a curadoria bem como o apoio técnico ficavam por conta de uma equipe selecionada para o desempenho de tais atividades. Além das tendas que funcionavam como parte da organização e logística das programações, outros espaços também poderiam ser ocupados com os mais diversos temas, desde que tratassem de pautas comuns às mulheridades para as quais se destinava o evento.

²⁷ Detalhes do evento podem ser consultados no endereço eletrônico <https://www.michfest.com/welcome-to-michfest/>.

As disputas com as quais trabalhamos neste estudo serão apresentadas como na dinâmica de um festival. Cada perfil descrito ocupará a cena de uma tenda, de modo que parte dos conteúdos produzidos por tais páginas estabelecem alguma ligação com a tenda nomeada. Os palcos de explanação, para onde representantes de cada tenda se deslocam, contemplam o conjunto de categorias descritivas pelas quais se demonstram os posicionamentos assumidos pelos perfis.

Figura 12

Detalhamento dos perfis

Perfil	Início das atividades	Nº de seguidores	Nº de publicações	Principais temas dos conteúdos	Produção em outras plataformas	Gerenciamento do perfil
Tenda das crianças	Abril de 2016	16,3 mil	3320	Produção de conteúdos sobre a revogação da LAP e antipedofilia	-	Individual
Tenda do Bazar	Maio de 2017	5830	3589	Divulgação das atividades desenvolvidas por um bar/atelier/espço cultural	Facebook e canal no Youtube	Individual
Tenda das Oficineiras	Novembro de 2017	9929	279	Divulgação de um programa em plataformas de áudio	Plataformas de áudio	Coletivo
Tenda da História Lésbica	Julho de 2019	5540	198	Divulgação de conteúdos e eventos lesbofeministas	Medium e WordPress	Coletivo
Tenda Camp Trans	Novembro de 2017	16,4 mil	944	Divulgação de poesias e ativismo transfeminista e lésbico	-	Individual

- **Tenda das Crianças:** foco na proteção infantil. Para além dos cuidados e debates acerca de diversos assuntos que abrangem o universo das crianças, essa tenda também se dedica a temáticas relacionadas à maternidade, como a revogação da Lei de Alienação Parental (LAP), Lei 12.318 de 2010, que dispõe sobre os aspectos emocionais e psicológicos encontrados em crianças que seriam vítimas da alienação parental. Com posições contundentes contra a LAP, as proposições evocam, frequentemente, a figura de Richard Gardner como um pedófilo que abusava sexualmente de crianças para provar sua teoria

acerca da Síndrome da Alienação Parental²⁸. Assim, o combate à pedofilia e ao casamento infantil também figuram como principais temas abordados.

- **Tenda do Bazar:** organiza as atividades com fins lucrativos que acontecem ao longo do festival, como a feira de artesanatos. Defende produtoras culturais, artistas e empreendedoras que tenham sofrido perseguições por expressarem suas opiniões. Promove oficinas sobre empreendedorismo lesbocentrado, ou seja, de lésbicas para lésbicas, além de debates sobre o silenciamento das lésbicas, cancelamento, fetichização, lesbofobia, racismo e preconceito geracional.
- **Tenda das Oficineiras:** são as responsáveis pelo gerenciamento técnico, seleção e produção das atividades que envolvem recursos audiovisuais, como exibição de filmes, palestras e gravação de entrevistas. Também promovem algumas oficinas, como a de produção de bandeiras e faixas. Realizam entrevistas com as participantes do festival, abordando temas como a identidade lésbica, heterossexualidade compulsória, separatismo lésbico, visibilidade lésbica e resistência política.
- **Tenda da História Lésbica:** apresentam-se como um coletivo lesbofeminista, que tem como propósito fomentar o orgulho e a consciência lésbica entre as participantes do festival. Promovem rodas de conversa, cine debates e produções artísticas que permeiam o resgate da identidade, história e cultura lésbicas, a abolição da prostituição, da pornografia e do gênero e assumem o que denominam de uma postura antiassimilacionista, característica que atribuem ao movimento LGBT²⁹ do qual se distanciam por enxergá-lo como organizações que buscam por inserção no sistema capitalista e patriarcal. Também propõem formações acerca de correntes do feminismo lésbico.
- **Tenda Camp Trans:** única tenda entre as apresentadas que é composta por mulheres trans lésbicas. O caráter poético e artístico diferencia esse espaço dos quatro descritos anteriormente para além da perspectiva transfeminista e lésbica assumida na proposição e realização das atividades. Além de saraus de poesia, produção de zines e oficinas musicais,

²⁸ O conceito de SAP - Síndrome de Alienação Parental - está ligado a uma corrente da psiquiatria norte-americana que tem como um dos seus representantes Richard Gardner, que se baseou antes em elementos supostamente lógicos na defesa de sua teoria do que na realização de estudos sobre o fenômeno que tentava apreender (Escudero et al., 2008). Gardner, segundo consta em seus escritos, tinha a expectativa de que a síndrome fosse incluída na próxima revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V, pela Associação Americana de Psiquiatria.

²⁹ O uso da sigla LGBT aqui, diferentemente do modo que utilizamos em outros momentos – LGBTQIA+ –, demarca o posicionamento político assumido pelas Tendas, ou seja, a posição crítica de gênero da maioria dos perfis mapeados, algo que será detalhado no decorrer da descrição do Festival.

a tenda também se propõe a ser um espaço de escuta e reflexões sobre os temas da cisgeneridade, patriarcado, transidentidades, lesbianidades e não-monogamia.

Além das Tendas, o Festival de Convivências Lésbicas – CELE(S)BRA também conta com participantes sem vínculo prévio com nenhuma das tendas. Da mesma forma, na equipe da organização do evento não há representantes de nenhuma das cinco tendas.

6.2.1 Palco de explanações 1: Cultura e Visibilidade Lésbica

A luta pela visibilidade lésbica há muito estampa cartazes e faixas nas diversas manifestações dos movimentos lésbicos brasileiros. Encontra-se no mote das caminhadas, marchas, seminários, eventos acadêmicos, palestras, rodas de conversa e em tantas situações que abordem as lesbianidades. Seja a visibilidade (ou invisibilidade) no campo da saúde (Facchini & Barbosa, 2006), na imprensa (Barbosa, 2019), nas plataformas de mídias sociais (Ziller et al., 2021) e em diversos outros campos, a pauta pela visibilização das lesbianidades é sempre atualizada.

Tamanha sua importância que, no Brasil, conforme resolução estabelecida na ocasião do primeiro SENALE (Martinho, 1997), o dia 29 de agosto foi definido como o dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Em nosso festival não seria diferente, sendo “Cultura e Visibilidade Lésbica” o primeiro palco nos qual as representantes das tendas marcaram presença e muitos posicionamentos.

As integrantes da Tenda da História Lésbica amarraram na frente do palco uma grande bandeira, denominada Labrys. Enquanto as outras participantes se aproximavam, aquelas iniciaram suas explicações acerca do significado histórico e cultural dos elementos contidos naquele símbolo: uma bandeira com fundo roxo, contendo em seu centro uma labrys – machado de duas lâminas – sobre um triângulo preto invertido (Figura 13).

Figura 13

Bandeira Labrys



Recuperado de *Referências culturais: objetos*, de Pólis, Instituto, 2024, p. 5.

Durante a explicação, afirmaram que a labrys foi um símbolo utilizado por lésbicas separatistas durante a década de 1970, em referência ao instrumento de guerra e de trabalho de comunidades matriarcais. Sobre o triângulo preto, inferiram acerca da ressignificação de um símbolo anteriormente utilizado exclusivamente para demarcar lésbicas nos campos de concentração nazistas, além de uma variação, que é o uso do triângulo vazado como uma referência à vulva. A respeito do roxo, afirmaram ser, além de uma cor que remete ao feminismo, uma referência à “Ameaça Lavanda”³⁰, modo como lésbicas foram descritas por uma feminista heterossexual que as acusou de representarem um perigo para o feminismo.

As representantes das tendas das Oficineiras e das Crianças vibravam diante das explicações, enquanto a Tenda do Bazar reforçava:

Não podemos deixar que apaguem a cultura e os símbolos lésbicos! Nossa bandeira não pode ser em vários tons de rosa como se fosse um culto à feminilidade e ainda repetindo o padrão em faixas de cores como aquela outra, aquela da falsa diversidade que é a bandeira do arco-íris³¹.

³⁰ Em uma tradução para o português do Manifesto do grupo *Radicalesbians*, o *The Woman-Identified Woman*, articulado durante um congresso realizado em 1970, em Nova Iorque, Patrícia Lessa, pesquisadora da Universidade Estadual de Maringá, realizou a seguinte nota sobre o termo “Ameaça Lavanda”: o termo é a tradução de *lavender herring*, que é uma expressão que faz referência aos termos *red herring* e *lavender menace*. A expressão *lavender menace* foi utilizada em 1969 por Betty Friedan, então presidente da National Organization for Women (NOW), para descrever a ameaça que ela supunha que as associações com o feminismo lésbico ou radical representavam para a NOW e para o movimento de mulheres dentro da organização. Ela e outras feministas heterossexuais temiam que a ligação prejudicasse as feministas de alcançar mudanças políticas e que o estereótipo de lésbica poderia causar repulsa ao movimento feminista. A declaração de Betty Friedan levou Rita Mae Brown a sair do NOW. Ela com as companheiras do grupo *Radicalesbians* realizaram a leitura e distribuição do Manifesto *The Woman-Identified Woman* durante o II Congresso para Unir as Mulheres em protesto às declarações de Friedan. O termo *lavender menace* foi reapropriado pelas feministas lésbicas de forma positiva (*Radicalesbians*, 1970/2021, p. 7).

³¹ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

Antes de passarem a palavra, as participantes da Tenda da História Lésbica afirmaram a necessidade de recuperar e preservar a genealogia da luta lésbica, de modo que, somente pautadas em relações “ginoafetivas”³² seria possível despertar nas mulheres uma identificação entre si, suprimida pelo patriarcado, que seria a chave para a superação de um sistema de opressões. Antes que pudessem finalizar, a representante da Tenda das Crianças emendou na fala de sua antecessora para pautar a defesa de uma ancestralidade lésbica.

Nessa explanação, comentou sobre a lesbianidade ser um movimento ancestral de mulheres em prol da emancipação do sexo feminino da condição de propriedade masculina. Em suas elucubrações, a cultura lésbica remeteria a culturas milenares, como a das Amazonas, em que mulheres, em especial as lésbicas, se colocaram contra todos os modos de atuação do poder masculino, contra a apropriação sexual e emocional das mulheres e em defesa das terras, de seus próprios corpos, de suas crianças e dos valores produzidos em nações comandadas por mulheres.

Ela retoma a fala da Tenda do Bazar quando esta disse do apagamento dos símbolos lésbicos. Para a Tenda das Crianças, não apenas os símbolos são apagados como há uma tentativa orquestrada de invisibilização e silenciamento das existências lésbicas que ousam defender e falar em nome de si mesmas enquanto detentoras do próprio útero, que rejeitam todo e qualquer acesso masculino a seus corpos. Em contraponto à fala da Tenda da História Lésbica, para a das Crianças a cor roxa não é uma cor do feminismo, visto que as feministas que em alguma medida compartilham suas vidas com homens são traidoras das lésbicas. Ela encerra sua elaboração reivindicando que: “o lilás, roxo ou lavanda, cor atribuída à ameaça que representamos, seja, de fato, uma cor das lésbicas!”³³

A seguir, a Tenda das Oficineiras pediu a palavra, disse se sentir representada pelas falas das que a antecederam e sugeriu que, diante dos argumentos levantados naquele palco fosse realizado, ao final do evento, um Manifesto pelo Separatismo Lésbico - MSL. A participante que estava com o microfone nas mãos retomou trechos de cada relato anterior e, logo após, sintetizou:

Só poderemos resgatar a cultura lésbica ancestral reforçando o uso e o compartilhamento de nossos próprios símbolos e códigos. Não podemos ter como referência uma cultura heteropatriarcal que quer nos dizimar. Nossa insubordinação

³² Em *Unpacking Queer Politics*, Sheila Jeffreys explica o conceito de “*Gyn/affection*”, inventado por Janice Raymond para descrever o amor entre as mulheres que seria a base do feminismo. Para a autora, o termo denota a paixão de uma mulher pela outra, uma experiência de atração profunda pelo Eu vital original em direção a outras mulheres vitais (Jeffreys, 2003).

³³ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

nos indica apenas um caminho: o separatismo lésbico! Lesbocentrar nossos afetos é o único direcionamento que nos levará à segurança, à autonomia e à libertação!³⁴

Ao final da fala, uma das representantes da Tenda das Oficineiras sinalizou um incômodo diante de uma outra bandeira, que não estava estendida no palco como a da Labrys, mas foi avistada circulando entre algumas participantes do festival. Tal bandeira (figura 14), anteriormente descrita pela Tenda do Bazar como em “vários tons de rosa”, trata-se de uma bandeira reconhecida como *Sunset* [Raio de Sol].

Figura 14

Bandeira Lésbica Sunset/Raio de Sol



Recuperado do site *Newbury Pride*, (<https://newburypride.org.uk/Pride-Flags/>)

De acordo com Medhurst (2023), a bandeira lésbica *Sunset* foi criada em 2018 por uma pessoa usuária do *Tumblr*³⁵, Emily Gwen. No entanto, antes desta, havia sido criada uma em 2010, composta por tons de vermelho escuro e rosa, que incluía uma marca de batom, o que a fez ficar conhecida como a bandeira lésbica *Lipstick* (Figura 15).

³⁴ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

³⁵ O *Tumblr* é uma plataforma de criação de conteúdo e hospedagem de blogs, que oferece a possibilidade de produção em formatos de texto, links, citações, GIFs, músicas, áudios e vídeos. Foi criado em 2007 e comprado pelo *Yahoo* em 2013 (Lisboa, 2022).

Figura 15*Bandeira Lésbica Lipstick/Batom*

Recuperado do site *Newbury Pride*, (<https://newburypride.org.uk/Pride-Flags/>)

Criada por Natalie McCray, que a postou em seu blog em 2010, a *lipstick* foi bastante criticada por apresentar referências atribuídas à feminilidade, como os vários tons de rosa e a própria marca de batom, algo que parecia excluir lésbicas com uma performance de gênero não feminina. Além disso, a blogueira recebeu alegações de que teria realizado postagens racistas, transfóbicas e bifóbicas em sua página (Munson, 2023), tendo, inclusive, a deletado.

Assim, em 2018, Emily Gwen redesenhou a bandeira em um novo design, retirando a marca de batom e estabelecendo novas tonalidades para as sete faixas que a constituem e atribuindo outras explicações para cada faixa, conforme demonstrado na figura 16, retirada do perfil oficial de Gwen no Instagram:

Figura 16³⁶

Explicação da Bandeira Sunset/Raio de Sol



Recuperado do perfil oficial de Emily Gwen no Instagram (<https://www.instagram.com/p/BxjFzwMBL5C/>)

Já sobre a bandeira Labrys (Figura 13) e os símbolos que ela referencia, tal qual a reivindicação das expositoras do Palco 1 demonstradas até agora, Penrose (2024) traz que a menção às amazonas remonta ao feminismo lésbico norte-americano da década de 1970. De acordo com o autor, as guerreiras da mitologia grega que lutavam contra inimigos masculinos passaram a ser consideradas pelas lésbicas feministas como suas antepassadas, que teriam desafiado o patriarcado e decidido viver sem nenhum contato com os homens. A partir dessa associação com as guerreiras gregas, a labrys, instrumento de guerra relacionado à antiga amazona Hipólita, foi adotada como um símbolo do movimento lésbico a partir daquele momento.

No entanto, a bandeira labrys, como ficou conhecida, só foi produzida em 1999 pelo designer gráfico Sean Campbell, tendo aparecido publicamente pela primeira vez na revista californiana *Gay and Lesbian Times*, em 2000 (Penrose, 2024). Ainda sobre a reivindicação de uma certa ancestralidade das amazonas pelos movimentos, o autor pontua que não se trata de uma exclusividade do movimento lésbico estadunidense da década de 1970, considerando que há ativistas trans que também veem as amazonas como símbolos de identificação, especialmente por conta de releituras do mito em que “as Amazonas são entendidas como indivíduos não conformes com o gênero” (Penrose, p. 207).

Já sobre o uso do triângulo preto, em um estudo de Elman (1996), que analisou a história associada ao uso dos triângulos invertidos como símbolo de resistência e afirmação das

³⁶ Tradução das sete faixas, começando pela superior: Não conformidade de gênero, Independência, Comunidade, Relações únicas com a feminilidade, Serenidade e paz, Amor e sexo, Feminilidade

identidades gay e lésbica, é apontado que uma variedade de triângulos coloridos foi utilizada pelo nazismo para classificar as pessoas enviadas aos campos de concentração. Enquanto os judeus tinham a marcação da estrela de Davi (estrela amarela de seis pontas), outros grupos também perseguidos pelo regime eram identificados por triângulos invertidos coloridos: “vermelho para a dissidência política, verde para criminosos, roxo para Testemunhas de Jeová, azul para emigrantes, marrom para ciganos, pretos para lésbicas e outras ‘antissociais’ e rosa para homens homossexuais” (Elman, pp. 2-3).

Ainda segundo a autora, a categoria “antissocial” - a qual era marcada pelo triângulo preto invertido - abarcava, além de lésbicas, prostitutas e pessoas em conflito com as leis estabelecidas pelo regime, em especial, “as que proibiam relações sexuais entre arianos e judeus” (Elman, 1996, p. 5). Ou seja, diferentemente do triângulo rosa invertido, utilizado especificamente em homens gays que eram enviados para os campos de concentração como “*175 ers*”³⁷, o triângulo preto era designado a um grupo bastante heterogêneo, não sendo uma marcação restrita a lésbicas.

Em nosso festival, enquanto as ativistas e simpatizantes das ideias lançadas pelas tendas da História Lésbica, das Crianças, do Bazar e das Oficineiras, empolgadas pela última fala, rascunhavam o “Manifesto pelo Separatismo Lésbico”, a representante da Tenda Camp Trans aproximava-se. Ela carregava consigo duas bandeiras, mas não as estendeu. Aliás, houve uma certa dificuldade para que ela conseguisse acessar o palco, visto que a ideia do Manifesto e a discussão sobre as bandeiras causou alvoroço entre as participantes do evento que acompanhavam aquele palco.

Após algum tempo, todas que haviam falado anteriormente se retiraram do tablado, algumas saíram até mesmo daquele espaço onde ocorriam as explanações. Em uma das mãos, a representante do Camp Trans segurava uma labrys; na outra, uma bandeira trans (Figura 17).

³⁷ O número 175 faz referência ao parágrafo 175 do Código Penal do Império Alemão, promulgado em 1871, que criminalizava a homossexualidade masculina. A lei foi posteriormente ampliada pelos nazistas em 1935 e abarcava qualquer forma de lascívia entre dois homens (Elman, 1996).

Figura 17

*Bandeira do Orgulho Trans*³⁸



Recuperado do site *Newbury Pride* (<https://newburypride.org.uk/Pride-Flags/>)

Mas ela não falou sobre as bandeiras, apenas as trouxe em seu corpo. Iniciou sua comunicação dizendo sobre o 29 de agosto, dia da Visibilidade Lésbica, como uma data de celebração das vivências sexuais e afetivas das diferentes corporalidades compreendidas nas lesbianidades. Ela destinou sua explanação ao prazer, não à defesa de ataques direta ou indiretamente remetidos a ela durante as falas que a antecederam.

Para ela e as demais integrantes do Camp Trans presentes naquele palco, além das lésbicas cis e butchs que as acompanhavam, a reflexão sobre cultura e visibilidade lésbicas deveria partir das trincheiras, das fissuras, dos abismos para avançar em pautas realmente importantes, e não se limitar a discussões estagnadas, focadas apenas nas disputas por símbolos, termos, espaços e anatomia. Ainda assim, finalizou com uma fala provocativa, desafiadora para as poucas que permaneceram ali, escutando:

A lesbianidade não pode parecer uma vivência sob o domínio da cisgeneridade. A Não foi a cisgeneridade quem inventou a lésbica; não será ela quem impedirá travestis e mulheres trans de se automearem lésbicas e sapatonas. A transfobia do movimento lésbico cisgênero direcionado às outras lésbicas é, também, lesbofobia. Amar mulheres não é apenas sobre vulva, útero e ovários. Lésbicas travestis e trans existimos e não seremos silenciadas!

6.2.2 Palco de explanações 2: Resgate das especificidades, das vozes e dos espaços lésbicos

Na abertura do Palco 2, integrantes da Tenda das Oficineiras, responsáveis pela organização técnica do Festival, fizeram um comunicado a todas que se interessassem para, ao

³⁸ Em agosto de 1999, Monica Helms, uma ativista trans, escritora e veterana da Marinha dos Estados Unidos, criou a icônica bandeira do Orgulho Trans. Essa bandeira, símbolo de resistência e visibilidade, foi exibida publicamente pela primeira vez em uma parada de orgulho em Phoenix, Arizona, no ano de 2000. No dia 19 de agosto de 2014, Monica Helms doou a bandeira original ao Museu Nacional de História Americana, em Washington, DC, marcando oficialmente o Dia da Bandeira Trans (ANTRA, 2024).

final das atividades realizadas naquele dia, se encaminharem à Tenda do Bazar, onde se reuniriam para produzir o Manifesto pelo Separatismo Lésbico, que seria lido no dia seguinte, no encerramento do Festival, logo após a programação do Palco 3. Enquanto isso, a Tenda da História Lésbica posicionou-se ao lado direito do palco com vários folhetos impressos a serem distribuídos ao público. As comunicadoras que estavam com a palavra explicaram que o material se tratava do Manifesto “A Mulher que se Identifica com Mulheres”, escrito em 1970 pelo grupo *Radicanlesbians*, que seria utilizado como inspiração para a produção do MSL.

Uma das integrantes da Tenda da História Lésbica subiu ao palco para dar início às explicações. Ela abriu sua fala contando sobre a importância de resgatar o Manifesto das *Radicalesbians*, sobretudo em um momento

em que discursos liberais, por meio de estratégias de assimilação, são direcionados a nós, lésbicas, nos obrigando a abrir nossos espaços para acolhermos a todos que se autoidentifiquem como mulher. E ainda esperam que o façamos de um modo materno, dócil e benevolente, tal qual fomos ensinadas pela socialização para a feminilidade³⁹.

Em seguida, contextualizou a produção do referido Manifesto, realizado em função de uma situação de exclusão de representantes lésbicas do II Congresso para Unir as Mulheres, em 1970 em Nova Iorque. Após a leitura de alguns trechos do texto, intercalando com suas próprias interpretações, sintetizou, novamente recorrendo ao escrito: “É a primazia de mulheres se identificando com mulheres, de mulheres criando, em conjunto, uma nova consciência de si mesmas, que está no cerne da libertação das mulheres e será a base para a revolução cultural” (*Radicalesbians*, 1970/2021, p. 11).

Após ser aplaudida, aludiu à produção de um Manifesto próprio para aquele Festival, ideia lançada anteriormente durante as explicações do Palco 1. Ao motivar as participantes a somarem-se na elaboração do MSL, a representante da Tenda da História Lésbica reforçou a noção de que a criação de espaços exclusivamente lésbicos, tendo como base a opressão sexual que mulheres sofrem na sociedade, seria a única forma de avançar em um projeto de emancipação.

Neste momento, ela fez um sinal para uma das integrantes da Tenda do Bazar para que se aproximasse do palco. Comentou sobre uma situação que havia acontecido poucos dias antes do evento, na qual a sua companheira de luta, que, naquele momento já estava posta ao seu lado no estrado, teve seu estabelecimento boicotado pelo fato de tê-lo definido como um espaço destinado exclusivamente a mulheres biológicas.

³⁹ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

Ao passar a palavra para a sua colega, esta informou ao público que estava bastante inconformada, especialmente pelo fato de que a onda de cancelamentos que estava sofrendo vinha, na maioria dos casos, de outras mulheres lésbicas, as quais ela denominou de “lésbicas de fachada”. Indagou ao público: “Vocês já ouviram falar da ‘lésbica de fachada’? Conhecem alguma?”, e, após alguns burburinhos e feições de espanto e curiosidade expressas pelas espectadoras, explicou:

A “lésbica de fachada” é aquela mulher que se diz lésbica, mas que se relaciona com pessoas com pênis. Pois é, difícil de acreditar, mas essa é a realidade que estamos vivendo. Elas se relacionam com pessoas com essas características, mas juram que não vivem um relacionamento heterossexual. E essas “lésbicas de fachada” são aceitas em todos os espaços, não sofrem cancelamentos, não perdem seus empregos por dizerem o óbvio: que a realidade material importa, que é impossível ser mulher e se relacionar com uma pessoa que tenha pênis e querer se afirmar lésbica. A especificidade dos corpos importa. Mas nós, que temos coragem de dizer isso, somos sistematicamente silenciadas, relegadas ao ostracismo. Precisamos, urgentemente, resgatar o que é nosso!⁴⁰

Na sequência, uma integrante da Tenda das Crianças tomou a palavra. Cumprimentou a que lhe antecedeu, disse se solidarizar profundamente pela situação de boicote que aquela estava sofrendo, mas comentou que também vive uma perseguição parecida devido a sua ética de centramento de luta, trabalho e política em mulheres e crianças. Apontou que, para ela, sua radicalidade reside, sempre, na busca pela raiz sexual dos problemas:

Enquanto fêmea humana adulta, que passou por um processo de socialização para a feminilidade imposta e pela maternidade compulsória, hoje eu luto, com minhas irmãs lésbicas, contra todo e qualquer acesso masculino aos nossos corpos e aos corpos das crianças.⁴¹

Em seguida, resgatou a fala de sua antecessora para dizer das especificidades de mulheres lésbicas, vistas por ela como ameaçadas. Citou como exemplo o poder simbólico de resistência implicado no fato de sua recusa em se relacionar com alguém que tenha pênis: “em uma sociedade de supremacia masculina, de culto ao falo e preterimento do útero, priorizar e amar mulheres e suas crianças é revolucionário; negar interações afetivas e sexuais com os homens é resistência política e respeito à ancestralidade lésbica”.⁴²

Boa parte das reivindicações realizadas até aqui giram em torno de uma certa ameaça representada pela inclusão nos espaços lésbicos de corporalidades que fujam do que, para elas, significa a especificidade biológica do corpo lésbico, tomado de antemão como um corpo fêmeo. Assim como outrora a “ameaça lavanda”, que instigou a publicação do Manifesto de

⁴⁰ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

⁴¹ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

⁴² Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

1970 nos Estados Unidos em decorrência de situações de exclusão, em nosso Festival parece rondar uma ameaça perene que, por sua vez, também dialoga com o par de oposições exclusão/inclusão.

Naquela mesma década em que o Manifesto de *Radicalesbians* foi escrito e proferido, a existência das identidades trans e lésbicas vinha sendo produzida como uma afronta à especificidade da experiência lésbica e à integridade dos espaços lésbicos por Janice Raymond. Especificidade tal justificada pela autora, assim como pelas oradoras das Tendas, por meio de características corporais e da socialização para a feminilidade: “As mulheres assumem a autodefinição de feministas e/ou lésbicas porque essa definição realmente procede não apenas do fato cromossômico de nascer XX, mas também de toda a história do que ser nascida com esses cromossomos significa nesta sociedade” (Raymond, 1994, p. 116).

As referidas “lésbicas de fachada” são apresentadas com incômodo e desprezo pelas comunicadoras do Palco 2 por não aceitarem a ideia de que as lesbianidades estejam limitadas e sedimentadas sobre uma noção biológica dos corpos. Uma certa atribuição de “traidoras da própria classe” é lançada sobre tais lésbicas - ou não lésbicas, visto a ironia implicada na adjetivação “de fachada”. Mas, afinal, o que há de comum entre as “lésbicas de fachada” e as representantes das Tendas de modo que aquelas sejam traidoras?

Raymond (1994) traz uma explicação sobre o que aproxima as experiências indagadas acima, e que certamente embasa os posicionamentos assumidos:

. . . uso igualdade para significar: “semelhante em qualidade, natureza ou status” e “capaz de atender aos requisitos de uma situação ou tarefa”. Nesses sentidos, transexuais não são iguais às mulheres e não são nossos pares. Eles não são iguais em “qualidade, natureza de status” nem são “capazes de atender aos requisitos da situação” de mulheres que passaram a vida inteira como mulheres (Raymond, 1994, p. 117).

Nestes termos, as “lésbicas de fachada” são traidoras daquelas que são suas semelhantes em “qualidade, natureza ou status” ao passo que traem a sua própria natureza. Assim, a ideia de uma política de alianças afetivas, sociais e sexuais entre lésbicas cis e trans é totalmente rejeitada pelas expositoras no Palco 2.

Diante disso, podemos pensar tais alianças não como uma abertura dos “nossos” espaços, mas sim como a construção desses espaços de modo que sejam, de fato, nossos. Pois, se como apresentado por Raymond (1994), para quem a entrada de mulheres trans em espaços lésbicos representaria uma tragédia tal que lésbicas transinclusivas estariam mutilando a sua própria realidade, talvez a “transinclusão” deva ir além e implicar a construção conjunta de novos espaços, e não a entrada em um espaço já formado e formatado de acordo com as noções

apresentadas até aqui. De todo modo, a “fachada” do nosso Festival já apresenta contornos bem delimitados e específicos, mas que não é representativa da totalidade das participantes.

Enquanto as integrantes do Camp Trans se aproximavam do palco 2, uma das componentes da Tenda das Oficineiras, que já estava no palco desde o início dos discursos, tomou a palavra. Disse que seria breve, mas que traria um incômodo sobre a organização do Festival, pois não estava sentindo-se confortável ao utilizar os banheiros disponibilizados para as participantes do evento, visto que havia mulheres trans e lésbicas no encontro.

De acordo com ela, que se identifica como lésbica “desfem”⁴³, a experiência de constrangimento ao utilizar banheiros públicos femininos é uma constante em sua vida, uma vez que, por não performar esteticamente as expectativas sociais atribuídas à feminilidade, tem o seu pertencimento àquele espaço sempre questionado. Relatou, inclusive, algumas abordagens que já recebeu em banheiros de pessoas que a questionaram se ela seria uma mulher.

A seguir dos seus relatos pessoais, fez um desabafo:

Poxa, eu já passo por esse tipo de situação desagradável fora daqui e, quando venho pra cá, pensando que seria um espaço seguro, em que a minha mulheridade não seria questionada pelo fato de ser desfem, novamente não consigo me sentir à vontade no banheiro. Toda vez que entro, tenho a sensação de que um homem pode entrar a qualquer momento. Isso deveria ser revisto pela organização do festival: os banheiros deveriam ser exclusivos de acordo com o nosso sexo! Locais separados por sexo não podem ser frequentados por qualquer pessoa que se autoidentifique como mulher, isso significa um risco para todas nós. Ser mulher é uma realidade biológica, não um sentimento.⁴⁴

Após algumas manifestações de apoio a sua fala, e outras de desaprovação, todas as integrantes das Tendas da História Lésbica, das Crianças, do Bazar e das Oficineiras, que haviam permanecido no palco durante todas as falas até ali, desceram. Algumas se retiraram do local e outras se mantiveram, enquanto a Tenda Camp Trans ocupava o tablado para o seu momento de fala.

Inicialmente, uma das representantes disse que não falaria sobre banheiros, visto que a política do evento foi explícita ao divulgar o festival como um espaço de celebração das lesbianidades, sendo a única prerrogativa para a aceitação das inscritas a de que se identificassem como lésbicas. Em seguida, fez a seguinte provocação ao público:

⁴³ Abreviação do termo “desfeminizada”, que, segundo Soares (2017), refere-se às lésbicas que cederam, em certo período da vida, à coerção patriarcal pela feminilização, mas que “foram capazes de subverter esta coerção e abandonar a feminilidade” (p. 97). A forma abreviada do termo, “desfem”, tem sido cada vez mais reivindicada por lésbicas que não performam feminilidade, até mesmo em oposição à “masculina” ou “masculinizada”, em uma tentativa de não utilização de referenciais masculinos para a atribuição de sentido à expressão e vivência das lesbianidades. Entretanto, não há consenso sobre seu uso, visto que os próprios conceitos de “feminilidade” e “masculinidade” compreendem uma gama bastante complexa de definições e atribuições.

⁴⁴ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

As que me antecederam disseram que nós não podemos estar aqui por causa do que temos ou tivemos entre nossas pernas; que a possibilidade de nos nomearmos lésbicas, de estabelecermos redes de amizade e companheirismo e também relações românticas e/ou sexuais com mulheres e pessoas lésbicas representa uma invasão, um fetiche, um perigo de que vocês sejam violadas ou percam algo. Não queremos tirar nada de vocês. Queremos, sim, ocupar um lugar que também é nosso, pois, se vivemos as lesbianidades, as questões lésbicas também são nossas questões. Já que o tema deste palco são nossas especificidades, por que nós, mulheres trans e travestis lésbicas, não podemos contribuir para um debate sobre a saúde lésbica a partir de uma perspectiva ampliada que considere também nossos corpos e todas as nossas especificidades?⁴⁵

Na sequência, uma outra integrante da Tenda Camp Trans pediu a palavra. Disse que a fala de sua antecessora a contemplou, mas que gostaria de trazer uma reflexão sobre a questão dos espaços, tão debatida até aquele momento. Entre os pontos abordados, disse que a defesa de espaços exclusivamente lésbicos sempre foi excludente com as mulheres trans e travestis lésbicas que tentaram participar desses ambientes. Encerrou seu discurso de modo enfático, dizendo que se recusaria a fragmentar a sua própria existência.

Em seguida, outra mulher daquela Tenda iniciou sua alocução compartilhando que pensou muito se compareceria ou não ao Cele(s)bra, já que imaginava que haveria muita rejeição à sua presença e a das demais parceiras do Camp Trans naquela ocasião. No entanto, foi convencida pelas suas companheiras a ir e, apesar de ter optado, até aquele momento, a permanecer em uma posição de suporte às integrantes de sua Tenda, viu a necessidade de se manifestar diante dos vários pronunciamentos ocorridos até então:

Para as que estão incomodadas, sentindo-se coagidas e mesmo ofendidas com a nossa presença aqui, gostaria de dizer que nós não vamos passar esse evento inteiro tentando nos defender de acusações infundadas. Queremos pensar políticas, éticas, modos de vida, refletir sobre produção de algo que leve de fato a uma transformação e sair dessa posição estagnada posta por esses embates do tipo “elas contra nós” que, historicamente, marcam nossas relações. Vocês trouxeram o Manifesto de *Radicalesbians* que, em alguma medida, também fala de aspectos que compartilhamos enquanto lésbicas. Mas, conversando com outras companheiras da Camp Trans, tivemos uma ideia que gostaria de compartilhar: por que em vez de um manifesto separatista não podemos pensar em um manifesto de alianças?⁴⁶

Imediatamente houve uma grande inquietação no público. Algumas pessoas ficaram animadas, levantaram as mãos em uma sinalização de apoio à ideia lançada, outras expressaram sinais de desaprovação e se retiraram rapidamente do local. Antes de se saírem do palco, uma representante do Camp Trans proferiu um último recado, dizendo para aquelas que se interessassem na construção do manifesto, que seguissem para a Tenda, onde fariam uma leitura compartilhada do Manifesto Pós-Transexual, escrito por Sandy Stone em 1987, que seria uma

⁴⁵ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

⁴⁶ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

leitura de inspiração para a produção do material que seria lido no dia seguinte, durante o encerramento do Festival de Convivências Lésbicas.

6.2.3 Palco de explanações 3: A superação do “entre” movimentos feministas e LGBTs: a luta por movimentos lésbicos autônomos

No último dia do festival, durante as atividades programadas para ocorrerem no palco 3, houve algo inédito: durante todo o momento de explanações o tablado manteve-se ocupado por integrantes das cinco tendas. Uma situação peculiar, visto que, nos palcos anteriores, as representantes da Tenda Camp Trans foram as últimas a falarem e, quando subiam ao palco, pessoas das outras tendas deixavam o tablado, assim como podia ser percebido um esvaziamento do público que acompanhava as discussões.

Logo no início das explanações, alguém da organização – esta, composta por pessoas que não integravam nenhuma das Tendas – subiu ao palco para instruir sobre a dinâmica daquela atividade. Disse que chegou até a organização uma reclamação das integrantes da Tenda Camp Trans de que estavam tendo pouco espaço de fala e escuta durante suas apresentações nos palcos, uma vez que a Tenda das Oficineiras, por ser a responsável pelos equipamentos técnicos do festival, sempre tomava a dianteira nas falas ou entregava os microfones para que alguém de suas tendas parceiras desse início às explanações.

Diante dessa reclamação, a organização decidiu que, no palco 3, representantes de todas as tendas estariam simultaneamente ocupando o tablado. Após alguns minutos de conversa, em que cada tenda debateu entre si o que havia sido proposto, todas concordaram com a ideia. No entanto, não houve um consenso sobre a ordem das falas.

A seguir, representantes das Oficineiras realizaram um teste de som nos microfones e aproveitaram para dar início às ponderações. Uma delas começou dizendo do imperativo de que o apagamento lésbico dentro do movimento LGBT/Queer não só fosse reconhecido pelas lésbicas, como convertido em uma força motriz para que as organizações de lésbicas rompessem com tal movimento.

Entre suas alegações, pontuou que o movimento iguala a lesbianidade à homossexualidade masculina, o que invisibiliza a existência lésbica além de desconsiderar o fato de que homens gays não perdem seus privilégios masculinos, o que os mantém sob amparo das instituições políticas.

Outro motivo trazido por ela, como um alerta para que as lésbicas não compactuassem como o movimento, tratava da negligência proposital frente às pautas lésbicas em detrimento

das outras sexualidades e identidades representadas pela sigla. De acordo com o argumento, as pautas lésbicas, por se tratarem de demandas de mulheres, em especial por não beneficiarem o patriarcado ao negarem o acesso masculino aos seus corpos, não são objeto de interesse da comunidade LGBT.

A alegação de que sob uma falsa ideia de inclusão as lésbicas são coagidas pelo movimento a se relacionarem com homens (assim consideradas pelos argumentos expostos todas as pessoas nascidas com pênis) foi outro ponto elencado. Segundo a expositora em questão, o movimento LGBT/Queer seria responsável por estimular estupros corretivos em lésbicas (cis) ao pressioná-las a se relacionarem sexualmente com mulheres trans.

Aqui, há a ativação de uma ideia relacionada ao “teto de algodão”⁴⁷, citado anteriormente em outro capítulo. Jeffreys (2014), relaciona o mencionado a uma implicação da invasão dos espaços feministas por mulheres trans, o que implicaria na anulação do direito das mulheres de decidirem sobre sua própria sexualidade a partir da acusação de transfobia.

Em sua perspectiva, “teto de algodão” foi um termo criado por uma mulher trans, na divulgação de um workshop, cujo plano seria:

chamar mulheres que resistissem àquela invasão de transfóbicas ou acusá-las de transmisoginia, na esperança de que, assim, elas aceitassem relacionar-se com pessoas com pênis. Nessa campanha, o direito das mulheres de tomar decisões sobre seus próprios corpos era redefinido como uma forma de discriminação contra travestis que deveria ser sumariamente massacrada. Os transativistas que iniciaram a campanha para ganhar acesso aos corpos das mulheres “cis” geralmente chamam seus pênis de “paus femininos”. . . é irracional esperar que mulheres lésbicas e feministas deveriam baixar a guarda e aderir às fantasias sexuais desses homens, sendo que sua reivindicação básica, a de poder ter controle sobre a própria sexualidade e com quem se relacionar, não está sendo respeitada (Jeffreys, p. 181).

Na sequência, outra integrante da mesma tenda trouxe que uma das motivações para que lésbicas não se articulem com a comunidade LGBT reside em uma “deturpação do significado de gênero, sendo promovido pelo queer como identidade, enquanto deveria ser considerado a raiz da opressão das mulheres”⁴⁸.

Por fim, abordou que o não reconhecimento de lésbicas desfeminizadas como mulheres também deveria ser um fator de incentivo à ruptura das lésbicas com a sigla, tendo em vista o argumento de que há uma tendência no movimento em aproximar essas existências da masculinidade, as empurrando para a identificação como homens. Uma integrante da Tenda

⁴⁷ Teto de algodão ou *cotton ceiling* deriva ou é uma variação do termo *glass ceiling* [teto de vidro], utilizado em discussões feministas, e se refere a uma barreira invisível que impossibilita as mulheres de ascenderem profissionalmente. Neste caso, o “teto de algodão” seria uma metáfora em referência às presumidas coerções de mulheres trans, que tentariam acesso aos corpos das mulheres cis sem consentimento (Bagagli, 2019). “Algodão” faz referência à calcinha, como sendo o “teto” a ser rompido pelas mulheres trans para garantirem tal acesso.

⁴⁸ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

das Crianças emendou na explanação de sua antecessora trazendo a figura de Stormé DeLarverie como uma lésbica negra desfem que teria sido a raiz da revolta de Stonewall.

É amplamente reconhecido que em 28 de junho é celebrado o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, que faz referência ao evento que ficou conhecido como a Revolta de Stonewall e que talvez seja o acontecimento mais conhecido e comentado quando se trata dessa população. Há muitas versões sobre o que de fato ocorreu naquela madrugada de 27 para 28 de junho de 1969, quando o bar *Stonewall Inn*, localizado em *Greenwich Village*, em Nova York, foi palco da mobilização que se tornou um marco na história do movimento.

Frequentado pelas “comunidades eróticas” da época, o lugar constantemente era alvo de batidas policiais, assim como era comum que ocorresse em outros bares e espaços voltados para esse público entre as décadas 1960 e 1980 (Rubin, 2017). Fato é que naquela noite ocorreu algo diferente: houve uma reação coletiva às investidas truculentas das forças policiais, o que mobilizou um verdadeiro levante que atribuiu ao acontecimento o título de *Stonewall Riots* [Revolta de Stonewall].

O episódio teve grandes repercussões e, em especial nos Estados Unidos, nos meses logo após a mobilização houve uma multiplicação de organizações lésbicas e gays contra a opressão por orientação sexual (Machado, 2007). Entretanto, é imprescindível destacar também a articulação de coletivos que pautavam temas além da sexualidade, protagonizados por travestis, como o grupo STAR - *Street Transvestite Action Revolutionaries* [Ação Revolucionária de Travestis de Rua] (Soliva, 2021).

Após mais de 40 anos do ocorrido, disputas sobre a origem, pessoas envolvidas e consequências imediatas do motim despontam sempre que o evento é revisitado. Segundo a perspectiva apresentada pela Tenda das Crianças, a importância histórica de Stormé é deturpada pelo movimento LGBT, que apaga duplamente a sua história: ora a representando como um homem trans, ora invisibilizando o protagonismo de uma lésbica negra ao trazerem, como personagens decisivas para o estopim do movimento, outras identidades representadas pela sigla.

A Tenda da História Lésbica retoma o evento de 28 de junho de 1969 e defende com veemência Stormé DeLarverie como a lésbica negra butch que deu o golpe derradeiro para que a revolta explodisse. Traz ainda a figura de Marsha P. Johnson como uma pessoa que é utilizada pelo movimento da sigla para tornar lésbicas e gays reféns do movimento trans, pois, de acordo com a narrativa refutada, Marsha seria uma mulher trans e aquela que deu início ao motim.

Tal narrativa é contestada pois, para a Tenda da História Lésbica, Marsha não seria uma mulher trans, mas sim um homem gay que performava como drag queen. Entretanto, ao retomar

a figura de Stormé, a expositora denuncia o apagamento de sua lesbianidade quando é referenciada no masculino, sendo esta uma forma de “imposição de transmasculinidades” a uma lésbica butch, estratégia utilizada pelo movimento LGBT/Queer para promover o apagamento lésbico.

Na sequência, outra ativista da mesma tenda passou a descrever o que denominou de esfacelamento do feminismo lésbico promovido por uma imposição neoliberal de gênero. De acordo com ela, existe uma agenda posta pelo movimento queer que, além de instalar uma perseguição sistemática às lésbicas e aquelas que se colocam de uma maneira crítica frente à ideia de gênero, fomenta um ideal individualista de “identidades de gênero” que serve à manutenção da supremacia masculina e da subordinação do sexo feminino.

Como pode ser percebido, “queer” e movimento LGBT são categorias postas indistintamente pelas expositoras, nomeando uma espécie de energia avassaladora cujo um dos objetivos seria a destruição da existência lésbica. Na retomada das perspectivas queer, assumidas por elas como uma tendência universal dentro do movimento LGBTQIA+, a produção da teoria queer é representada também como uma ameaça. Posições próximas às defendidas por Jeffreys (2003, p. 143):

O que essa triste ladainha das formas e efeitos da subordinação das mulheres nos diz é que o feminismo lésbico, longe de ser irrelevante, como sugerem aquelas lésbicas que correram para os braços de homens queer para escapar dele [do feminismo lésbico], é tão vital quanto sempre foi para a existência lésbica. A política queer, que celebra o transexualismo, deve ser vista não apenas como antipática ao lesbianismo, mas como estando em oposição direta à sobrevivência lésbica.

Enquanto a Tenda da História Lésbica finalizava suas explicações, as integrantes do Bazar estenderam no palco uma bandeira que haviam confeccionado durante o evento, a qual trazia os dizeres: “Lésbica, não queer”. Antes de passar o microfone, uma das debatedoras da História Lésbica finalizou:

O movimento queer parece ser a maioria, mas eles não são! São espalhafatosos, isso sim. Fazem rebuliço, querem mudar a linguagem, fazer dos tais pronomes neutros o novo masculino universal, o que representa outro modo de apagamento do sexo feminino, desta vez, pela via da linguagem. Mas o que eles não sabem é que nós somos muitas! Nós, que criticamos essa ideia imposta de multiplicação de gêneros, seguimos diferentes alinhamentos políticos. Caso alguém aqui não conheça: há as lesbofeministas radicais, que vivenciam a prática e os ensinamentos do real feminismo lésbico; outras que são feministas radicais lésbicas, que partem do feminismo radical mas que também são lésbicas; há também as lésbicas radicais, que almejam o separatismo lésbico e não se nomeiam como feministas; existem também as lésbicas feministas anarquistas, materialistas e marxistas; também as ecofeministas radicais, as lésbicas decoloniais; e ainda as que se atribuem como críticas de gênero. Em todos esses alinhamentos políticos feministas, ou não necessariamente, as mulheres, sobretudo as lésbicas, encontram espaço, referências e segurança para trazer um

posicionamento crítico sem correrem o risco de serem perseguidas. Nós somos muitas!⁴⁹

Em seguida, a representante da Tenda das Crianças tomou o microfone novamente e, recuperando a fala da que a antecedeu, abriu o livro que trazia consigo e fez a leitura de um trecho: “A aquisição de espaços de mulheres pela política queer e *genderqueer* levou à erosão do sentido de solidariedade e comunidade que é tão importante para a força de um feminismo lésbico” (Jeffreys, 2014, p. 46). Complementou dizendo de sua rejeição sobre a forma de identificação “cis”. Para ela, a autonegação como “mulher cis” é uma ofensa, pois significa uma complacência diante da opressão direcionada ao sexo feminino.

Em seus argumentos, a autoidentificação cis representa uma identificação com a subordinação feminina imposta pelo poder masculino, o que pode ser compreendido como uma identificação com a própria opressão. Nestes termos, “gênero” é equiparado a estereótipos de gênero que, na perspectiva assumida, são instrumentos inventados pelos homens para que mulheres não se libertem da condição de sujeição.

Ao final, passou a fazer acusações contra algumas autorias, reconhecidas como precursoras da teoria queer. Segundo os argumentos da integrante da Tenda das Crianças, a produção acadêmica e política dessas pessoas, além de defender a pornografia, práticas sadomasoquistas e a legalização da prostituição, ainda legitima o abuso infantil ao produzirem uma perspectiva positiva acerca da pedofilia. Assim, pontuou a sua posição de que lésbicas não compactuassem com teorias que, mascaradas de feministas em alguma medida, na realidade seriam “antimulheres”.

A perspectiva trazida pelas Tendências que expuseram seus posicionamentos até o momento apresenta a teoria queer como um verdadeiro arsenal de guerras contra as mulheres, particularmente contra as lésbicas. Enquanto tais estudos teriam sido assimilados pela sigla LGBT, sugerindo certa universalização dos pressupostos teóricos e políticos que orientaram historicamente um movimento tão heterogêneo, o desenvolvimento de um transfeminismo também é visto como uma consequência nociva a existência de mulheres e lésbicas:

como o transativismo desenvolveu-se durante o mesmo período em que o feminismo estava sob ataque da teoria queer e pós-moderna, estas novas formas de teoria foram empregadas para construir a ideologia que sustenta estudos transgêneros e permitir um ataque aos vários feminismos que ameaçam a importância do gênero como um Santo Graal. É neste contexto, em que a própria existência de “mulheres” e “lésbicas” se tornou duvidosa, que o “transfeminismo” tem sido capaz de criar um lugar para si (Jeffreys, 2014, p. 48).

⁴⁹ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

Nessa esteira, o discurso apresentado pelas Tendas dispõe sobre a rejeição da ideia da cisgeneridade. Noções como cisgênero, cisgeneridade e cisnormatividade despontam como categorias de análise produzidas principalmente no âmbito das teorias transfeministas (Bagagli, 2021). No Brasil, a partir da década de 2010, as redes sociais tiveram um papel central na produção e divulgação de conteúdos transfeministas (Coacci, 2018).

Em 2011, Hailey Kaas criou o site Transfeminismo, surgido a partir de um grupo no Facebook que levava o mesmo nome, que operava a partir “de uma dinâmica muito viva, com posts diários e longos debates, servindo como um espaço de sociabilidade, solidariedade e também de autoformação sobre pautas transfeministas” (Coacci, 2018, p. 214). No texto “O que é cissexismo?”⁵⁰, um dos primeiros textos a ser publicado no Brasil sobre o termo, a autora traz a cisgeneridade como uma condição política, tendo em vista diferentes localizações em que se encontrariam as pessoas cis e trans, sendo que aquelas estariam sob uma condição de privilégio por terem seus corpos e gêneros reconhecidos frente às expectativas sociais de gênero (Kaas, 2012).

Assim, é possível uma compreensão do conceito como uma “posição a partir da qual a enunciação da própria identidade de gênero é autorizada como legítima e verdadeira. Em função disto, a cisgeneridade é pensada conjuntamente com noções analíticas como normatividade ou normas de gênero e sexismo” (Bagagli, 2021, p. 58). A partir da articulação de tais categorias, Vergueiro (2015) apresenta a cisgeneridade como uma ferramenta analítica que abrange os efeitos das produções idealizadas e reificadas acerca do gênero.

Quando as integrantes do Camp Trans tomaram a palavra, uma delas comentou que, apesar das orientações da organização do evento no início das atividades daquele palco, acerca da dificuldade de suas companheiras de tenda em conseguirem se expressar, novamente, seu grupo estava sendo o último a falar. Disse que, de fato, não haviam chegado a um consenso sobre a ordem das explanações; recordou alguns eventos lésbico feministas em que a pauta da inclusão de mulheres trans obteve um desfecho parecido.

Em sua fala, demarcou uma posição bastante explícita em relação aos feminismos representados pelas quatro tendas que a antecederam: “um feminismo que não considere a cisnormatividade como um elemento da estruturação do patriarcado e que não confronte suas

⁵⁰ No início, a autora comenta que esta é uma versão ampliada e revisada do texto original, postado em 2012, cujo link de acesso encontra-se indisponível. <https://transfeminismo.org/o-que-e-cissexismo/>

bases genitalistas não pode ser um feminismo que esteja, de fato, comprometido com a luta contra a opressão”.⁵¹

Em seguida, outra companheira de tenda pegou o microfone. Falou que seria muito breve em sua fala, considerando que já havia recebido um sinal de alguém da organização com a indicação de que o momento de explanações estava chegando ao final. Já em um tom de despedida, uma vez que o encerramento do festival se aproximava, fez um convite a todas as participantes do evento:

Apesar das dificuldades em falar e ser ouvida, desde os boicotes mais sutis até às violências verbais explícitas, em que fomos atacadas com argumentos, teorias e práticas que nos negam; não apenas negam, mas rechaçam a nossa presença em espaços como este; não apenas rechaçam como tentam aniquilar nossas lesbianidades toda a nossa existência. Apesar disso tudo, não sei minhas companheiras de tenda, mas saio daqui fortalecida. Um pouco despedaçada, mas com forças para me recompor. Longe dos palcos, pudemos dialogar com muitas lésbicas cis que vieram até nós, que discordaram de muitos aspectos abordados pelas quatro tendas coligadas – reservarei as alianças para falar de nós. Lésbicas cis que se aproximaram de nós e se mostraram aliadas, a fim de que, juntas, pudéssemos pensar em uma ética lésbica transfeminista. O Manifesto que compartilharemos logo mais é fruto de tudo o que aconteceu aqui e que já vem marcando nossos corpos, nossas identidades e histórias há muito tempo. Mas não só os embates e as rupturas marcam a história entre lésbicas cis e trans. A nossa superação do “‘entre’ movimentos feministas” virá de outro modo. Talvez menos como preposição e mais como verbo. Espero encontrar vocês por aí: nos feminismos lésbicos, nos transfeminismos e nos caminhos outros que podemos começar a tecer a partir de agora.⁵²

A seguir da fala da representante da Tenda Camp Trans, uma das organizadoras tomou a palavra para instruir sobre o encerramento do Festival Cele(s)bra. Informou que toda a área reservada para o evento deveria ser desocupada nos próximos minutos devido a questões contratuais. No entanto, conforme divulgado previamente na programação do Festival, o encerramento ocorreria no bar Muro de Pedra & Ferro, localizado nas proximidades, em que haveria um sarau aberto a todas as participantes do evento.

6.2.4 Manifestos no Muro de Pedra & Ferro

O bar Muro de Pedra & Ferro era um espaço amplo, com dois ambientes. Na parte interna, havia um tablado onde aconteceria o sarau. Já na parte externa, cavaletes e outras estruturas para a exposição de cartazes, lambes, poesias, bandeiras e outras produções realizadas ao longo do festival. Quando as participantes começaram a chegar, logo pode-se perceber uma pequena formação de nichos: as integrantes das Tendas do Bazar, da Criança, da

⁵¹ Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados.

⁵² Fala fictícia. Não se trata de uma transcrição literal de nenhum discurso escrito (ou falado) coletado dos perfis mapeados

História Lésbica e das Oficineiras juntaram mesas e cadeiras e formaram um grande grupo. Já as integrantes do Camp Trans estavam mais concentradas na parte externa, onde expunham os materiais confeccionados. Além destas, outros grupos de participantes do festival também transitavam por entre os ambientes.

Logo deu-se início às exposições musicais. Houve apresentações individuais e também de grupos, alternando-se com leituras de poesias, performances e encenações. Naquele dia, o bar estava fechado para o público externo, tendo sido reservado exclusivamente para o encerramento do evento. Inclusive, as donas do bar compunham a equipe da organização do festival e foram as responsáveis pelas bebidas e comidas servidas ao longo dos três do Cele(s)bra.

Portanto, todas as pessoas presentes no recinto eram lésbicas, com exceção de um rapaz, funcionário do Muro de Pedra & Ferro. A presença dele causou alguns incômodos, inclusive, algumas mulheres indagaram às donas sobre o motivo daquele homem estar transitando em um ambiente que deveria ser exclusivo para as participantes do evento. A justificativa dada foi a de que ele estava ali por ser funcionário do estabelecimento.

Logo após o encerramento de uma apresentação musical, ele aproximou-se do palco, pegou o microfone e, antes de mais nada, desculpou-se por estar dizendo algo naquela ocasião. Disse que, obviamente, não participou do festival, visto que ele não era lésbica. Ele fez a leitura de alguns trechos de livro que portava consigo:

Com 26 anos de idade, eu tinha de representar vários papéis antagônicos e com habilidade. . . Queria me submeter logo a uma operação, mas cirurgias desse tipo não eram feitas no Brasil, por serem ilegais. Fiquei sem saber por onde começar. Sentia-me perdido, quando recebi um telefonema de uma amiga psicóloga, que se especializou em sexologia na Bélgica. Marcamos um encontro. Vislumbrei a possibilidade de alguma novidade. Lilian vivia com uma mulher por quem se apaixonou. Árdua defensora dos direitos femininos, ficou chocada quando lhe falei do meu interesse. – Mas isso é uma loucura! Virar homem! Deve estar brincando... Nós, mulheres, precisamos tanto de mais adeptas para aderir à nossa causa, e quer passar logo para o lado deles? – Fiquei boquiaberto com sua reação. Aos poucos, fui compreendendo que a não aceitação do meu caso tinha raízes mais profundas. . . – Não, Joana. Está vendo tudo distorcido. A mulher é tão rechaçada nesta cultura que a tendência é querer ser homem, mas isso não resolve o cerne da questão – . . . Lilian estava tremendamente irritada. Deixava evidente que o assunto não lhe era indiferente, pelo contrário, até bastante ameaçador. Confirmou o que desconfiava, quando concluiu: – E sabe de uma coisa... Não vou ter estrutura emocional para vê-la como homem. Se eu fosse você, continuaria mesmo como homossexual porque somos uma classe unida. Lutando juntas, vamos conseguir muito em breve a nossa emancipação e reconhecimento (Nery, 2019, pp. 146-147).

Após a leitura dos trechos, o rapaz se desculpou novamente, disse que não queria invadir um espaço que não era, em absoluto, seu. Mas, após conversar com amigas que estiveram no festival e tomar conhecimento das situações que ocorreram nos palcos, algo o mobilizou a se

expressar. A obra de João W. Nery estava na pequena biblioteca do bar, onde havia diversos livros, revistas e discos disponíveis para uso das pessoas que frequentavam o local. Ao saber dos embates travados ao longo do evento, recorreu à publicação, que já havia lido várias vezes.

Em seguida, disse ter selecionado tais passagens do escrito para apresentar ao público presente uma reflexão. Observou que, enquanto um homem trans, em vários momentos de sua vida deparou-se com algumas amigas “Lilians”, lésbicas cis que não admitiam que o rapaz abandonasse a sua lesbianidade. Disse não só de amizades, mas também de amores “Lilians”. Complementou o relato dizendo sobre alguns discursos e práticas que parecem preconizar “receitas de lesbianidade”, quase como se exercessem um poder de autorização e desautorização sobre corpos e existências lésbicas. Em seu caso, tais discursos o confortavam duplamente: por um lado, devido ao fato de ter nascido com vulva, ele foi autorizado a se identificar como lésbica; e por outro, quando não se reconheceu mais nesse lugar, se é que algum dia chegou a se reconhecer como tal, as vozes que outrora o autorizaram, passaram a desautorizá-lo, ou seja, impedindo que ele deixasse de se reconhecer como tal.

Ao final, solidarizou-se com as integrantes do Camp Trans, que, durante os palcos do evento, tiveram suas lesbianidades reiteradamente desautorizadas pelas vozes “que autorizam ‘uma voz’ para desautorizar ‘um corpo’” (Mateus & Leal, 2012, p. 50), vozes estas representadas por um determinado feminismo lésbico.

Após a fala do rapaz houve um breve silêncio no recinto. Em seguida, algumas manifestações de desaprovação começaram a surgir do grupo formado pelas quatro Tendas e, antes que os aplausos e expressões de apoio pudessem ocorrer, uma das integrantes da Tenda das Oficineiras subiu ao tablado e lamentou que um homem pudesse ter tido voz em um espaço que deveria estar sendo ocupado exclusivamente por lésbicas. Ainda completou, dizendo que não esperaria algo diferente no encerramento de um festival que já havia contemplado a presença masculina.

Imediatamente, passou a fazer a leitura do Manifesto pelo Separatismo Lésbico, elaborado em conjunto pelas quatro tendas e por outras lésbicas que se somaram a elas no decorrer do festival. Após algumas demonstrações de aprovação do MSL, informou que a mobilização pela construção do Manifesto inspirou a criação de um novo festival, seguindo-se a política descrita no documento. Assim, despediu-se, alegando que o Cele(s)bra não era um espaço seguro para lésbicas e, assim, não participariam da próxima edição do evento.

Com isso, uma boa parte das presentes se retiraram do local. Ainda assim, além das integrantes da Tenda Camp Trans, havia muitas participantes do festival aguardando a

apresentação do Manifesto por um Transfeminismo Lésbico. Após a leitura, realizada por várias vozes, o manifesto foi aplaudido e celebrado pelas pessoas que estavam no local.

A seguir, a íntegra dos dois manifestos que marcam o encerramento do Festival de Convivências Lésbicas – Cele(s)bra:

Manifesto pelo Separatismo Lésbico

Vivemos em um mundo dominado pelo sistema patriarcal que continuamente tenta silenciar e invisibilizar a existência lésbica. Este manifesto, elaborado em conjunto durante o Festival de Convivências Lésbicas - CELE(S)BRA, defende o separatismo lésbico como uma estratégia essencial para a autonomia, resistência e reconstrução de nossas identidades e comunidades.

Nossos Princípios

1. **Autonomia Lésbica:** O separatismo lésbico é uma afirmação de nossa autonomia. Rejeitamos a tentativa patriarcal de definir e controlar nossas identidades; rejeitamos a tentativa queer de redefinir nossa existência; buscamos criar e sustentar espaços exclusivamente lésbicos onde possamos viver e lutar em nossos próprios termos.
2. **Resistência à Dominação Masculina:** A cultura masculina impõe regras que tentam nos moldar para a feminilidade e nos forçar à conformidade, à subordinação, ao casamento e à maternidade compulsória. O separatismo lésbico, mais que um ato de resistência, é uma política de sobrevivência.
3. **Solidariedade Lésbica Feminista - Lesbocentrar:** Reafirmamos nosso compromisso de umas para com as outras, lesbocentrando nossos afetos, nossas relações e referências, colocando as lésbicas sempre em primeiro lugar. Construimos solidariedade com todas as mulheres na luta contra o patriarcado e suas formas de opressão, enquanto afirmamos a necessidade de espaços seguros e autônomos para lésbicas.
4. **Visibilidade e Reconhecimento:** Exigimos visibilidade e reconhecimento das questões e necessidades específicas das mulheres lésbicas. A invisibilidade e a diluição de nossas experiências são formas de opressão. Devemos criar espaços seguros onde nossa realidade material, de corpos fêmeos, não seja trocada por sentimentos e ideias subjetivas de autoidentificação.

O que queremos

1. **Criação de Espaços Lésbicos Autônomos:** Promover a criação e sustentação de espaços, eventos e organizações dedicadas exclusivamente às mulheres lésbicas, que respeitem e reflitam nossas experiências e especificidades sem as restrições impostas pelo transativismo queer.
2. **Educação e Conscientização:** Desenvolver programas de conscientização sobre o separatismo lésbico e vertentes lésbicas radicais e críticas de gênero.
3. **Desenvolvimento de Recursos:** Apoiar a criação de recursos financeiros e materiais para iniciativas lésbicas independentes, garantindo a continuidade e o crescimento desses espaços.
4. **Transformação Social:** Defender políticas e práticas que reconheçam e abordem as questões específicas das lésbicas, desafiando o sistema patriarcal bem como as teorias queer que apagam nossa história, esvaziam o significado das palavras “lésbica” e “mulher” e deslegitimam nosso potencial de rebeldia por negarmos o acesso sexual masculino.

Nossas lutas

1. Criação de espaços separatistas exclusivamente lésbicos!
2. Abolição da prostituição, da pornografia e do gênero!
3. Contra a pedofilia e a cultura do estupro!
4. A garantia dos nossos direitos baseados no sexo!

Manifesto por um Feminismo Lésbico Transfeminista

Assumir uma perspectiva transfeminista lésbica é um compromisso com a justiça e a inclusão que valoriza e respeita a diversidade das lesbianidades (im)possíveis. Ela surge da compreensão de que a luta contra a lesbofobia e a transfobia não é separada, mas interconectada, e que a solidariedade entre nós, lésbicas cis e trans, é essencial para enfrentar todas as formas de opressão. Defendemos uma abordagem que una essas lutas e promova um mundo onde todas as identidades e expressões sejam reconhecidas e celebradas. Este manifesto, proposto por lésbicas travestis e transexuais, e construído junto a lésbicas cis e sapatonas, durante o Festival de Convivências Lésbicas - CELE(S)BRA, é um chamado à ação coletiva para a criação de novos espaços não mais “exclusivos”, mas acolhedores para todas e todes nós.

2. Celebramos as Alianças

Reconhecemos e celebramos a força e a importância da aliança entre as lesbianidades, sejam elas trans, não binárias ou cis. A luta pela igualdade, por respeito e pela garantia de direitos não deve ser fragmentada por diferenças de identidade, mas sim fortalecida por meio de uma coalizão que possa nos levar mais longe em nossos propósitos de superação. Lésbicas trans e cis, sapatonas, sapatões e pessoas não binárias que se compreendem nas sapatônicas e/ou nas lesbianidades podemos enfrentar desafios específicos, mas, juntas, nos aliando, temos a potência de somar forças contra lesbofobia, a transfobia e outras formas de opressão. Nossa solidariedade mútua é crucial para construir um mundo mais justo e inclusivo.

4. Pela ampliação da luta e de sujeitos

Acreditamos que o feminismo não pode ser reduzido a um grupo específico de mulheres, mas deve incluir todas as identidades e expressões. A luta lésbica é, sim, essencial, mas acreditamos e defendemos sua expansão e capacidade de abrangência. Isso inclui uma abordagem antirracista, antilgbtqia+fobia, antiproibicionista, anticapacitista, antigordofobia e antimanicomial. Devemos lutar contra todas as formas de discriminação e garantir que todas as pessoas tenham a liberdade de viver e expressar seus corpos e desejos sem restrições, medos e receios de reviver violências mesmo estando entre pessoas com as quais compartilham opressões.

5. O Feminismo deve ser transinclusivo

Limitar o feminismo a um grupo específico perpetua a exclusão e o controle que queremos superar. Acreditamos na proposta de um feminismo lésbico transinclusivo que acolha a diversidade das lesbianidades e sapatônicas, reconhecendo a importância e a contribuição de todas as pessoas que possam se compreender nessas vivências. Nossa luta é mais forte quando é inclusiva e representativa de todas as experiências e identidades.

6. Comprometemo-nos com uma Luta Coletiva e Interseccional

Reafirmamos o compromisso de construir uma proposta transfeminista lésbica que seja verdadeiramente interseccional e coletiva, na certeza de que a justiça social e o bem viver só podem ser alcançados quando trabalhamos lado a lado. Nossa solidariedade deve transcender diferenças e focar na celebração da diversidade e na luta pela dignidade e liberdade de cada pessoa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar as tensões e disputas sobre as lesbianidades dispostas atualmente no contexto brasileiro. A partir da situação envolvendo o perfil do I LesboCenso Nacional no Instagram, definimos as plataformas digitais como um campo de investigação, no qual nos lançamos em uma imersão em profundidade a fim de identificar e observar os principais embates e desenvolver algumas possibilidades de análise para a compreensão da questão.

Primeiramente, diante da cena posta nas duas postagens do perfil do LesboCenso selecionadas como ponto de partida, encontramos algumas dificuldades em relação ao modo mais adequado para tratar da complexidade dos temas que emergiram daquele cenário. As próprias ferramentas de interação disponibilizadas na plataforma, tais como curtir, comentar e responder comentários tornaram-se dinâmicas cruciais para a seleção do material que seria trabalhado.

Naquele momento, uma questão importante permeou nosso processo de pesquisa: se um determinado comentário recebe um grande número de curtidas e de respostas de aprovação ao mesmo, tal movimentação reflete apenas o conteúdo expresso naquela mensagem ou pode também exprimir algo sobre o perfil que publicou aquele comentário? Para responder a essa questão, realizamos uma leitura cuidadosa de todo o contexto das postagens, o que incluiu o post em si e o número de curtidas recebido, os comentários e as reações a estes, ou seja, as respostas e também as curtidas que cada comentário recebeu, visto que tal recurso produz um sentido de dar legitimidade ao conteúdo o qual se curte.

Ao observar o contexto das postagens, percebemos que havia algo para além do que estava estritamente expresso no conteúdo das mensagens que justificaria um grande número de curtidas em um determinado comentário, e não em outros que compartilhavam ideias e posicionamentos similares. Especialmente os casos em que um mesmo perfil realizou diversos comentários curtos, às vezes com três ou quatro palavras, e ainda assim recebia um grande número de curtidas, aquilo nos impelia a ampliar nossas observações de modo a considerar não apenas os textos publicados naquele contexto, mas, principalmente, os perfis implicados em tais interações.

Assim, o propósito em mapear os perfis surgiu como uma afirmativa àquela questão posta acima: assumimos que a dinâmica de interações observada nas postagens exprimia algo sobre os perfis que interagiram naquele contexto. Mas, de que modo? Há uma rede articulada

entre tais perfis? Existe algum padrão no modo de operação direcionado para a ação nas redes sociais?

Questões, entre outras, que permearam as várias fases deste estudo. Devido às escolhas metodológicas, como por exemplo, a de não utilizar softwares para o armazenamento, organização e análise de dados, foi necessário estabelecer determinados critérios de seleção e exclusão de perfis a fim de que fosse possível realizar uma análise minuciosa que contemplasse os objetivos propostos. De fato, para compreender o embasamento feminista conceitual e político que orientava as argumentações expressas no contexto das postagens realizando, manualmente, a observação de perfis e de suas postagens desde o surgimento dessas contas, seria inviável trabalhar com um grande número de perfis.

Após as escolhas e procedimentos desenvolvidos para a inclusão dos perfis no mapeamento, chegamos ao número de cinco perfis. A seguir da imersão nestas páginas e de todo material coletado e produzido, como os diários de campo, encontramos um novo dilema frente ao modo como realizar a apresentação, descrição e análise dos dados. Por exemplo, a partir da nossa posição em não expor os perfis mapeados, ainda que, no período da coleta, tenham mantido suas contas públicas, de acesso livre a qualquer usuário do Instagram, como realizar a transcrição direta de uma postagem retirada de um dos perfis?

Nessa direção, a criação de uma narrativa fictícia a partir da leitura e organização dos conteúdos reunidos dos perfis, bem como dos diários de campo produzidos ao longo do processo, foi um recurso importante para a explanação da análise que nos propusemos a realizar. Inclusive, na própria criação do Festival de Convivências Lésbicas - Cele(s)bra articulamos elementos presentes ao longo de todo o trabalho, desde a revisão bibliográfica, organizada no segundo capítulo, passando pelos embates abordados na análise documental, descrita nos capítulos quatro e cinco, além, certamente, do próprio material produzido a partir dos perfis, para os quais destinamos o capítulo seis.

Vale destacar que, ainda que o Instagram tenha sido o ponto de partida e, em certa medida, o de chegada das nossas análises, um intermeio de grande relevância compõe o corpo deste trabalho, que diz respeito às situações de rupturas e alianças nos contextos de articulação lésbica feminista no Brasil e na América Latina, com foco especial em algumas edições dos ELFLACs e dos SENALES/SENALESBIs. A partir dos documentos com os quais trabalhamos, identificamos que desponta, como uma questão conflitiva, permeada pelos pares de oposição consenso/dissenso, alianças/disputas, continuidades/rupturas e inclusão/exclusão o debate acerca da possibilidade de que pessoas trans, sobretudo mulheres trans lésbicas, integrem e construam esses espaços.

Nesse contexto regional, pudemos perceber que tais situações de embates se situam predominantemente entre as duas primeiras décadas dos anos 2000. Já no âmbito da produção teórica, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, autoras lésbicas feministas autodenominadas radicais iniciam a elaboração de projetos políticos e conceituais antitrans e críticas ao gênero ainda no final da década de 1970, com maiores repercussões nas décadas de 1990 e início dos anos 2000.

No contexto atual, o que podemos concluir de nossas análises é que tais produções teóricas embasam política e discursivamente posicionamentos de lésbicas que negam a existência de pessoas trans, particularmente das lesbianidades trans. A partir do Festival Cele(s)bra, um evento fictício organizado a partir de um exercício analítico de compilação, elaboração e articulação de elementos verificados tanto em fatos históricos, recuperados ao longo deste estudo, como nas práticas identificadas nos perfis mapeados, estabelecemos algumas categorias analíticas, narradas a partir dos palcos de explanações, que corroboram com a afirmação feita acima.

No palco 1, em que foram demonstradas noções sobre cultura e visibilidade lésbicas, observamos que a disputa por símbolos e narrativas marca a posição de que uma determinada ancestralidade lésbica, essencialmente fêmea e guerreira, voltada à criação e vivência de comunidades exclusivamente de mulheres, é reivindicada em detrimento de uma noção mais ampla e diversa a respeito do que seria cultura lésbica e do que representaria a visibilidade lésbica.

Já no segundo palco, a defesa por uma determinada especificidade do corpo lésbico centraliza o debate abrindo brechas para que seja reivindicada a exclusividade de espaços como base em uma divisão sexual, em outros termos, genital, dos corpos. Neste ponto, a existência de lésbicas trans é assumida a partir de uma perspectiva da ameaça e da invasão.

No terceiro conjunto de categorias analíticas, quase como uma síntese dos argumentos levantados nas outras categorias, emerge o separatismo lésbico como uma possibilidade de superação de tudo o que é representado pela Teoria Queer, pelos transfeminismos, pelo movimento LGBTQIA+ e pelos feminismos e feminismos lésbicos aliados à luta trans. Apagamento da existência lésbica cis, estimulação à “cura lésbica” por meio de coerção de que lésbicas cis se relacionem sexualmente com mulheres trans e travestis, destruição das lésbicas desfem por meio da indução à transmasculinização, perseguição às “críticas de gênero” e banalização da pornografia e da prostituição despontam como exemplos do que seria promovido pelo Movimento Queer, contra o qual o separatismo lésbico, por meio da política do lesbocentrismo, seria a principal estratégia de subversão.

Como resultado de nossa pesquisa, ressoamos Butler (2024, p. 175) quando afirma que “as feministas antitrans procuram paralisar a categoria mulher, bloqueá-la, erguer portões e patrulhar suas fronteiras”, e trazemos para o campo lésbico feminista antitrans, onde evidenciamos uma busca pela paralisação da categoria lésbica, erguendo sobre ela portões e exercendo a patrulha de suas fronteiras.

Por fim, destacamos questões levantadas ao longo da realização desta dissertação e que, devido aos recortes estabelecidos pelos objetivos do estudo, não conseguimos abarcar. Ainda assim, tratam-se de perguntas e inquietações que indicam caminhos e possibilidades para novos aprofundamentos.

Primeiro, a respeito do tópico sobre financiamentos advindos de fundos internacionais, levantado tanto da revisão de literatura como nos argumentos descritos no festival, que privilegiariam a população trans em detrimento de outros grupos, em especial das mulheres cis lésbicas: como operam esses fundos internacionais de financiamento? Quais os critérios para a definição do público-alvo? Qual o fundamento do argumento de que tais grupos financiadores façam parte de uma grande conspiração articulada pela indústria médica e farmacêutica cujo objetivo seja a manutenção das mulheres à condição de subordinadas?

Um outro ponto refere-se à abordagem das transmasculinidades e não binariedades pelos movimentos lésbicos antitrans. O que apontamos em nossas reflexões é que o principal foco dessas articulações são as transfeminilidades; no entanto, em que medida seus discursos de negação das existências trans impactam nas não binariedades e transmasculinidades? A que propósitos servem as abordagens essencialistas e genitalistas disseminadas pelos feminismos lésbicos antitrans quando negligenciam a autodeterminação de gênero de homens trans e pessoas transmasculinas, buscando a atribuir a eles e elas características de uma suposta lesbianidade?

Por fim, a respeito do tema que encerrou nosso festival: como podemos desenvolver e praticar feminismos lésbicos transfeministas? Ainda que nosso foco principal no estudo tenham sido as disputas, os desencontros, as rupturas e descontinuidades estabelecidas em contextos lésbicos feministas cis em oposição às transfeminilidades lésbicas, alguns exemplos resistem ao demonstrar que a política de alianças é um caminho possível. Esta pesquisa talvez represente um pequeno passo na construção de perspectivas lésbicas feministas transfeministas.

REFERÊNCIAS

- Adrião, K. G. (2008). *Encontros do feminismo. Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91612>.
- Adrião, Karla G., & Toneli, Maria J. F. (2008). Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 20, 465-474.
- Adrião, Karla G., Toneli, Maria J. F., & Maluf, Sônia W. (2011). O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Revista Estudos Feministas*, 19, 661-682.
- Anzaldúa, Gloria (2021). *A Vulva é uma Ferida Aberta & Outros Ensaios*. (Tatiana Nascimento Trad.). A Bolha. (Obra original publicada em 2009).
- ANTRA [@antra.oficial]. (19 de agosto de 2024). *HOJE É O DIA INTERNACIONAL DA BANDEIRA TRANS*. Instagram. <https://www.instagram.com/p/C-3OVizPTSD/?ref=vm15Rfzeq3WJp&hl=am-et>
- Aireana (2007). *Carta de Aireana, grupo por los derechos de las lesbianas, a las organizadoras del VII Encuentro lésbico feminista latinoamericano y del Caribe en Chile*. <http://listas.chasque.net/pipermail/campanaporunaconvencion/2007-February/000010.html>.
- Aireana (2018). Venir al Sur. *Airena*. <https://www.aireana.org.py/tomando-fuerza/venir-al-sur/>
- Alvarado, Andrea (2010). “Los desaciertos del VIII Encuentro Lésbico Feminista”. <http://radiofeminista.net/noticias-todas/noticia-2010/250-los-desaciertos-del-viii-elflac.html>.
- Alvarez, Sonia E., Friedman, Elisabeth J., Beckman, Ericka, Blackwell, Maylei, Chinchilla, Norma S., Lebon, Nathalie, Navarro, Marysa & Tobar, Marcela R. (2003). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, 11, 541-575.
- Alvarez, Sônia. E. (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *cadernos pagu*, 13-56.
- Alves, José. E. D., & Corrêa, Sonia (2003). Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo+ 10. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 20(2), 129-156.
- Amaral, Adriana. (2010). Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. *Revista USP*, (86), 122-135.

- Anderson-Minshall, D. (24 de abril de 2015). Op-ed: Michfest's founder chose to shut down rather than change with the times. *Advocate*.
<https://www.advocate.com/commentary/2015/04/24/op-ed-michfests-founder-chose-shut-down-rather-change-times>
- Barbosa, Paula É. S. (2019). *Trajatória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo*. [Dissertação Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3163>
- Bagagli, Beatriz P. (2019). *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636647>.
- Bagagli, Beatriz P. (2021). Abordando estereótipos de gênero e cisgeneridade: entre a subversão e resistência nos discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes. *Revista Leitura*, (69), 55–68.
<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9689>.
- Bareiro, Line (2009). Por que queremos a abertura dos Encontros Feministas para pessoas trans. In: Mauro Cabral (2009). *Construyéndonos – Cuaderno de Lecturas sobre feminismos trans*, (pp. 34-35). <https://www.bibliotecafragmentada.org/wp-content/uploads/2014/09/209143049-Construyendonos-Basta.pdf>.
- Bentes, Anna. C. F. (2021). *Quase um tique: economia da atenção, vigilância e espetáculo em uma rede social*. Editora UFRJ.
- Bertucci, Roberlei A., & Nunes, Paula A. (2017). Interação em rede social: das reações às características do gênero comentário. *Domínios de Linguagem*, 11(2), 313-338.
- Borges, Lenise. S. (2008). *Repertórios sobre lesbianidade na novela Senhora do Destino: possibilidades de legitimação e transgressão* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório de Teses e Dissertações da PUC São Paulo.
<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17258>
- Burkholder, Nancy (1991). A kinder and gentler festival?. *Gay Community News*, 08(19), 05. Disponível em: <https://www.digitaltransgenderarchive.net/files/76537156v>. Recuperado em 15 jun. 2024.
- Butler, Judith. (2024). *Quem tem medo do gênero?* Boitempo Editorial.
- Caminhada Lésbica de Belo Horizonte [@caminhadalesbh]. (6 de julho de 2022). *De saia ou bermudão, lésbicas são mulheres em rebelião!* [post]. Instagram.
<https://www.instagram.com/p/CfrHaNhOO4h/>

- Caminhada Lésbica de Belo Horizonte [@caminhadalesbh]. (17 de julho de 2024). Onde uma lésbica estiver segura, todas as mulheres estarão seguras. [post]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/C9hXxVLukzB/>
- Cesarino, Leticia, Walz, Silvia, & Balistieri, Tatiana. (2023). Etnografia na ou da internet? Desafios epistemológicos e éticos do método etnográfico na era da plataformização. *Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos Vol. IV*, 17.
- Coacci, Thiago. (2018). *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B32NG7>
- Corrêa, S.; Paternotte, D. & Kuhar, R. (2018). “A globalização das campanhas antigênero”. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxpolitics.org/ptbr/a-globalizacao-das-campanhas-anti-genero/8513>.
- Corrêa, Sonia. et al. (2021a). Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social. *São Paulo: Ação Educativa*. <https://sxpolitics.org/ptbr/ofensivas-antigenero-no-brasil-politicas-de-estado-legislacao-mobilizacao-social/12156>
- Corrêa, Sonia. (2021b). “En el feminismo hay temor por desapegarse de la categoría mujer porque es muy rentable”. [Entrevista concedida a Flor Alcaraz]. *Revista LatFem*. <https://latfem.org/en-el-feminismo-hay-temor-por-desapegarse-de-la-categoria-mujer-porque-es-muy-productiva-y-rentable/>
- Corrêa, Sonia & Rodrigues, Carla (2023). Apresentando "terfs, movimentos críticos do gênero e feminismos pós-fascistas". *Cadernos Pagu*, (68). <https://doi.org/10.1590/18094449202300680001>
- Curiel, Ochy (2005). El X Encuentro Feminista: el avance del patriarcado a través de la inclusión. *Revista de estudios de género La Ventana*, 3(22), 3147-330. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362005000200317
- Curiel, Ochy (2019). Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. (Lídia M. de A. Generoso Trad.). *Revista de Teoria da História*, v. 22(02), 231-245. <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>.
- Currans, Elisabeth (2020). Transgender Women Belong Here: Contested Feminist Visions at the Michigan Womyn's Music Festival. *Feminist Studies*, 46(02), 459-488. <https://doi.org/10.15767/feministstudies.46.2.0459>.
- Cyrino, Rafaela (2023). A deriva transfóbica do feminismo radical dos anos 1970. *Varia Historia*, 39(79), e23107. <https://doi.org/10.1590/0104-87752023000100007D>
- Andréa, Carlos F. D. B. (2020). *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. EDUFBA.

- D'Andréa, Carlos F. D. B. (2020). *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. EDUFBA.
- Elman, Amy R. (1996). Triangles and tribulations: The politics of nazi symbols. *Journal of Homosexuality*, 30(3), 1–11. https://doi.org/10.1300/J082v30n03_01
- Escudero, A., Aguilar, L., & Cruz, J. (2008). La lógica del síndrome de la alienación parental de Gardner (SAP): "terapia de la amenaza". *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria*, 102(28), 263-526.
- Facchini, Regina, & Barbosa, Regina M (2006). *Dossiê Saúde das mulheres lésbicas: Promoção da equidade e da integralidade*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde.
- Falquet, Jules (2013). Breve Resenha de Algumas Teorias Lésbicas. (Janaína Rossi Trad). *Herética Difusão Lesbofeminista Independente*. <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/04/breve-resenha-teorias-lesbicas.pdf>.
- Falquet, Jules (2018). História do Coletivo Combahee River. *Lutas Sociais*, 22(40), 124-137. <https://revistas.pucsp.br/l/article/view/46660>
- Falquet, Jules, (2020). “Le mouvement lesbien féministe d’Abya Yala à travers ses rencontres continentales: analyses et alliances”, In : Lissell Quiroz, *Féminismes et artivisme dans les Amériques (XXe-XXIe siècles)*- Femart, Presses universitaires de Rouen et du Havre, pp 27-51. <https://julesfalquet.com/wp-content/uploads/2021/07/Art-pr-Lissell-700000-de%CC%81finitif.pdf>
- Ferraz, Maria. C. (2021). *EM BUSCA DA VISIBILIDADE: O movimento das mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense].
- Fragoso, Suely, Recuero, Raquel, & Amaral, Adriana (2011). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 1.
- Galindo, Dolores, Martins, Mário & Rodrigues, Renata V. (2014) Jogos de armar: narrativas como modo de articulação de múltiplas fontes no cotidiano da pesquisa In: M. J. Spink (Org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 295-3234). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Gonçalves, E. (2016). Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010. *Revista Brasileira de Sociologia*, 4(7), 341-370.
- Grijalva, Dorotea G. (2020). *Meu corpo é um território político*. (Sandra Bonomini Trad.). Zazie edições. <https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/GOMEZGRIJALVA-5.pdf>.
- Grupo Ação Lésbica Feminista - GALF (1987). *Um Outro Olhar*, 01(01), 3.

<https://drive.google.com/drive/folders/1GgNkQBbrG5MYjoghBTWACbihjdyJcwWR>

Gwen, Emily [@theemilygwen]. (17 de maio de 2019). *Cause everyone uses the "draft" version, these are the actual meanings for the orange to pink*. Instagram. <https://www.instagram.com/p/BxjFzwmBL5C/>

Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, (5), 7-41. Hines, Sally. (2017). The feminist frontier: on trans and feminism. *Journal of Gender Studies*, <https://doi.org/10.1080/09589236.2017.1411791>

Hodkinson, Paul. (2005) "'Insider Research' in the Study of Youth Cultures", in *Journal of Youth Studies*, 18, 131-49. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13676260500149238>

Irineu, Bruna A. (2022). Entre feministas, há fogo amigo? Feminismos trans excludentes e ofensiva antigênero no Brasil. *Anais. VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade - IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade*. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92252>

Jeffreys, Sheila. (2003). *Unpacking Queer Politics: A Lesbian Feminist Perspective*. Polity.

Jeffreys, Sheila. (2014). *Gender hurts: A feminist analysis of the politics of transgenderism*. Routledge.

Junqueira, R. D. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Kaas, Hailey. (2012). "O que é cissexismo?". *Transfeminismo*. <https://transfeminismo.org/o-que-e-cissexismo/>

Kendall, Laurie J. (2006). *From the Liminal to the Land: Building Amazon Culture at the Michigan Womyn's Music Festival* [Dissertação, University of Maryland]. <https://api.drum.lib.umd.edu/server/api/core/bitstreams/293740e2-f248-4a8e-8af4-bf087cb408eb/content>.

Koyama, Emi. (2003). *A Handbook on Discussing the Michigan Womyn's Festival for Trans Activists and Allies*. Portland, OR: Confluere Publications. https://sex.ncu.edu.tw/intermargins/repression/deviant/transgender/trans_book/mich-handbook.pdf.

Kumpera, Julia A. M. (2021). "O lesbianismo é um barato": o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990). [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641394>.

- Lemos, Ana. C. da S. (2015). Rachas ou agregações? Uma análise sobre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas no 8º SENALE-Seminário Nacional de Lésbicas. *In: Anais do 18º REDOR*. Recife, PE. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/2094>.
- Lesbocenso [@lesbocenso]. (27 de janeiro de 2022a). *Influenciadora lésbica e sapatão, precisamos de você!* [post]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CZPNYdOtGJn/>
- Lesbocenso [@lesbocenso]. (28 de janeiro de 2022b). *Nota Pública de Retratação*. [post]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CZSuqr-JmGo/?img_index=1
- Lesbocenso [@lesbocenso]. (29 de janeiro de 2022c). *Por uma lesbianidade transfeminista*. [post]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CZVe5J0LuEC/>
- Lessa, Patrícia. (2007). *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades* (Brasil, 1979-2006). [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB.
<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3411>
- Liga Brasileira de Lésbicas & Associação Lésbica Feminista de Brasília (2022). *LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil. Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022)*.
<https://www.lesbocenso.com.br/>
- Lisboa, Alveni. (2022). O que é o Tumblr? *Canaltech*. <https://canaltech.com.br/internet/o-que-e-tumblr/>
- Lorde, Audre. (2019). *Irmã Outsider: Ensaios e Conferências* (Stephanie Borges Trad.). Autêntica. (Obra original publicada em 1984).
- Machado, Frederico. (2007). Muito além do arco-íris: a constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
<http://hdl.handle.net/1843/VCSA-7WNDTB>
- Mateus, Ana L. R., & Leal, Diana E. C. (2013). Autorizar una voz para desautorizar un cuerpo: producción discursiva del lesbianismo feminista oficial. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, (45), 41-57.
- Martinho, Miriam. (1997). I Seminário Nacional de Lésbicas: Saúde, Visibilidade e Organização. *Um Outro Olhar*, 10(25), 5. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1bqOOPjZshjft1c6EgfBs23LgauZxZZAf/view>
- Martino, Miriam. (1998) Encontro Morno. *Um Outro Olhar*, 12(27), 16-18. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/16DwkSIE_5ILrxLctoMV0LZm9dE49-cQH/view
- Martinho, Miriam. (1999). Seminários “Nacionais” de Lésbicas: a quem servem?. *Um Outro Olhar*, 12(29), 11-14. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1XbiNfqFB1nDQp6q7YBL7Ew1GqvyU6T8-/view>

- Martinho, M. (2011). Sobre o site. *Um Outro Olhar*.
https://www.umoutroolhar.com.br/p/sobre-o-site_29.html
- Medhurst, Eleanor. (2023). Flags and fashion: expressions of solidarity through lesbian clothing. *Journal of Lesbian Studies*, 28(1): 1-16. 10.1080/10894160.2023.2246250
- Medrado, Benedito, Spink, Mary J. & Mélo, Ricardo P. (2014) Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: M. J. Spink (Org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 273-294). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Mercado, Luis P. L. (2012). Pesquisa qualitativa online utilizando a etnografia virtual. *Revista Teias*, 13(30), 15.
- Michigan Womyn's Music Festival. (2015, 21 de abril). Dear Sisters, Amazon, Festival family, It has been my honor and privilege to produce the Michigan Womyn's Music Festival for 40 years [Postagem no Facebook]. *Facebook*.
https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=10153186431364831&id=337170364830&refid=17&_ft_&_rdr
- Moraga, Cherríe. & Castillo, Ana (Orgs.). (1988). *Esta Puente mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos* (A. Castillo & N Alarcon Trad.). San Francisco: Ism Pres. (Obra original publicada em 1988).
- Morais, Ana T. (2021). Post carrossel no Instagram: 13 ideias de conteúdo para usar. *Postgrain*. <https://postgrain.com/blog/post-carrossel-no-instagram-ideias-de-conteudo/>
- Munson, Olivia. (2023). What are the colors of the lesbian flag? Get to know variations of the Pride flag. *USA Today*. <https://www.usatoday.com/story/life/2023/04/28/lesbian-flag-history-colors-meaning/11635247002/>
- Nery, João W. (2019). *Viagem solitária: A trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade*. (2a ed.). Editora Leya.
- Nunes, Hariagi. B. (2021). Sapatão enquanto rizoma: Desterritorialização da lésbica. In: B. E. R. Alves, & F. B. Fernandes. (Orgs.), *Pensamento lésbico contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes*. (pp. 318-328). Tribo da Ilha. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33107>.
- Oliveira, Maria. M. D. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Vozes.
- Penrose, Walter D. (2024). Introduction: The appeal of the Amazons. *Journal of Lesbian Studies*, 28(2), 205–232. <https://doi.org/10.1080/10894160.2024.2319942>
- Pereira, Stefania, & Gomes, Leticia S. (2019). Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. *Plural-Revista De Ciências Sociais*, 26(01), 197-207.
<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>.

- Pichardo, Rosa I. O. C. (2021). A aposta teórico-política do lesbofeminismo antirracista decolonial [Entrevista realizada em 05 de outubro de 2020]. *Revista Tempo e Argumento*, 13(32), e0302. <https://doi.org/10.5965/2175180313322021e0302>
- Poell, Thomas.; Nieborg, David; Van Dijck, José. (2020). Plataformização. *Fronteiras – Estudos midiáticos*, 22(01), 1-10.
- Polesso, Natalia. B. (2020). Sobre literatura lésbica e ocupação de espaços. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, (61), 1-14. <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018611>
- Prado, M. A. M. & Corrêa, S. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 444-448. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Radicalesbians. (2021). *A mulher que se identifica com mulheres* (Natália Corbello Trad.). Editora Luas. (Texto original publicado em 1970).
- Ramos, Carolina de S. (2009). *Lista de discussão como comunidade virtual de aprendizagem: a visão de professores em formação contínua*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://www.letras.ufrj.br/linguisticaaplicada/site/dissert/carolinaramos.pdf>
- Raymond, Janice. (1994). *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male*. Teachers College Press.
- Rego Barros, Marisa D. do. (2019). *“Feministas, teclas e tapas” : uma etnografia virtual sobre feminismos e BDSM*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38704>
- Ribeiro, Diana R. K., et al. (2018). *Nossas Histórias, Nossas Vozes: Resistências Históricas de Lésbicas e Mulheres Bissexuais*. Metanoia Editora. <https://www.metanoiaeditora.com/site/manualautor/senalesbi.pdf>
- Rich, Adrienne. (2019). *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. A Bolha.
- Rifiotis, Theophilos. (2016). Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31, 85-98.
- Rubin, Gayle & Butler, Judith (2003). Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, 21, 157-209. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000200008>
- Rubin, Gayle. (2017). *Políticas do sexo* (Cap. 2, pp. 63-128). Ubu Editora.

- Rumbo al IX ELFLAC – Abya Yala. (21 de março de 2012a). Mama Cash no toma en cuenta solicitud de apoyo financiero a IX Encuentro ELFLAC – Abya Yala. [Blog]. <https://ixencuentrolesbicofeminista.blogspot.com/2012/05/mamcash-no-toma-en-cuenta-solicitud-de.html>
- Rumbo ao IX ELFLAC – Abya Yala. (21 de maio de 2012b). Respuesta a Mama Cash ante su negación [Blog]. <https://ixencuentrolesbicofeminista.blogspot.com/2012/05/respuesta-mamacash-ante-su-negacion.html>
- Sá-Silva, Jackson R., Almeida, Cristóvão D., & Guindani, Joel F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, 1(1), 1-15.
- Santos, Eliane P., & Filho, Francisco A. (2014). O plurilinguismo no gênero comentário online: encontro e confronto entre muitas vozes sociais. *Revista FSA*, 11(2), 301-317.
- Sardenberg, Cecília. M. (2020). História e Memória do Feminismo Acadêmico no Brasil: O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA (1983-2020). *Revista Feminismos*, 8(3). <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42032>
- Seffner, Fernando. (2011). Para pensar as relações entre religiões, sexualidade e políticas públicas: proposições e experiências. *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA. <https://sxpolitics.org/wp-content/uploads/sites/2/2009/10/religiao-sexualidade-e-politicas-publicas-fernando-seffner.pdf>
- Selem, Maria C. O. (2007). *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2397>
- Senale (2014). História. *SENALE*. <https://senale.wordpress.com/historia/>
- Sexuality Policy Watch - SPW, et al. (2023). *Feminismos essencialistas: um desafio para a luta antipatriarcal*. SPW Biblioteca. <https://tinyurl.com/yssnfkw2>
- Silva, Zuleide. P. (2016). “*Sapatão não é bagunça*”: estudo das organizações lésbicas da Bahia. [Tese de Doutorado, Universidade do Estado da Bahia]. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24026>
- Silva, Zuleide P., & Araujo, Rosângela. J. C. (2021). Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica. *Revista Estudos Feministas*, 29, e82446. <https://www.scielo.br/j/ref/a/c85GVd3fx8rVtJ5WfxyBnsy/>

- Silva, Marcele de M. (2022). *Transfobia no feminismo radical de segunda onda? Uma análise dos seus pressupostos materialistas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49469>
- Soares, Suane. F. (2017). *Um estudo sobre a condição lésbica nas periferias da cidade do Rio de Janeiro* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://objdig.ufrj.br/96/teses/871667.pdf>
- Soliva, Thiago B. (2021). Stonewall, silêncios e mágoas: uma análise a partir do documentário A morte e vida de Marsha P. Johnson. *ACENO*, 8(18): 131-144, ISSN: 2358-5587
- Spink, Peter. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15, 18-42.
- Spink, Peter (2013). Análise de Documentos de Domínio Público. In: M. J. Spink, *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (Cap. 5, pp. 100-126). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Stone, Sandy (2022). *O Império Contra-Ataca: Um Manifesto Pós-Transexual*. Tradução Livre da 4ª Edição do Texto. Bibliopreta. (Trabalho original publicado em 1987).
- Swain, Tania. N. (2000) *O que é lesbianismo?*. Brasiliense.
- Swain, T. N. (2010). Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o continuum lésbico. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(05). <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2310>
- Vergueiro, V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>
- VI Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). (2006). “Movimento de mulheres lésbicas como sujeito político: poder e democracia”. *Relatório Final*, Grupo Curumim, 69 p. <https://senale.files.wordpress.com/2014/08/caderno-de-resoluc3a7c3b5es-8o-senale-2014.pdf>
- VIII Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). (2014). “Lesbianidades e Feminismos: Enfrentando o Machismo, o Racismo e a Lesbofobia”. *Relatório Final*, LBL – Liga Brasileira de Lésbicas”, 41 p. https://senale.files.wordpress.com/2009/10/relat_rio_senalefinal1.pdf
- Villalba, Verónica M. (2009). VI Encuentro Lésbico Feminista Latinoamericano y del Caribe. In: Mauro Cabral (2009). *Construyéndonos – Cuaderno de Lecturas sobre feminismos trans*. (pp. 88-94). <https://www.bibliotecafragmentada.org/wp-content/uploads/2014/09/209143049-Construyendonos-Basta.pdf>.

- Vogel, Lisa. (24 de outubro de 2018). *Setting the record straight about MichFest*. [Entrevista concedida a Jocelyn Macdonald]. *AfterEllen*. <https://afterellen.com/setting-the-record-straight-about-michfest/>
- Williams, Cristan. (2013) TERF: Where the term comes from. *The Terfs*. <https://theterfs.com/2013/10/11/terf-where-the-term-comes-from/>
- Williams, Cristan. (2014a). TERF hate and Sandy Stone. *The Trans Advocate*. http://www.transadvocate.com/terfviolence-and-sandy-stone_n_14360.htm
- Williams, Cristan. (2014b). How TERF violence inspired Camp Trans. *The trans advocate*. http://www.transadvocate.com/how-terf-violence-inspired-camptrans_n_14413.htm
- Wittig, Monique. (2022). *O pensamento hétero e outros ensaios*. Autêntica.
- Ziller, Joana & Barretos, Dayane do C. (2020). Lésbicas também transam: disputas sobre a visibilidade das lesbianidades no Instagram. *Anais do Encontro Anual da Compós, Campo Grande, MS, Brasil, XXIX*.
- Ziller, Joana, Barretos, Dayane do C., Xavier, Kellen, Hoki, Leíner, Bodenmüller, Luiza & Dias, Mônica F. (2021). Visibilidades lésbicas em plataformas de mídias sociais: heteronormatividade e resistências no YouTube, Instagram e TikTok. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, 5(1).